



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

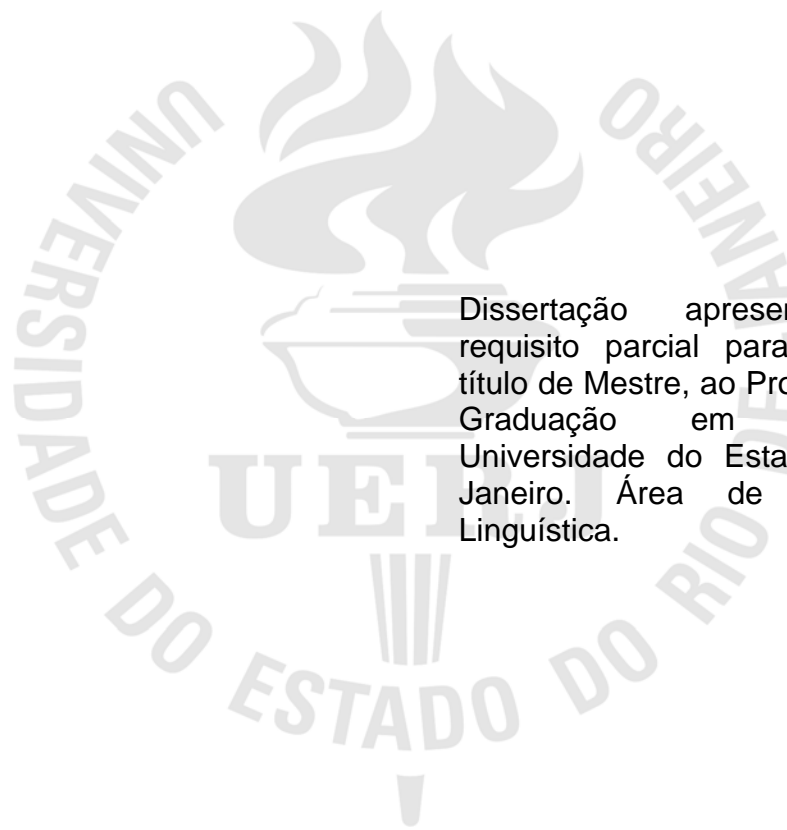
Raphael dos Santos Miguelez Perez

**O etos de Akihito: uma análise discursiva
de alocações do Imperador do Japão**

Rio de Janeiro
2013

Raphael dos Santos Miguelez Perez

O etos de Akihito: uma análise discursiva de alocações do Imperador do Japão



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha
Coorientador: Prof. Dr. Bruno Rego Deusdará Rodrigues

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

P438	<p>Perez, Raphael dos Santos Miguez.</p> <p>O etos de Akihito: uma análise discursiva de alocações do imperador do Japão / Raphael dos Santos Miguez Perez. – 2013. 131 f.</p> <p>Orientador: Décio Orlando Soares da Rocha. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Akihito, Imperador do Japão, 1933- - Teses. 2. Discursos, alocações, etc. – Teses. 3. Língua japonesa – Análise do discurso – Teses. 4. Ethos – Teses. 5. Japão – História – Teses. 6. Agência da Casa Imperial (Japão) – Teses. I. Rocha, Décio Orlando Soares da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 82.085</p>
------	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Raphael dos Santos Miguelez Perez

O etos de Akihito: uma análise discursiva de alocações do Imperador do Japão

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 25 de junho de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha (Orientador)
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Bruno Rego Deusdará Rodrigues
Instituto de Letras – UERJ

Prof.^a Dra. Sonia Regina Longhi Ninomiya
Faculdade de Letras - UFRJ

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação de mestrado aos meus pais, que me deram todo o suporte moral e financeiro para que eu pudesse fazer o que gosto e continuar meus estudos de forma tranquila.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Décio Orlando Soares da Rocha, por acreditar em mim e na minha pesquisa e por me fazer apreciar cada vez mais a Linguística.

Ao professor e coorientador Bruno Rego Deusdará Rodrigues, por seus conselhos valiosos para melhorar a dissertação.

À professora Satomi Takano Kitahara, pelo apoio e ajuda com materiais para leitura.

À professora Rika Hagino, pela dedicação nos anos em que me ensinou a língua japonesa e me fez querer continuar estudando-a a fundo.

À Fundação Japão, por financiar esta pesquisa e me fornecer uma estada inesquecível de dois meses no Japão.

Aos meus amigos, pela paciência, pelo incentivo e pelos conselhos durante o mestrado.

Enquanto eles não nos incomodarem e não custarem muito aos nossos bolsos, tudo bem. Quando começarem a incomodar, nós os tiramos de onde estão.

Uma guia turística local em Londres, sobre a família real britânica

RESUMO

PEREZ, Raphael dos Santos Miguelez. *O etos de Akihito: uma análise discursiva de alocações do Imperador do Japão*. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Imperador do Japão perdeu sua soberania e passou a ser símbolo da nação e da união do povo japonês, de acordo com a Constituição promulgada em 1947, sendo suas funções basicamente cerimoniais e diplomáticas. Pensando nesse Imperador enquanto símbolo e no futuro da instituição imperial no Japão, a presente dissertação objetivou principalmente analisar que imagem o Imperador Akihito cria de si por meio de suas alocações. Tais alocações se encontram disponíveis no sítio eletrônico da Agência da Casa Imperial, tanto no original em japonês quanto em inglês. Dessa forma, considerando que a disponibilidade dos textos em japonês pressupõe coenunciadores nipônicos e a dos textos em inglês pressupõe a comunidade internacional como coenunciadores, analisaram-se as imagens criadas nos dois casos, buscando indícios de possíveis diferenças na criação do etos de Akihito em cada uma das versões de suas alocações. Além disso, buscou-se também pensar as relações de poder, segundo Foucault (1995, 2010), no *cópus* de pesquisa. Como arcabouço teórico, utilizaram-se conceitos da Análise do Discurso de base enunciativa, mais precisamente o conceito de etos na leitura de Maingueneau (1997, 2001b). O material de análise coletado abrange conferências de imprensa realizadas por ocasião da comemoração de dez e vinte anos de reinado de Akihito, nos anos de 1999 e 2009, respectivamente. A metodologia de pesquisa, por sua vez, consistiu em se analisar de forma comparativa os textos em japonês com aqueles em inglês, tendo como foco as ocorrências do verbo japonês *omou*, que expressa sentimento e julgamento, recorrente nas alocações do Imperador. Analisaram-se também as ocorrências de modalidades deônticas em ambas as versões do texto, acreditando-se que a pouca ocorrência dessas também contribui para se pensar a imagem do Imperador. Como resultado, verificaram-se diferenças significativas entre as duas versões das alocações. O etos de Akihito nas alocações em japonês sugere um Imperador amigo e próximo do povo, de tom moderado e amenizado, criando identificação entre ele e o povo. O etos apreendido na versão em inglês, por sua vez, sugere um Imperador mais firme em suas convicções, ora enfatizando mais seus sentimentos e opiniões, ora menos, conferindo-se certa ocidentalização de sua imagem. Pensando-se em termos de relação de poder, que caracteriza controle e divulgação, também se concluiu que, sendo o Japão o maior aliado capitalista no Oriente e seu Imperador, representante simbólico desse país, parece pertinente que suas alocações estejam disponíveis de forma tal que possibilite um controle constante por parte da comunidade internacional, garantindo a ordem capitalista.

Palavras-chave: Discurso. Poder. Etos. Imperador do Japão. Akihito.

ABSTRACT

After the Second World War, the Emperor of Japan lost his sovereignty and became symbol of the nation and of the unity of the Japanese people, according to the Constitution promulgated in 1947, being his functions basically ceremonials and diplomatics. Thinking of this Emperor as symbol and of the future of the imperial institution in Japan, the present dissertation tried to analyze what image Emperor Akihito creates of himself through his allocutions. Such allocutions are available on Imperial Household Agency's website in both Japanese and English. Therefore, considering that the availability of the texts in Japanese predicates Japanese coenunciators and that of the texts in English predicates the international community as coenunciators, the images created in both cases were analyzed, searching for signs of possible differences in the creation of the ethos of Akihito in both versions of his allocutions. Furthermore, one also tried to think the power relations, according to Foucault (1995, 2010), in the research corpus. For theoretical basis, concepts of the enunciative Discourse Analysis were used, more specifically the concept of ethos in Maingueneau's view (1997, 2011b). The collected material of analysis comprehends press conferences occurred in the occasion of celebrations for ten and twenty years of the enthronement of Akihito, in the years of 1999 and 2009, respectively. The methodology of research consisted in analyzing in a comparative way the texts in Japanese with the ones in English, focusing the occurrences of the Japanese verb *omou*, which expresses sentiment and judgment, recurrent in the Emperor's allocutions. One has also analyzed the occurrences of deontic modalities in both versions of the text, considering that their few occurrences also contribute to think the Emperor's image. As a result, significative differences between the two versions of the allocutions were observed. The ethos of Akihito in the allocutions in Japanese suggests an emperor that is friend and closer to the people, with a soft and moderate tone, in a way that creates identification between people and him. The ethos apprehended in the English version, on the other hand, suggests an Emperor who is stronger in his convictions, sometimes emphasizing more his feelings and opinions, sometimes less, leading to some westernization of his image. Thinking in terms of power relation, which characterize control and disclosure, one has also concluded that, being Japan the biggest capitalist ally in the East and its Emperor, symbolic representative of this country, it seems relevant that his allocutions are available in such a way that it becomes possible for the international community to exercise continuous control, ensuring the capitalist order.

Keywords: Discourse. Power. Ethos. Emperor of Japan. Akihito.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	REVISÃO DA LITERATURA	13
1.1	A figura do Imperador do Japão ao longo da história do país	13
1.2	A Casa Imperial hoje	17
1.2.1	<u>A Casa Imperial, a Agência da Casa Imperial e a Constituição</u>	18
1.2.2	<u>Questões linguísticas relativas à família imperial</u>	21
1.2.3	<u>O sistema imperial simbólico</u>	23
1.2.4	<u>Práticas religiosas na Casa Imperial</u>	25
1.2.5	<u>Liberdade de imprensa e relação da família imperial com a mídia</u>	28
1.2.6	<u>O futuro da família imperial</u>	29
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	34
2.1	Uma prática (inter)discursiva	34
2.2	Conceituação de etos, cenografia e código languageiro	38
2.3	Relações de poder	43
3	METODOLOGIA	50
4	ANÁLISES	56
4.1	<i>Omou</i> expressando sentimento	56
4.2	<i>Omou</i> expressando julgamento	62
4.3	Deônticos	73
4.3.1	<u>Deônticos verificados nas alocações em japonês</u>	74
4.3.2	<u>Deônticos verificados nas alocações em inglês</u>	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	85
	ANEXO A – Conferência de imprensa com o Imperador quando da comemoração de dez anos de reinado (texto original em japonês).....	90
	ANEXO B – Conferência de imprensa com o Imperador quando da comemoração de dez anos de reinado (tradução em inglês).....	93
	ANEXO C – Conferência de imprensa com o Imperador quando da comemoração de vinte anos de reinado (texto original em japonês).....	97
	ANEXO D – Conferência de imprensa com o Imperador quando da	

comemoração de vinte anos de reinado (tradução em inglês).....	100
ANEXO E – Introdução e primeiro capítulo da Constituição do Japão (em japonês).....	104
ANEXO F – Introdução e primeiro capítulo da Constituição do Japão (em inglês).....	106
ANEXO G – Introdução e primeiro capítulo da Constituição do Grande Império do Japão (em japonês).....	108
ANEXO H – Introdução e primeiro capítulo da Constituição do Grande Império do Japão (em inglês).....	110
ANEXO I – Leis da Casa Imperial (em japonês).....	113
ANEXO J – Leis da Casa Imperial (em inglês).....	117
ANEXO K – Artigo de McNeill: <i>What Role Japan’s Imperial Family?.....</i>	121
ANEXO L – Página inicial do sítio eletrônico da Agência da Casa Imperial em japonês	130
ANEXO M – Página inicial do sítio eletrônico da Agência da Casa Imperial em inglês.....	131

INTRODUÇÃO

A instituição imperial e a figura do imperador sempre estiveram presentes na história japonesa, mais ou menos em evidência. Mitologicamente considerados descendentes divinos e ligados com a formação do arquipélago nipônico, os imperadores já reinaram como sacerdotes, mecenas, guerreiros, bem como já estiveram isolados por séculos quando do governo dos xoguns.

A Restauração Meiji, em 1868, trouxe de volta a família imperial e o imperador ao topo da sociedade, sob uma Constituição absolutista que afirmava a descendência divina do imperador e sua soberania. Foi sob essa Constituição que o Japão imperialista da primeira metade do século XX ingressou na Segunda Guerra Mundial ao lado da Alemanha de Hitler e da Itália de Mussolini.

Com a derrota do Japão e a ocupação americana em território japonês, Hirohito, o imperador mais polêmico e mais conhecido do Japão no Ocidente, se viu obrigado a renunciar ao seu *status* de divindade, bem como a se submeter a uma nova Constituição que lhe retirava a soberania e o definia como símbolo da nação e da união do povo japonês. Akihito, filho de Hirohito e atual Imperador do Japão, mantém-se sob essa Constituição enquanto imperador simbólico.

Partindo do princípio de que o imperador é símbolo da nação e da união do povo japonês, a presente dissertação visa investigar a imagem criada por Akihito por meio de suas alocações, bem como refletir acerca das relações de poder que se configuram nessa instituição. Nesse sentido, buscam-se também caminhos para se pensar o papel simbólico do imperador e o futuro da família imperial. A presente pesquisa visa, assim, responder às seguintes perguntas:

1. Considerando que há uma tradução para o inglês das alocações de Akihito no sítio eletrônico oficial da Agência da Casa Imperial (*Kunaichô*), entende-se que essa tradução visa alcançar não apenas os japoneses, mas o resto do mundo. Dessa forma, que imagem de Akihito é criada em cada uma dessas versões?
2. Como se configuram as relações de poder na instituição imperial?

Para responder a essas perguntas, a presente dissertação se utilizou de teorias da Análise do Discurso de base enunciativa. Acredita-se que tal análise linguística possa contribuir significativamente para as pesquisas que vêm sendo

desenvolvidas até então no que diz respeito à instituição imperial japonesa, visto que a maioria delas se encontra em língua inglesa e não foram realizadas por japoneses, o que sugere que ainda há um certo tabu em relação a assuntos sobre o sistema imperial. Além disso, também cabe observar que grande parte dessas pesquisas em língua inglesa tem como foco o Imperador Hirohito, mais estudado no Ocidente.

Segundo Ruoff (2001),

O imperador Hirohito tem sido tema de algumas biografias, muitas das quais focando em seu papel durante a guerra. No presente, entretanto, não há biografia em língua inglesa do imperador Akihito. Um estudo da extensão de um livro sobre Akihito ou sobre Akihito e Michiko, com um foco particular em seus papéis ativos em moldar a monarquia, seria uma contribuição valiosa.¹ (RUOFF, 2001, p. 256)

A observação do autor confirma a necessidade de pesquisas com foco em Akihito, principalmente considerando seu papel na definição e no futuro da monarquia. Como apontado anteriormente, das pesquisas existentes com esse tema, parece haver poucas ou nenhuma cuja metodologia se exerça por meio de análises linguísticas das alocações dos membros da família imperial. Nesse sentido, essa pesquisa se justifica por se propor a explorar um tema até então pouco analisado, sob uma ótica inédita.

A presente dissertação se organiza em cinco capítulos: revisão da literatura, fundamentação teórica, metodologia, análises e considerações finais.

No primeiro capítulo, na revisão da literatura, apresentam-se estudos que conversem com o tema proposto nesta pesquisa. Primeiramente, traça-se um panorama geral do imperador na história do Japão. Em seguida, apresentam-se os membros da Casa Imperial nos dias de hoje, levando em consideração os dispositivos que regulam essa instituição, como a Agência da Casa Imperial e a Constituição; algumas questões discutidas nos trabalhos a respeito do tema também são elencadas nesse capítulo, como considerações linguísticas sobre alguns termos utilizados para a família imperial, reflexões acerca do imperador como símbolo, questões religiosas e a respeito da relação da mídia com a família imperial e, finalmente, considerações sobre o futuro da instituição.

No segundo capítulo, apresenta-se a base teórica que fundamenta a pesquisa. Trata-se das contribuições da Análise do Discurso de base enunciativa, mais precisamente a linha de pesquisa desenvolvida por Dominique Maingueneau. Nesse

¹ Tradução livre de: Emperor Hirohito has been the subject of several biographies, most of which have focused on his wartime role. At present, however, there is no English-language biography of Emperor Akihito. A book-length study of Akihito, or of Akihito and Michiko, with a particular focus on their active roles in shaping the monarchy, would be a valuable contribution. (RUOFF, 2001, p. 256)

capítulo, são discutidos conceitos como os de texto, de discurso ou prática discursiva, de interdiscursividade, de *etos*², de cenografia e de código linguageiro. É também realizada uma reflexão sobre as relações de poder que circulam na instituição imperial japonesa, com base nesse conceito desenvolvido pelo filósofo Michel Foucault.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia desenvolvida para realizar a pesquisa. Traça-se uma visão geral do sítio eletrônico da Agência da Casa Imperial (*Kunaichô*), de onde foi extraído o *córpus*³ de pesquisa a ser analisado, além de uma explicação sobre como ocorrem as conferências de imprensa com o Imperador Akihito. E, tratando-se de uma análise baseada nas ocorrências do verbo japonês *omou* (pensar; sentir) e nas das modalidades deônticas, também são apresentadas explicações sobre cada uma dessas categorias.

O capítulo das análises é o quarto da presente dissertação, trazendo as categorias analíticas apontadas anteriormente para se buscar pensar as questões que norteiam a pesquisa. São ao todo três categorias de análise distribuídas em três subcapítulos: ocorrências de *omou* expressando sentimento, ocorrências de *omou* expressando julgamento e ocorrências de deônticos. Ao fim de cada subcapítulo, são discutidos brevemente os resultados obtidos.

Por fim, o quinto capítulo encerra a dissertação trazendo considerações finais e reflexões sobre os resultados obtidos, apresentando também pontos fortes e fracos da pesquisa, bem como futuras possibilidades de estudos para se pensar a instituição imperial japonesa.

Cabe ainda ressaltar que todos os termos em língua japonesa utilizados na pesquisa seguem o padrão de romanização sugerido pelos pesquisadores de língua, literatura e cultura japonesa da Universidade de São Paulo, como consta nos artigos publicados no periódico *Estudos Japoneses*. Os anexos, entretanto, não foram romanizados, mantidos na escrita japonesa.

Findas as observações iniciais, parte-se para o primeiro capítulo da presente pesquisa.

² Nesta dissertação, optou-se por grafar o termo *etos* na forma como está dicionarizado em português, em vez do usual *ethos*.

³ Optou-se por grafar o termo *córpus* obedecendo às regras de acentuação do português, visto que se trata de uma palavra usada com frequência no meio acadêmico e que, portanto, já poderia ter sido dicionarizada.

1 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo visa contextualizar o tema da presente pesquisa, ou seja, o Imperador do Japão Akihito. Dividido em duas partes, primeiramente é apresentado um histórico breve da instituição imperial no Japão, considerada pertinente para se compreender o papel do imperador nas diferentes épocas da história do país. Posteriormente, apresenta-se a Casa Imperial como se configura hoje, dividida nos seguintes subitens: a Casa Imperial, a Agência da Casa Imperial e a Constituição; questões linguísticas relativas à família imperial; o sistema imperial simbólico; práticas religiosas na Casa Imperial; liberdade de imprensa e relação da família imperial com a mídia; e o futuro da família imperial.

1.1 A figura do Imperador do Japão ao longo da história do país

Eles [os imperadores] foram líderes de guerra e xamãs, sumos sacerdotes, políticos, mecenas de poesia e das artes e até mesmo deidades em forma humana. A última categoria nomeada incluiu, por vinte anos, o pai do imperador presente, que hoje é formalmente descrito como “símbolo da nação” (ainda que com alguns deveres residuais de sacerdote)⁴ (MARTIN, 1997, p. 3)

Martin (1997) resume bem a versatilidade da figura imperial no Japão ao longo de seus mais de dois mil anos de história. Os imperadores do Japão parecem sempre ter se adaptado às exigências da época e é possível que tal atitude tenha contribuído para a longa vida dessa instituição, mesmo tendo passado por períodos de afastamento do governo do país.

A história dos imperadores japoneses remonta a longa data, basicamente desde o mito do surgimento do Japão, narrado na considerada primeira obra literária em japonês, chamada *Kojiki* (712). De acordo com a mitologia japonesa, a família imperial teria descendência divina. O deus Izanagi, junto com sua irmã, a deusa Izanami, teriam sido enviados à Terra para criar o que hoje são as ilhas que

⁴ Tradução livre de: They have been warlords and shamans, high priests, politicians, patrons of poetry and the arts and even deities in human form. The last-named category included, for twenty years, the father of the present emperor, who today is formally described as "symbol of the nation" (albeit with some residual priestly duties). (MARTIN, 1997, p. 3)

compõem o arquipélago do Japão. Segundo o mito, esses deuses utilizaram uma lança para mexer no oceano, fazendo com que o sal que respingasse de sua ponta formasse as ilhas que compõem o país. Ambos os deuses deram origem a diversos outros deuses, como a Deusa do Sol Amaterasu, intimamente ligada com a linhagem imperial e cultuada até hoje no Templo de Ise, pertencente à família imperial.

O Imperador Jinmu foi o primeiro imperador registrado em *Kojiki*, ainda que sua existência seja posta em discussão por muitos historiadores. Himiko, por sua vez, uma das poucas imperatrizes do Japão, parece ter possuído poderes mágicos e ter sido bastante respeitada em sua época, de acordo com historiadores. O xintoísmo, religião tipicamente japonesa, desde esse início esteve associado à família imperial, como permanece até hoje.

O apogeu da Casa Imperial se deu na era Heian (794-1192), tendo os imperadores reinado por quase quatrocentos anos em meio à riqueza e à paz, o que levou ao florescimento da corte e ao desenvolvimento de uma cultura bastante delicada e refinada, principalmente por parte das mulheres da corte, que escreviam poesias e chegaram a criar um dos sistemas de escrita utilizados hoje na língua japonesa, o *hiragana*. A obra literária clássica mais notória do Japão, *Genji Monogatari* (*O Romance do Genji*, em português), foi escrita por uma nobre da corte, Murasaki Shikibu. Apesar de se tratar de uma ficção, nela encontram-se muitos elementos que retratam a vida dos monarcas na época.

Com o início das batalhas entre os clãs que almejavam o governo do país, a família imperial começou a perder sua força e deu-se início, em 1192, ao xogunato, governo da classe guerreira (os samurais) que duraria até 1868. Durante esses quase setecentos anos de história, a família imperial se viu afastada do governo do Japão, só retornando ao centro das atividades políticas com a Revolução Meiji, em 1868.

Restituindo-se o governo do país à família imperial, o sistema feudal e as classes militares tiveram fim, dando-se início à ocidentalização do Japão. O Imperador Meiji⁵ (1868-1912), 122º Imperador do Japão, assume o trono com dezesseis anos. A Constituição do Grande Império do Japão é, então, promulgada

⁵ No Japão moderno, os imperadores não são chamados por seu nome, mas pelo nome da era que representam. O imperador Meiji, portanto, representa a era Meiji. As eras também mudam de acordo com o imperador, ou seja, quando determinado imperador morre, muda-se o nome dessa era para um novo, de acordo com o imperador que ascende ao trono.

em 11 de fevereiro de 1889, garantindo soberania total ao imperador, que ainda adquire *status* oficial de divindade, sendo sua vontade soberana e indiscutível (ver Anexos G e H).

O termo *tennô* passa a ser o termo japonês oficial para designar seu imperador. Cabe observar que a palavra japonesa que define essa função política é *kôtei*, mas se aplica apenas a imperadores de outros países (embora hoje o imperador japonês seja o único existente no mundo). Martin (1997) tece algumas considerações a respeito da palavra *imperador*:

A palavra inglesa "imperador" caiu em uso geral durante a segunda metade do século dezenove, tendo sido aprovada por líderes políticos japoneses do período Meiji de forma ampla, parece, por haver imperadores na Europa. De fato, a soberana da Grã-Bretanha era uma rainha, mas ela logo se tornou imperatriz da Índia. Os Estados Unidos tinham aquela nova variedade estranha de chefe de estado, um presidente, o que era fora de questão para o Japão. Então foi decidido que o soberano do novo membro da família de nações e competidor por prestígio internacional deveria ser chamado de imperador, pois ocasionaria uma perda de face dolorosa se o Japão tivesse um mero rei para se comunicar no nível diplomático mais alto com tais nobres.⁶ (MARTIN, 1997, p. 5)

Dessa forma, entende-se que a designação *imperador* tenha sido importada da Europa, onde ainda havia imperadores na época. Tratava-se, sobretudo, de um novo momento na história do Japão, até então fechado para relações exteriores, mas que agora visava buscar recursos e ampliar seu território. O representante de um país que estava ingressando na corrida imperialista, portanto, não poderia ser mero rei, como explica Martin. Vale observar também que o termo *tennô*, que significa literalmente "representante do céu", possui conotação divina que o termo *kôtei* não possui. Essa conotação poderia servir, portanto, para justificar as atitudes que o Imperador do Japão viesse a tomar durante essa era imperialista. O termo parece ter servido bem também a Hirohito durante a Segunda Guerra Mundial.

Essa soberania sagrada do imperador perduraria ainda no reinado dos imperadores Taisho (1912-1926) e Shôwa (1926-1989). Hirohito, o imperador japonês mais conhecido e mais polêmico no Ocidente, ascendeu ao trono em 25 de dezembro de 1926, dando início à era Shôwa. Grande parte de sua fama se deve ao fato de ter sido sob seu reinado que o Japão ingressou na Segunda Guerra Mundial,

⁶ Tradução livre de: The English word "emperor" came into general use during the latter half of the nineteenth century, having been approved by Japanese statesmen of the Meiji period, largely, it seems, because there were emperors in Europe. True, the sovereign of Great Britain was a queen, but she soon became Empress of India. The United States had that odd new variety of head of state, a president, which was out of the question for Japan. So it was decided that the sovereign of the new member of the family of nations and contender for international prestige should be called the emperor, for it would have entailed painful loss of face if Japan had a mere king to communicate at the highest diplomatic level with such grandees. (MARTIN, 1997, p. 5)

aliado à Alemanha e à Itália, formando as Potências do Eixo. Nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, no entanto, foram lançadas bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, respectivamente. Tal ato levou à rendição do Japão, por meio de um anúncio de Hirohito pelo rádio. O Imperador anunciou o fim da participação do Japão na guerra e também renunciou ao seu status de divindade. As tropas norte-americanas assumiram o controle do país e iniciaram medidas para desmilitarizá-lo. Políticos e militares foram condenados pelos crimes de guerra, mas o Imperador Hirohito foi mantido, evitando uma crise institucional.

No dia 3 de maio de 1947, passa a vigorar a nova Constituição do Japão, tendo como base a vontade do povo, o desarmamento militar e a preservação dos direitos humanos (ver Anexos E e F). Sob essa nova Constituição, o imperador perde sua soberania e o governo do Japão fica a cargo da Dieta Nacional, o parlamento japonês. Assim, o povo passa a escolher os governantes de suas províncias e as mulheres ganham direito ao voto. Os partidos políticos, extintos no início do século XX, voltam a existir, bem como o direito à liberdade de expressão (ainda que essa liberdade seja discutível, como será tratado no subcapítulo seguinte).

Com isso, o Imperador Hirohito deixa de ser soberano e descendente divino e passa a ser, segundo a nova Constituição, símbolo da nação e da união do povo japonês. Nesse sentido, o imperador, bem como o termo *tennô*, permanece na nova Constituição e no novo momento da história do Japão, mas agora como um ser humano comum, tendo sua função condicionada à vontade do povo.

Nesse segundo momento do reinado de Hirohito, este pareceu se dedicar a tentar se aproximar da população, visitando locais afetados pela guerra. Além disso, Hirohito também visitou outros países, na tentativa de criar novos laços de amizade e melhorar a imagem internacional do Japão, como que visando promover uma imagem de uma nova era de paz.

Com a morte de Hirohito em 7 de janeiro de 1989, tem fim a era Shôwa e dá-se início à era Heisei, subindo ao trono imperial seu filho Akihito, que assume o papel de símbolo da nação sob uma nova era de paz, como indica o termo *heisei*.

1.2 A Casa Imperial hoje

Este subcapítulo da revisão da literatura visa reunir algumas pesquisas cujo foco recai sobre a figura do Imperador do Japão no pós-guerra. Para tal, buscou-se reunir alguns temas recorrentes a respeito da figura do imperador e discuti-los aqui à medida que se relacionassem com a imagem de Akihito. Vale ressaltar, no entanto, que a maioria das pesquisas, como explicado anteriormente, possui como foco o Imperador Hirohito, devido tanto à sua polêmica quanto ao fato de ser o primeiro imperador a reinar sob uma Constituição que o prevê como símbolo da nação e do povo. Ainda assim, procurou-se dar preferência aos estudos que abordassem, de alguma forma, o Imperador Akihito.

No primeiro subitem, apresentam-se a Casa Imperial, a Agência da Casa Imperial e a Constituição, buscando apresentar também os membros da família imperial. Tal panorama se faz necessário tendo em vista uma compreensão geral por parte do leitor do sistema imperial do Japão atual.

Em seguida, são apresentadas questões relativas aos termos linguísticos previstos pelas Leis da Casa Imperial (ver Anexos I e J) e utilizados para se referir aos membros da família imperial. Veremos que essas determinações reforçam a noção hierarquizadora presente na sociedade japonesa e estão vinculadas, também, à imagem de Akihito. Apesar de se tratar de um imperador simbólico que busca se relacionar com o povo, diferente do imperador divino anterior, tais distinções linguísticas parecem reforçar a hierarquia e criar um distanciamento com esse povo.

A noção de símbolo, por sua vez, se mostra fundamental para a presente pesquisa, uma vez que se trata da definição principal do imperador, portanto inevitavelmente vinculada à sua imagem. Reflexões a respeito dessa questão são apresentadas no terceiro subitem dessa seção da dissertação.

Outro tópico apresentado se refere à questão das práticas religiosas. Se não se considera mais o imperador enquanto figura divina, teoricamente não haveria razões para celebrações e cerimônias que o sugerissem como tal. Entretanto, como apontam alguns autores, a realização de cerimônias de caráter religioso, como o funeral de Hirohito e os ritos de ascensão de Akihito ao trono, como previsto nas Leis da Casa Imperial, ainda parecem vincular a imagem dos imperadores a divindades.

A liberdade de expressão e imprensa, por sua vez, quinto subitem da dissertação, também está prevista na Constituição, mas diversos incidentes já ocorreram com aqueles que se julgaram livres para debater sobre o sistema imperial. A mídia também parece não ter liberdade suficiente para questionar a instituição imperial, fato que se reflete na maior facilidade para se encontrar pesquisas sobre o assunto fora do Japão.

Por fim, tecem-se algumas considerações sobre a continuidade da família imperial enquanto instituição. Conforme apontado no último subitem, acredita-se que a continuidade da instituição imperial estaria condicionada ao gosto popular, cabendo à família imperial continuar obtendo apoio popular.

1.2.1 A Casa Imperial, a Agência da Casa Imperial e a Constituição

Nascido em 23 de dezembro de 1933, Akihito viveu parte de sua infância no período da Segunda Guerra Mundial. Tornou-se Príncipe Herdeiro do Japão em 10 de novembro de 1952, sendo o primeiro na linha de sucessão ao trono imperial. Tornou-se o 125º Imperador do Japão no dia 7 de janeiro de 1989, como imperador símbolo da nação e da união do povo japonês, dando início à era Heisei.

Akihito estudou ciências políticas na Universidade Gakushuin, em Tóquio. No entanto, o Imperador mantém o mesmo gosto de seu pai e contribui para o mundo acadêmico com pesquisas na área de biologia marinha.

O Imperador é casado com a Imperatriz Michiko e possuem três filhos: o atual Príncipe Herdeiro do Japão, Naruhito, e seus irmãos Príncipe Akishino e Sayako, esta última tendo perdido título de princesa por ter se casado com um japonês não pertencente à família imperial⁷. O Príncipe Herdeiro Naruhito é casado com a Princesa Masako e tem uma filha, a Princesa Aiko. O Príncipe Akishino, casado com a Princesa Kiko, possui, por sua vez, três filhos: a Princesa Mako, a Princesa Kako e o Príncipe Hisahito. Este último, por sua vez, será o futuro Príncipe Herdeiro, uma

⁷ Como consta no Artigo 12 das Leis da Casa Imperial (Anexos I e J), se um membro feminino pertencente à família imperial se casa com alguém de fora da Casa Imperial, este perde seu status real (caso de Sayako). No entanto, o mesmo não ocorre com membros masculinos, que possuem o direito de se casar com mulheres não pertencentes à Casa Imperial (Artigo 15), caso do príncipe herdeiro Naruhito e do príncipe Akishino, bem como do próprio imperador Akihito.

vez que Naruhito não possui nenhum descendente masculino, obedecendo-se à ordem de sucessão ao trono imperial.

Como se vê frequentemente na mídia japonesa, incluindo o próprio sítio eletrônico da Agência da Casa Imperial, o Imperador e sua esposa parecem buscar sempre se aproximar cada vez mais do povo japonês, mais do que fazia Hirohito, por sua vez, que sequer tinha sido visto pela população até o fim da Segunda Guerra Mundial. O casal já visitou todas as províncias do Japão, prática que procuram manter principalmente quando ocorre algum desastre natural no país, como foram os casos do grande terremoto de 1995, em Kobe, e do tsunami de março de 2011, que destruiu grande parte da região de Tôhoku. Além disso, já visitaram também locais afetados pela Segunda Guerra Mundial e Akihito muitas vezes apresentou condolências aos países que foram atacados pelo Japão no passado, como a China e a Coreia do Sul. Apesar de seu atual estado debilitado de saúde, o imperador prossegue exercendo suas atividades com a ajuda dos filhos.

A Agência da Casa Imperial (*Kunaichô*) é a responsável pela administração da Casa Imperial como um todo. Surgiu na era Meiji como órgão máximo junto ao imperador, tornando-se, posteriormente, uma instituição hierarquicamente abaixo da Dieta Nacional, assim como o próprio imperador, de acordo com o estipulado pela Constituição em vigor. A Agência da Casa Imperial é responsável por intermediar a comunicação entre a Casa Imperial e a imprensa, pelos bens dos membros da Casa Imperial, por organizar os compromissos oficiais do imperador e por administrar, de forma geral, todos os assuntos que forem pertinentes à instituição imperial. O órgão mantém também um sítio eletrônico, atualizado constantemente com as notícias sobre a Casa Imperial, bem como com as alocações públicas de seus membros. O corpúsculo de pesquisa da presente dissertação foi inteiramente coletado nesse sítio. A Agência da Casa Imperial também possui uma legislação própria, específica para a instituição imperial.

A Constituição do Japão, por sua vez, como explicado anteriormente, foi promulgada em 1947, em substituição à Constituição do Grande Império do Japão, de 1889. A diferença de funções do imperador fica bastante clara entre as duas constituições, como já explicado em momentos anteriores dessa dissertação.

Na Constituição de 1889, o imperador era definido como o cargo mais alto do Estado, com soberania absoluta e responsável por grande parte das decisões, tomadas de acordo com sua vontade e não podendo ser questionadas. Sua

descendência divina também estava bastante clara, justificando sua importância para o império japonês. O próprio texto da Constituição reflete essa supremacia imperial. A voz que fala no texto introdutório da Constituição se compromete, sob graça divina, a cuidar do Japão. Essa voz parece se remeter ao imperador e aos seus antecessores divinos, formando, portanto, uma longa linhagem de descendentes sagrados que reinaram no país por todos esses séculos, dando ao texto um caráter sagrado (ver anexos G e H). No texto em japonês da Constituição, pode-se perceber ainda, na introdução, uma estruturação de parágrafos incomum, visto que a cada vez que se cita algo referente ao imperador, inicia-se um novo parágrafo, para que esses termos estejam sempre destacados no topo, como deveria estar o imperador. Vale observar que, na língua japonesa, escreve-se, comumente, de forma vertical, de cima para baixo, estando esses termos, de fato, no topo.

Já na Constituição atual, o imperador deixa de ser definido como soberano e descendente divino, passando a ser apenas humano e condicionado à vontade do povo, perdendo também o governo do país. Suas funções passam a ser limitadas e de caráter majoritariamente cerimonial. O governo do Japão, assim, é assumido pela Dieta Nacional, o parlamento japonês, sendo o primeiro ministro o chefe de estado, ainda que caiba também ao imperador realizar visitas e relações diplomáticas fora do Japão. Também no texto da Constituição podem-se perceber características distintas da de 1889. Enquanto o tópico das orações nessa última era principalmente o imperador, no novo documento o foco da oração recai, geralmente, sobre o povo japonês, cuja vontade é definida como soberana. Assim, a voz do texto constitucional, que antes parecia se referir ao imperador e aos seus antecessores divinos, passa a se referir à população japonesa, foco da Constituição vigente.

Espera-se, com essas considerações, que o leitor consiga construir uma visão geral a respeito da instituição imperial como se configura nos dias de hoje. Parte-se, assim, para os subitens seguintes, que trazem outras pesquisas sobre o tema.

1.2.2 Questões linguísticas relativas à família imperial

Como toda realza que se preze, é comum referir-se a seus membros por títulos que designem sua posição hierárquica, como *rei*, *rainha*, *príncipe*, *duque* etc. Mesmo em países não monárquicos, como o Brasil, a imprensa parece incentivar o uso desses termos hierarquizantes, referindo-se sempre à presidenta como Presidenta Dilma Rousseff, e raramente apenas pelo seu nome. Nesse sentido, a família imperial japonesa não difere dos demais chefes de estado e membros de monarquias, também sendo seus membros designados por termos especiais.

Como costume no país, não se chama o imperador pelo nome próprio e sim pelo termo *Heika* (Vossa Majestade). Assim, o Imperador Akihito é comumente chamado de *Tennô Heika* (Vossa Majestade o Imperador) ou *Kinjô Tennô* (Imperador Reinante), e sua esposa, a Imperatriz Michiko, de *Kôgô Heika* (Vossa Majestade a Imperatriz). Naturalmente, seus descendentes também são chamados pelo título de sua posição seguido do termo *Denka* (Vossa Alteza). Dessa forma, o Príncipe Herdeiro Naruhito, por exemplo, é designado como *Kôtaishi Denka* (Vossa Alteza o Príncipe Herdeiro).

Tais designações são previstas pelas Leis da Casa Imperial, conforme consta no seu Artigo 4. Essas especificações são respeitadas e utilizadas pela mídia japonesa e se verificam também no corpus de análise da presente dissertação, uma vez que se trata de conferências de imprensa e os jornalistas devem, naturalmente, utilizar esses termos.

Além disso, costuma-se chamar os imperadores anteriores pelo nome da era em que reinaram. Dessa forma, embora os ocidentais se refiram a Hirohito por seu nome, por exemplo, para os japoneses trata-se do Imperador Shôwa (*Shôwa Tennô*), uma vez que reinou nessa era, igualmente aos anteriores, como o Imperador Taishô (*Taishô Tennô*), o Imperador Meiji (*Meiji Tennô*) etc. Assim, Akihito, que reina numa era chamada *Heisei*, também ficará registrado como Imperador Heisei (*Heisei Tennô*), após sua morte.

Outros aspectos linguísticos também merecem ser tratados neste capítulo. Field (1993), ao comentar a ascensão de Akihito ao trono, observa o fato de ele se dirigir aos japoneses para que juntos protejam a Constituição, além de ele expressar

abertamente seus sentimentos, característica que, deve-se comentar, o distingue de seus antecessores e que se torna material de análise na presente dissertação.

Em 1989 era o novo imperador, voz nasalada e distintamente não carismático, sem dúvidas o mais útil para tal. Ele era fazia tempo o filho diligente esperando nos bastidores. Eu não sei como ele se saiu aos quinze anos. Desde que anunciou com bravura sua determinação em proteger a Constituição “junto com todos vocês”⁸ em sua primeira aparição pública após a morte de seu pai – uma afirmação notável não apenas por seu sentimento mas por seu surpreendente e eloquente uso da segunda pessoa – ele tem recuado em uma cautela previsível.⁹ (FIELD, 1993, p. 6)

Vale ressaltar, ainda, que apesar da terminologia específica para se referir aos membros da família imperial japonesa, seus membros fazem uso da língua japonesa padrão, como se confere nas alocações do Imperador. Tal atitude, naturalmente, parece criar proximidade e identificação por parte da população, diferente de Hirohito, por exemplo, que, além de quase nunca se dirigir ao povo, utilizava um japonês que remetia ao arcaico, não mais compreendido pela população da época.

Apesar desse “avanço” linguístico, a mídia ainda incentiva termos exclusivos para se referir à família imperial, como demonstra Field.

A linguagem jornalística utilizada durante a doença e a morte de Hirohito revelou a força contínua do tabu. A morte de Hirohito foi referida como *hōgyo* por todos os jornais no país, exceto pelos dois diários da Prefeitura de Okinawa e o *Red Flag*, o órgão do Partido Comunista do Japão. De acordo com dicionários padrões, apenas quatro japoneses podem ter essa palavra especial para morte aplicada em seus falecimentos: o imperador, a imperatriz, a imperatriz viúva, e a grande imperatriz viúva.¹⁰ Todos os outros japoneses, bem como todos os outros seres humanos, morrem mortes comuns, linguisticamente falando. Houve consideráveis debates nos círculos jornalísticos sobre se a morte de Hirohito deveria ser absolutamente distinta dessa forma.¹¹ (FIELD, 1993, p. 23) [grifos da autora]

⁸ A alocação a que Field se refere foi realizada em 9 de janeiro de 1989 e também consta no sítio eletrônico da Agência da Casa Imperial (disponível em <<http://www.kunaicho.go.jp/okotoba/01/okotoba/okotoba-h01e.html#D0109>>). Akihito diz “*minasan to tomo ni*”, que poderia ser traduzido como “junto com todos vocês”. Não se trata, necessariamente, de um caso de utilização de segunda pessoa, como Field aponta. É possível que a autora possa ter se referido ao fato de Akihito se dirigir ao povo de forma mais direta, prática não comum em relação aos imperadores anteriores.

⁹ Tradução livre de: In 1989 it was the new emperor, nasal-voice and distinctly uncharismatic, and doubtless the more useful for it. He was too long the diligent son waiting in the wings. I don't know how he did on the fifteenth. Since boldly announcing his resolve to protect the Constitution "together with all of you" on his first public appearance after the death of his father - a statement noteworthy not only for its sentiment but for its startling and eloquent use of the second person - he has receded into a predictable cautiousness. (FIELD, 1993, p. 6)

¹⁰ Outros exemplos no Capítulo 4 das Leis da Casa Imperial (Anexos I e J).

¹¹ Tradução livre de: Journalistic language used throughout Hirohito's illness and death revealed the continuing force of the taboo. Hirohito's death was reported as a *hōgyo* by every newspaper in the country except for the two dailies of Okinawa Prefecture and the *Red Flag*, the organ of the Japan Communist Party. According to standard dictionaries, only four Japanese can have this special word for death applied to their passing: the emperor, the empress, the dowager empress, and the grand dowager empress. All other Japanese, all other human beings for that matter, die ordinary deaths, linguistically speaking. There was considerable debate in journalistic circles as to whether Hirohito's death should be thus absolutely distinguished. (FIELD, 1993, p. 23) [grifos da autora]

Assim, o termo *hōgyo* foi utilizado para se referir à morte de Hirohito contra o usual *shibō*, por exemplo, utilizado pela mídia para se referir à morte de cidadãos comuns. Tal noção de distinção linguística em relação aos membros da família imperial também se verifica nas coletivas de imprensa, ocasião em que os jornalistas utilizam obrigatoriamente o *keigo*, linguagem honorífica bastante utilizada na sociedade japonesa entre desconhecidos ou pessoas de posições sociais distintas hierarquicamente, não se tratando, portanto de um código de linguagem específico para o Imperador. No entanto, seguindo essa regra de uso, mesmo o Imperador deveria se utilizar com frequência desse tipo de linguagem, mas tal prática só se verifica algumas vezes em suas alocações. Assim, fica evidente a noção de hierarquia por parte do próprio Imperador.

Esses aspectos linguísticos verificados não só comprovam a noção de hierarquia evidente na instituição imperial, como também estabelecem uma relação íntima entre código de linguagem e relações de poder, como se verificará no capítulo seguinte desta dissertação.

1.2.3 O sistema imperial simbólico

Outro aspecto que parece pertinente para se tratar nesse capítulo é a questão do símbolo, função do imperador definida pela Constituição, mas cuja definição exata não foi muito explorada no texto constitucional. Entretanto, tal conceito é fundamental para a presente pesquisa, visto que a forma como Akihito exerce sua função de símbolo implica na criação de uma imagem sua.

Com as mudanças na Casa Imperial estipuladas pela nova Constituição japonesa no pós-guerra, o imperador passa a ser definido como símbolo da nação e da união do povo japonês. No entanto, o que significa ser símbolo de um povo?

Na conferência de imprensa quando da comemoração de vinte anos de reinado de Akihito (ver Anexos C e D), em 2009, o Imperador comenta sobre esse papel simbólico, afirmando:

Durante os últimos vinte anos, eu venho continuamente procurando interpretar esse papel simbólico, tendo em mente tanto a longa história da linhagem imperial quanto o bem-estar das pessoas. No entanto, eu não pensei sobre nenhum simbolismo

específico da era Heisei como sugere a pergunta [do jornalista]. (Anexos C e D, questão 1)¹² [grifo nosso]

Dessa forma, percebe-se que o próprio Akihito parece não saber exatamente o que deve ser um símbolo, mas que prossegue cumprindo com seus deveres de acordo com o estipulado pela Constituição, sem, no entanto, pretender criar um simbolismo próprio.

Sabendo ou não o que significa ser um símbolo, o imperador parece continuar sendo um dos pilares da cultura japonesa. O próprio hino japonês é um louvor à figura do imperador. O xintoísmo, religião tipicamente japonesa presente nos costumes e no cotidiano desse povo, é relacionado à família imperial, como já comentado anteriormente. Significativa também é a influência do imperador no calendário japonês. Este é modificado de acordo com o imperador reinante. O ano de 1989, quando da ascensão de Akihito ao trono, passou a ser considerado o primeiro ano da era Heisei. Nesse sentido, o ano de 2013 é, oficialmente, o ano 25 da era Heisei, contagem utilizada em todos os documentos oficiais do Estado. Além disso, o aniversário de Akihito, em 23 de dezembro, tornou-se feriado nacional, como provavelmente acontecerá com o imperador seguinte. Dessa forma, a força simbólica do imperador no país é notória, não se tratando apenas de uma figura lembrada apenas nas cerimônias oficiais.

Uma outra forma de se exercer essa força simbólica, segundo Field (1993), é a curiosa relação do sistema imperial com o capitalismo, relação essa estabelecida pela autora. Ela exemplifica comentando sobre o casamento de Akihito com Michiko, quando ele era ainda Príncipe Herdeiro do Japão, no ano de 1959, época em que a televisão estava ganhando espaço no país.

O estilo doméstico do novo casal, Akihito e Michiko, foi amplamente difundido por meio da televisão e das revistas femininas. Tratava-se de um lar atraente, florescendo sob a contemplação benevolente do imperador e da imperatriz, que seguiam envelhecendo. A imagem se dirigia aos jovens do Japão: trabalhem duro e vocês, também, podem um dia ter uma sala de estar onde as crianças tocam instrumentos musicais e leem livros junto a seus pés.¹³ (FIELD, 1993, p. 26)

¹² Tradução livre de: Over the past twenty years, I have continually sought to interpret that symbolic role, bearing in mind both the long history of the Imperial line and the well-being of the people. I have not however thought about any particular Heisei Era symbolism as the question suggests. (Anexos C e D, questão 1)

¹³ Tradução livre de: The domestic style of the new couple, Akihito and Michiko, was widely disseminated through television and women's magazines. It was an appealing household, blossoming under the gaze of the benevolently aging emperor and empress. The image called out to the youth of Japan: work hard and you, too, may one day have a living room where children play musical instruments and read books at your knee. (FIELD, 1993, p. 26)

Para assistir ao casamento de Akihito, cada família japonesa comprou um aparelho de televisão, impulsionando a venda do produto no país e tornando-o um dos principais meios de comunicação da época e, conseqüentemente, um estímulo ao consumo. Assim, uma vez que o Japão se tornou um país capitalista, apesar do receio dos norte-americanos na época da ocupação do país, o Imperador, enquanto símbolo, parece poder servir como influência desse modelo capitalista. Fica mais evidente, assim, a influência do modo de ser e viver da família imperial sobre a população japonesa. A ideia de família feliz e unida, como descreve Field, pode servir de modelo para a população, além de incentivar a dedicação do povo ao trabalho, o que gera força econômica, que impulsiona a economia do país e, por sua vez, configura um modo contemporâneo de estímulo ao consumo, garantindo estabilidade de um modelo capitalista de sociedade. Nesse sentido, se os japoneses se espelharem na família imperial como modelo de vida, parece haver um reforço da noção de um símbolo em serviço do capitalismo e, conseqüentemente, da ordem mundial de trabalho, produção e consumo. Por outro lado, a própria família imperial acaba se aproximando também da população, criando laços mais estreitos com ela enquanto símbolo, como se o Imperador assumisse uma figura amiga em relação ao povo.

Entende-se, portanto, que parece haver uma via de mão-dupla nessa construção de um símbolo, uma vez que o Imperador configura um incentivo à ordem capitalista e, ao mesmo tempo, é configurado dentro dessa mesma ordem, sendo também um reflexo do povo que prevê, de forma que se mantenha uma identificação com o povo.

1.2.4 Práticas religiosas na Casa Imperial

Outra questão pertinente é a das cerimônias de cunho religioso realizadas na instituição imperial. Tratando-se de um estado laico, não devendo nenhuma religião ser imposta ou financiada pelo governo japonês, o fato de haver cerimônias de caráter religioso no que tange à família imperial ainda parece causar polêmicas.

Quando da ocupação americana em território japonês, em 1945, Hirohito se viu obrigado a renunciar ao status de divindade, mas continuou como imperador do país, mesmo que simbólico. Para Martin (1997),

A preservação da instituição imperial no Japão foi vista como sendo vital para o interesse estratégico norte-americano, enquanto que em curto prazo foi vista como essencial para se manter a ordem cívica após a derrota, a fim de se evitar uma tomada comunista.¹⁴ (MARTIN, 1997, p. 150)

Os norte-americanos, então, pareceram perceber que a figura do imperador para os japoneses ia além dos domínios da política, assumindo um aspecto espiritual e sagrado que data de milênios. Deturpar sua imagem como tal poderia levar a sociedade japonesa ao caos, além de poder incentivar uma revolta comunista.

Seraphim (2006, p. 38) afirma que a renúncia de Hirohito ao seu status de divindade marca o fim de uma era que ele chama de *shrine world* (mundo do santuário). No entanto, quando da cerimônia de enterro de Hirohito (com aspectos budistas) e da cerimônia de entronamento de Akihito (com aspectos xintoístas), a questão religiosa voltou a ser debatida no país, dado o caráter sagrado desses rituais.

Apesar da separação determinada pela Constituição entre Estado e Igreja, duas cerimônias imperiais foram realizadas quando do entronamento de Akihito: o *Sokuirei* e o *Daijôsai*. O *Sokuirei* foi realizado em 12 de novembro de 1990, representando o entronamento de Akihito, enquanto o *Daijôsai* ocorreu nos dias 22 e 23 do mesmo mês, tratando-se, no entanto, de uma cerimônia de cunho xintoísta. Na cerimônia do *Daijôsai*, o imperador oferece alimento aos *kami* (divindades xintoístas) e se alimenta também, em seguida, simbolizando sua comunhão com os deuses. Ele, então, agradece a esses deuses e a seus ancestrais, além de pedir pela paz do povo e por boas colheitas. Essa cerimônia, portanto, representa a união do imperador com os deuses e com sua nação, servindo como mediador entre o sagrado e o mundano (a descrição dessa cerimônia se encontra disponível em: <<http://www.kunaicho.go.jp/about/seido/seido10.html>>).

Olson (1998), por sua vez, explora detalhadamente o que representam essas cerimônias imperiais e, pensando no simbolismo da figura do imperador, afirma:

¹⁴ Tradução livre de: The preservation of the imperial institution in Japan was seen as being vital to the American strategic interest, while in the short term it was viewed as essential if civic order was to be maintained in the aftermath of defeat, and a communist takeover avoided. (MARTIN, 1997, p. 150)

Os ritos de ascensão [ao trono] do Japão e a retórica política em torno deles enfatizaram unidade, uma unidade de uma “essência” inexplicável, e o imperador e o programa ritual serviram como uma expressão simbólica dessa unidade. O processo de ascensão realçou a importância de um “símbolo” comum para expressar adesão comunitária no todo maior, e, retoricamente, o uso de ambiguidade, frequentemente travestida em diversos tons do místico, ao definir esse símbolo, permitiu uma aceitação mais fácil de reivindicações de sua legitimação como símbolo.¹⁵ (OLSON, 1998, p. 245) [grifo nosso]

Nesse sentido, essas cerimônias acabam por remeter à história de uma longa linhagem de imperadores sagrados que sempre estiveram presente no Japão, apesar de todas as mudanças ocorridas na instituição, o que parece indicar que a figura do imperador também justifique sua existência como sendo o pilar da cultura japonesa, visto que muitas práticas religiosas estão presentes na cultura japonesa. Nakamura (1992, p. 104), citando o político Katô Kanjû, comenta que essa ligação da instituição imperial com a cultura nacional (incluindo aspectos religiosos presentes em festivais, por exemplo) vem de longa data. Para Katô, o imperador sempre deveria existir já que diversos aspectos da cultura japonesa se configuram em torno dessa instituição.

Deve-se atentar, no entanto, para o fato de que algumas pequenas mudanças na realização dessas cerimônias imperiais foram realizadas quando do entronamento de Akihito. No *Daijôsai* de Akihito, diferente do de seu pai, o primeiro ministro não se vestiu com trajes tradicionais japoneses, mas com ocidentais, além de não ficar abaixo do imperador, mas ao seu lado, representando a soberania do povo, como prevê a Constituição. (OLSON, 1998, p. 252) Tais mudanças parecem pertinentes para não se criar uma imagem errada dessas cerimônias para a comunidade internacional, por exemplo, como se desse a entender que o imperador quisesse retomar a supremacia que possuía antes.

Assim, pode-se depreender que, apesar da relação íntima entre o povo japonês e determinadas práticas religiosas que configuram diversos aspectos culturais, tais práticas serem mantidas por um imperador simbólico podem representar uma ameaça ao estado laico e uma vinculação da figura imperial com divindades. Porém, é evidente também que, em se tratando de um imperador simbólico que representa a união do povo, tais práticas parecem se justificar enquanto modelo cultural nipônico.

¹⁵ Tradução livre de: Japan's accession rites and political rhetoric surrounding them stressed unity, a unity of some inexplicable "essence", and the emperor and the ritual program served as a symbolic expression of that unity. The process of accession highlighted the importance of a shared "symbol" to express communal membership in the greater whole, and, rhetorically, the use of ambiguity, frequently clothed in various shades of the mystical, in defining that symbol, allowed easier acquiescence to claims of its legitimacy as symbol. (OLSON, 1998, p. 245)

1.2.5 Liberdade de imprensa e relação da família imperial com a mídia

No que diz respeito à liberdade de expressão, um dos episódios mais marcantes que trouxe a discussão à tona ocorreu no dia 7 de dezembro de 1988, pouco antes do falecimento do Imperador Hirohito. O então prefeito de Nagasaki, Motoshima Hitoshi, declarou acreditar na responsabilidade de Hirohito pela participação do Japão na Segunda Guerra Mundial. O prefeito foi amplamente criticado pelos defensores do sistema imperial e por parte da população japonesa, vendo-se obrigado a pedir desculpas públicas por seu pronunciamento, mas afirmando também que a liberdade de expressão é fundamental em uma democracia. Deixou claro também que seria impossível que Hirohito não tivesse nenhum conhecimento do que acontecia na guerra, uma vez que os japoneses diziam lutar em nome do Imperador.

Em 18 de janeiro de 1990, já depois da morte de Hirohito, Motoshima sofre uma tentativa de assassinato por um membro do *Seikijuku*, um grupo extremista de direita que apoia o imperador e que é conhecido por cometer ataques de teor terrorista. No entanto, a tentativa foi frustrada e Motoshima se recuperou do atentado, mas deixou o governo. Akihito, ao tornar-se imperador, no entanto, afirmou defender a liberdade de expressão, mas em nenhum momento questionou a responsabilidade ou não de seu pai na participação na guerra.

Outro caso significativo ocorreu ainda antes do de Motoshima, em 1960, quando Fukazawa Shichirô publicou uma sátira chamada *Fûryû Mutan* (literalmente, algo que pode ser traduzido como “Uma história de um sonho com a elegância”), em que, entre diversos acontecimentos polêmicos, o então Príncipe Herdeiro Akihito e sua esposa, Michiko, são decapitados por esquerdistas em público. Obviamente que a publicação causou furor na Agência da Casa Imperial e entre os ultranacionalistas. No dia 1º de fevereiro de 1961, um rapaz de dezessete anos invadiu a casa do presidente da *Chûô Kôron*, que publicou a sátira, assassinou uma empregada e feriu quase mortalmente a esposa do presidente. Com o ocorrido, Fukazawa se refugiou e o presidente da editora desculpou-se publicamente. E toda e qualquer outra publicação do tipo foi cancelada, silenciando esse tipo de expressão.

Pensando-se nos dois casos, parece ainda haver algum tabu no que diz respeito a críticas ao sistema imperial. Como comenta McNeill (2005), a imprensa

japonesa ainda sofre muita censura por parte da Agência da Casa Imperial. Um exemplo disso é o próprio processo para se realizar as conferências de imprensa com o Imperador. A Agência da Casa Imperial, segundo o autor, é quem decide se as perguntas dos jornalistas são pertinentes ou não, funcionando como um filtro na comunicação entre mídia e Casa Imperial. Mc Neill ainda ilustra esse tabu por meio de outro exemplo, no caso a notícia sobre o estresse da Princesa Masako, esposa do Príncipe Herdeiro Naruhito. Esse colapso nervoso da Princesa foi noticiado primeiramente pela imprensa inglesa para só então a japonesa divulgar no país, ainda que os jornalistas japoneses já parecessem saber do ocorrido antes dos ingleses¹⁶. Isso também explica porque até hoje não há muitas pesquisas no Japão que tratem da família imperial e do Imperador, fato que se comprova nesta revisão da literatura, basicamente construída por referências a pesquisadores de outros países.

Nesse sentido, parece haver um controle significativo da Agência da Casa Imperial em relação ao que se pode veicular como imagem dos membros da família imperial. Tal suposição se reflete na presente pesquisa, na medida em que a intermediação da Agência da Casa Imperial nas conferências de imprensa e na apresentação delas para a comunidade internacional parece influenciar significativamente na imagem do Imperador.

1.2.6 O futuro da família imperial

A presente dissertação se encontra diretamente vinculada a essa questão da continuidade da família imperial e do imperador enquanto símbolo. A criação de uma imagem pode contribuir para a continuidade dessa instituição, caso essa imagem seja favorável.

McNeill (2005), em seu artigo sobre o papel da família imperial japonesa, questiona a necessidade de um imperador para o povo japonês. Tal questionamento parece pertinente, uma vez que se trata de um imperador aparentemente sem

¹⁶ O estresse da princesa Masako parece se atribuir ao fato de ela só ter tido uma filha, a princesa Aiko, marcando uma crise de sucessão ao trono (só permitido aos membros masculinos), amplamente debatida no Japão até o nascimento do príncipe Hisahito, filho do príncipe Akishino.

função governamental importante. No entanto, ser um símbolo também pode significar alguma coisa, como a manutenção de uma ordem capitalista e de um poder disciplinador, por exemplo, questão que será discutida no capítulo seguinte desta pesquisa.

Retornando ao artigo de McNeill, o autor apresenta algumas pesquisas de opinião referentes à aceitação da família imperial por parte do povo. Em 1992, a NHK divulgou que 32,7% da população era indiferente à família imperial. Em 1997, o *Asahi Shinbun*, por sua vez, publicou que 82% da população japonesa defendia a permanência da monarquia, sendo 8% contra. Em 1999, o *Yomiuri Shinbun*, um dos jornais de maior circulação no país, divulgou que 24% dos que responderam à enquete não demonstrava nenhum interesse especial pelo Imperador e que 14% não tinha interesse na família imperial. Entre os jovens que responderam à pesquisa, 55% deles demonstrou indiferença em relação ao Imperador.

Ruoff (2001, p. 76) também apresenta enquetes de opinião e mostra que parece haver rejeição por parte da população japonesa ao “regime absolutista” do pré-guerra, mas, por outro lado, há apoio do povo a manter o imperador enquanto representante do Japão frente aos outros países.

Com base nos dados apresentados, parece ficar evidente que a família imperial e o Imperador causam uma imagem favorável ou, pelo menos, indiferença, mas poucas opiniões contrárias à existência da instituição, além de apoiarem o imperador enquanto mediador de relações diplomáticas com outros países.

Gilbert (2006), que resenha a obra de Ruoff, faz coro ao próprio e a Martin ao considerar que o atual status da família imperial e do imperador depende do sucesso destes em se adaptarem à sua época e em conseguirem apoio popular. “A monarquia agora se tornou mais pessoal, com maior apelo às massas [...]”¹⁷ (GILBERT, 2006, p. 83) [grifo nosso]. Essa observação de Gilbert reforça os resultados da presente pesquisa, na qual se conclui também que o Imperador Akihito parece criar um laço de proximidade com o povo japonês. De fato, ele parece compreender que essa aproximação com relação ao povo pode auxiliar na criação de uma imagem positiva de si, como a de um amigo ou pai da nação.

Martin (1997), por sua vez, pensa na história da família imperial e no que justificaria a manutenção dessa instituição até hoje.

¹⁷ Tradução livre de: The monarchy now became more personal, with greater mass appeal [...] (GILBERT, 2006, p. 83) [grifo nosso].

Dado que a maioria dos imperadores do Japão desde o século oitavo foi politicamente impotente, que muitos deles eram crianças e que outros viveram e morreram na miséria, que possível razão pode haver para explicar o fato inegável de que, por pelo menos mil e quinhentos anos, membros de um único grupo consanguíneo ganharam incomparável status em uma sociedade em que quase todo o resto mudou? A economia japonesa passou de uma base agrícola para uma voltada para um alto grau de industrialização e de atividade comercial e financeira internacional. O povo comum viveu sob líderes de guerra locais, uma ordem feudal, um regime nacionalista totalitário, aventuras militaristas e, mais tarde, tanta democracia quanto é para ser encontrada em qualquer outra nação desenvolvida.¹⁸ (MARTIN, 1997, p. 156)

Dessa forma, além de demonstrar as mudanças pela qual o Japão e a família imperial passaram em sua história, Martin também afirma que a família imperial sempre foi uma instituição “por trás dos panos”, concluindo-se que, possivelmente, esse fato possa ter ajudado a garantir a existência dessa instituição até os dias de hoje.

O autor também confirma que parece haver realmente pouca insatisfação por parte do povo para com a família imperial.

É possível que elas [as pessoas] decidirão afinal que imperadores pertencem à história e não ao futuro? Que a contínua existência da casa monárquica mais antiga do mundo será questionada como a da Casa de Windsor no Reino Unido foi nos anos recentes? Tem que se dizer que há pouca evidência de insatisfação popular com a discreta instituição imperial presente. Também não há um desejo em massa de voltar no tempo, exceto da parte de uns poucos tradicionalistas extremamente conservadores.¹⁹ (MARTIN, 1997, p. 156) [grifo nosso]

E completa:

O atual imperador é um homem liberal e culto com interesses tanto científicos quanto culturais amplos, mas ele é sensível à continuidade histórica de seu papel sacerdotal. Poucas previsões sobre o futuro da monarquia no Japão podem ser feitas com convicção, salvo uma: que seu fim não encerraria uma era, mas uma tradição histórica única.²⁰ (MARTIN, 1997, p. 158)

¹⁸ Tradução livre de: Given that the majority of the emperors of Japan since the eighth century have been politically powerless, that many of them were children and that others lived and died in poverty, what possible reason can there be to account for the demonstrable fact that, for at least fifteen hundred years, members of a single kinship group have been granted unique status in a society in which almost everything else has changed? Japan's economy has moved from an agricultural basis to one geared to a high degree of industrialisation and international financial and commercial activity. The common people have experienced life under local warlords, a feudal order, a totalitarian nationalist regime, militarist adventures and, latterly, as much democracy as is to be found in any other developed nation. (MARTIN, 1997, p. 156)

¹⁹ Tradução livre de: Is it likely that they will eventually decide that emperors belong to history and not to the future? That the continued existence of the oldest monarchical house in the world will come into question as that of the House of Windsor in Britain has done in recent years? It has to be said that there is little evidence of popular dissatisfaction with the present low-profile imperial institution. Nor is there widespread yearning to put the clock back, except on the part of a few diehard traditionalists. (MARTIN, 1997, p. 156)

²⁰ Tradução livre de: the present emperor is a liberal, enlightened man with both scientific and broad cultural interests, but he is sensitive to the historical continuity of his sacerdotal role. Few predictions about the future of the monarchy in Japan can be made with confidence, save one: that its passing would end not an era but a unique historical tradition. (MARTIN, 1997, p. 158)

Por fim, Nakamura (1992, p. 155) afirma que três devem ser as principais preocupações de Akihito para garantir a permanência da família imperial enquanto instituição.

Primeiramente, o fato de Akihito evitar se pronunciar a respeito da responsabilidade de seu pai na guerra faz com que ele pareça ignorar esse período da história do Japão, e, de certo modo, desrespeitar a Constituição, formulada com base na reflexão sobre os males da guerra.

No que diz respeito ao convívio da monarquia com a democracia, a princípio impossíveis de coexistir, Nakamura acredita que para se ter uma democracia é necessário que se elimine todo e qualquer tabu relativo ao imperador e ao sistema imperial. Ele também cita o caso de Motoshima Hitoshi, prefeito de Nagasaki em 1988, comentado no subitem anterior, que se refere à liberdade de imprensa. Se a monarquia não procurar garantir o direito à liberdade de expressão, condição de existência da democracia, então o sistema imperial corre risco de perder o apoio e o crédito do povo. Além disso, Nakamura comenta a respeito da questão da sucessão imperial. Ele acredita que o direito à abdicación ao trono e à sucessão imperial por um membro feminino da família imperial são itens não previstos na Constituição, porém essenciais para a manutenção de uma democracia.

Finalmente, a respeito da relação do Japão com os outros países, Nakamura comenta que o país se afastou dos outros por causa de sua crença na figura do imperador enquanto divindade e por sua postura agressiva na Segunda Guerra Mundial em nome desse imperador. A invasão americana no Japão, no pós-guerra, desmilitarizou o país para impedir que esse tipo de ameaça se concretizasse novamente. Assim, para que o Japão tenha uma boa relação com os outros países é preciso que o imperador não seja usado para propósitos políticos novamente (caso que acredita ter sido o do Imperador Hirohito).

Sendo assim, pode-se considerar que o futuro do imperador e da família imperial enquanto instituição depende principalmente da forma como eles se conduzirão de acordo com as necessidades de sua época e do apoio público.

Acredita-se que esses estudos levantados a respeito da instituição imperial japonesa ajudam a criar um panorama geral desse sistema imperial simbólico, dando base para o leitor compreender melhor essa instituição, além de servir para material de reflexão em cima dos resultados obtidos com a análise do cópulus

selecionado. Esse panorama geral não é muito vasto, dadas as poucas pesquisas a respeito do tema, principalmente a respeito de Akihito. Ainda assim, essas reflexões auxiliam na análise da imagem criada pelo Imperador, visto que são questões principais que circulam e compõem o panorama desse sistema imperial simbólico e, acima de tudo, trata-se de temas que configuram relações de poder que se tecem nessa instituição.

A presente pesquisa se propõe, assim, a confirmar o que já foi explorado a respeito desse tema, mas por um viés linguístico, considerando-se que grande parte desses estudos é de caráter histórico e, salvo algumas observações linguísticas, como as de Field (1993), não parece haver trabalhos sobre o tema nesse campo do conhecimento. Dessa forma, acredita-se que os estudos discursivos de base enunciativa possam auxiliar a analisar e pensar o Imperador Akihito por um outro prisma, o linguístico, contribuindo para preencher essa lacuna nos estudos sobre o tema.

Dessa forma, passa-se ao capítulo de fundamentação teórica, onde se elencam os principais conceitos que servem de arcabouço e base para as reflexões a que a presente dissertação se propõe.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir são apresentados conceitos relevantes para se pensar em um nível discursivo. Trata-se principalmente de teorias desenvolvidas pelo teórico francês Dominique Maingueneau. Primeiramente, são apresentados os conceitos de discurso, interdiscurso e texto, de forma a indicar ao leitor a linha teórica em que se baseia a presente pesquisa. Em seguida, são apresentadas as noções de etos, cenografia e código languageiro, que configuram a base para a análise do material coletado. Além das contribuições de Maingueneau, também é apresentado o conceito de relações de poder, de Michel Foucault, de forma a se pensar as tensões verificadas nas relações de poder que atravessam a instituição imperial simbólica japonesa.

2.1 Uma prática (inter)discursiva

Como aponta Maingueneau (2011a, p. 51), há diferentes concepções de discurso, dependendo da finalidade do uso do termo. Pode-se compreender discurso como sendo um enunciado solene ou uma forma inconsequente de se referir ao que alguém diz, além de muitas vezes esse conceito ser utilizado como sinônimo de texto ou de um conjunto desses textos.

Na visão da Análise do Discurso de base enunciativa, bem como para a presente dissertação, discurso não é utilizado como sinônimo de texto. Texto, na definição de Maingueneau (2011a, p. 57), são “unidades verbais pertencentes a um gênero de discurso”. Assim, textos têm início, meio e fim; são produções verbais que perduram, se repetem e circulam além de seu contexto original de produção; textos são a materialidade do discurso.

Discurso, por sua vez, é definido por Maingueneau (2011a, p. 52) a partir de suas diversas características, a saber: o discurso é uma organização além da frase; o discurso é orientado; o discurso é uma forma de ação; o discurso é interativo; o discurso é contextualizado; o discurso é assumido por um sujeito; o discurso é regido por normas; o discurso é considerado no bojo de um interdiscurso.

No que diz respeito ao discurso ser uma organização além da frase, Maingueneau explica que a extensão do discurso não é o fator importante para defini-lo. Um discurso, portanto, não é necessariamente uma construção maior que a frase. Uma única frase, por exemplo, dotada de significado e formando uma unidade completa, pode ser um discurso. A extensão, portanto, não é o que importa para definir um discurso.

O discurso é orientado no sentido de que segue uma linearidade em busca de uma finalidade. É fundamental, portanto, a presença de um outro, um coenunciador²¹, alguém a quem se dirige o discurso. Constrói-se um discurso em função da reação de seu coenunciador. Tratando-se de um monólogo ou de um diálogo, o enunciador sempre possui uma finalidade. Ele pode também interferir no seu próprio discurso de diversas formas, como ao tecer comentários sobre sua própria fala/escrita enquanto enuncia.

O discurso é também uma forma de ação. A ideia de que enunciar significa fazer uma mera representação do mundo por meio de palavras cai por terra com essa definição. A língua não é, portanto, um mero instrumento que se utiliza para passar uma mensagem e representar o mundo, como se este se constituísse fora da língua. Pelo contrário, o mundo se constitui nela e a constitui, em uma via de mão dupla. O ato de enunciar, nesse sentido, implica em agir sobre o mundo e modificá-lo de alguma maneira. Assim, ao prometermos algo a alguém, estamos modificando o mundo dessa pessoa, uma vez que nossa atividade verbal passa a ter efeito sobre uma atividade não verbal. O discurso, portanto, é uma forma de ação sobre o mundo, que se constrói no discurso.

Quando afirma que o discurso é interativo, Maingueneau explica que toda produção discursiva visa um coenunciador, seja na oralidade ou na escrita. Mesmo que pareça mais fácil visualizar essa característica interativa do discurso quando se pensa em uma conversação, por exemplo, não se pode, entretando, descartar casos como uma locução de rádio, por exemplo, em que o coenunciador normalmente não se encontra fisicamente presente no ato da fala. O mesmo ocorre na escrita, atividade solitária do escritor, que, no entanto, fala a alguém, se dirige a alguém. Essa noção de interatividade pode ser entendida também quando se pensa no *cópus* de pesquisa desta dissertação. O Imperador Akihito fala nas conferências de

²¹ Grosso modo, serão utilizados nesta dissertação os termos *enunciador* e *coenunciador*, terminologia proposta e adotada por Maingueneau.

imprensa para os jornalistas que fazem as perguntas. Mas sua fala chegará também, através dos meios de comunicação, para coenunciadores que não estão presentes no ato da conferência. Essas alocações também contam com uma versão escrita disponibilizada na internet, o que prevê um leitor e, conseqüentemente, um coenunciador, comprovando-se, assim, o caráter interativo do discurso.

Prosseguindo, o discurso não existe fora de um contexto. E o contexto não é apenas uma moldura que envolve o discurso, mas é constituído também por ele. Trata-se, novamente, de uma via de mão dupla em que discurso e contexto se comunicam e se definem um pelo outro. Determinado enunciado, se aplicado em dois contextos diferentes, se tornará dois discursos diferentes.

O discurso também é assumido por um sujeito. Não se tem discurso sem uma figura como fonte de referência para ele. O sujeito que assume um discurso funciona como fonte de referência pessoal, temporal e espacial, ao mesmo tempo em que demonstra uma atitude em relação ao que diz. Além disso, esse sujeito pode ou não ser responsável pelo seu discurso, dando uma opinião ou colocando a responsabilidade em outro sujeito, por meio de um discurso relatado ou de uma citação, por exemplo. Mesmo em discursos aparentemente impessoais, como “está chovendo”, esse sujeito ainda permanece reconhecível visto que alguém está dizendo que chove, assumindo uma certeza, que se perderia se se dissesse “parece estar chovendo”.

O discurso, ainda, é regido por normas. Todo discurso precisa se legitimar enquanto tal, justificar sua existência, por meio de normas que o regem e o tornam reconhecível e aceitável pelos coenunciadores. Maingueneau explica que uma pergunta, por exemplo, pressupõe que o enunciador ignore a resposta, legitimando a existência desse discurso enquanto pergunta.

Como última definição de discurso, Maingueneau chama atenção para a questão da interdiscursividade, quando afirma que o discurso deve ser considerado no bojo de um interdiscurso. “O discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho” (Maingueneau, 2011a, p. 55). A compreensão de todo e qualquer discurso só ocorre quando se considera toda uma rede de outros discursos que se relacionam, de alguma forma, como o discurso em questão. Uma paródia, por exemplo, não será compreendida de forma satisfatória se não se conhecer o discurso que está sendo parodiado. Os gêneros do discurso, assim, funcionam como um meio de se

estabelecer relações entre os diversos discursos que se encaixam em determinado gênero. Na presente dissertação, por exemplo, o capítulo de revisão da literatura apresenta como uma de suas funções o diálogo com outras pesquisas que se refiram ao tema proposto, no caso, o Imperador do Japão. Esta pesquisa, portanto, só pode ser entendida como tal por se encaixar em uma determinada área de pesquisa e dialogar, necessariamente, com outras já realizadas, além de seguir um gênero do discurso. Não é possível, então, compreender o discurso de Akihito fora de um interdiscurso, visto que se trata de um sujeito que enuncia a partir de um lugar de fala, em um determinado contexto, para determinadas comunidades discursivas, trespassado por determinadas relações de poder etc. Não se pode considerar seu discurso, portanto, fora de uma rede discursiva que justifique sua existência.

Disso decorre o *caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso*, a impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo. Essa imbricação do Mesmo e do Outro retira à coerência semântica das formações discursivas todo caráter de “essência”, cuja inscrição na história seria acessória; não é dela que a formação discursiva retira o princípio da sua unidade, mas de um conflito regulado. (MAINGUENEAU, 2008, p. 37) [grifo do autor]

Nesse sentido, o discurso deve ser considerado em um contexto interdiscursivo, em que outros discursos similares ou opostos se completam em uma rede semântica. Não se trata assim, do que Maingueneau chama de heterogeneidade mostrada, ou seja, as marcas do Outro no discurso, marcas linguísticas evidentes, como o discurso citado, as palavras entre aspas, as autocorreções etc. Trata-se de uma perspectiva de heterogeneidade constitutiva, que, por sua vez, não apresenta marcas visíveis claras, estando o Outro difundido no discurso em questão. “Nossa própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro”. (MAINGUENEAU, 2008, p. 31)

Maingueneau ainda acrescenta que o discurso é composto por duas vertentes indissociáveis: uma vertente linguística e uma vertente social. Assim, entende-se que para a criação de um discurso, são necessários esses dois elementos que o constroem, que lhe dão materialidade. O autor, então, reformula a noção de discurso, sugerindo o termo *prática discursiva*, de modo a se poder visualizar essa dualidade.

A noção de “prática discursiva” integra, pois, estes dois elementos: por um lado, a formação discursiva, por outro, o que chamaremos de comunidade discursiva, isto é, o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva. (MAINGUENEAU, 1997, p. 56)

Uma prática discursiva, portanto, pode ser entendida como a junção de um texto e de um grupo, ou seja, da materialidade linguística do discurso e de um grupo que produz e é produzido unicamente por esse discurso. Maingueneau chama esse grupo de *comunidade discursiva*, que define como sendo “grupos *que existem unicamente por e na enunciação, na gestão destes textos*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 56) [grifo do autor]. Não se trata, portanto, de um grupo físico, definido em termos sócio-econômicos, mas grupos ou comunidades discursivas que produzem textos e que, ao mesmo tempo, são produzidos por eles. Essas comunidades discursivas, em conjunto com os textos que produzem, formam, assim, uma prática discursiva, ou seja, um discurso.

Essa reorientação de conjunto nos leva a remodelar a noção de discurso. No início, nós o concebemos como permanecendo na órbita da estrita textualidade. Agora, somos deslocados em direção a seu “ambiente”, para fazer aparecer uma imbricação semântica irreduzível entre aspectos textuais e não-textuais. Mais valeria definir nosso objeto não como o discurso, mas como a *prática discursiva*, seguindo nisso, em parte, a visão de Michel Foucault, que introduz precisamente esse termo para referir-se ao “sistema de relações” que, para um discurso dado, regula as localizações institucionais das diversas posições que o sujeito de enunciação pode ocupar. Assim, evitaremos dissociar os componentes de uma inscrição social e semântica polimorfa, destinada a estruturar a complexidade de uma relação com o mundo para uma coletividade, real ou virtual. (MAINGUENEAU, 2008, p. 136)

Levando em conta essas considerações, as análises das alocações de Akihito são realizadas levando em conta essa visão de prática discursiva, inserida no bojo do interdiscurso, podendo-se pensar, então, em uma prática interdiscursiva, não se deixando de pensar que o Imperador fala de um lugar que é atravessado por outros discursos que compõem esse *espaço discursivo*²² de onde enuncia.

2.2 Conceituação de etos, cenografia e código linguageiro

A noção de *etos* parece ter sido primeiramente apresentada por Aristóteles, que o definia como instrumento de persuasão do orador em sua argumentação. Para tal, o filósofo considerava duas dimensões na conceituação do etos: uma dimensão moral, constituída pela honestidade do orador, bem como uma dimensão estratégica, que engloba hábitos, modos e costumes. Essas duas dimensões seriam

²² Maingueneau (1997, p. 117) chama de espaços discursivos a presença de pelo menos duas formações discursivas que mantenham relação privilegiada uma com a outra, fundamentais para a compreensão desses discursos. Tal definição fica a cargo do analista em função de seu interesse e objetivo de pesquisa.

indispensáveis para qualquer atividade argumentativa. Dessa forma, o orador deveria buscar formular uma imagem de si que inspirasse confiança, por meio de um tom ponderado, de uma apresentação de si como simples e sincero e de uma projeção de uma imagem agradável de si para que seu poder de persuasão se mostrasse eficaz (EGGS, 2011, p. 30-32).

Em uma perspectiva enunciativa, entretanto, o etos deixa de ser uma ferramenta persuasiva do enunciador, passando a significar algo inato desse corpo que enuncia, algo que independe da vontade desse enunciador.

Não se trata de afirmações autoelogiosas que o orador pode fazer sobre sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que, ao contrário, podem chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe confere a fluência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos [...] (DUCROT, 1987, p. 189)

Falar de si tentando controlar a forma de criação de sua imagem, nesse sentido, deixa de ser a ideia central da ideia de etos. Não é tentando convencer o coenunciador fazendo afirmações positivas e autoelogiosas sobre si que, de fato, se conseguirá tal resultado. Pelo contrário, é até mais provável que o efeito inverso ocorra, pois o coenunciador pode julgar o enunciador convencido, passando uma impressão de arrogância e prepotência.

Sem dúvidas a contribuição de Ducrot nesse sentido é válida, mas é Maingueneau quem irá explorar esse conceito mais detalhadamente, reinterpretando a noção de etos e o integrando definitivamente em seus estudos em *Análise do Discurso*, distanciando-o, de vez, de uma definição insatisfatória que o entendia como ferramenta de persuasão e argumentação.

Na perspectiva da análise do discurso, não podemos, pois, contentar-nos, como a retórica tradicional, em fazer do ethos um meio de persuasão: ele é parte constitutiva da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência. (MAINGUENEAU, 2011b, p. 75)

Dessa forma, etos é a imagem que o enunciador cria de si por meio da forma como enuncia, de sua postura, de sua aparência e de um modo de dizer, que implica um modo de ser. Essa imagem independe da vontade desse enunciador. Ele pode se dizer uma boa pessoa, por exemplo, mas passar justamente a imagem oposta para seus coenunciadores. Assim, entende-se que o etos não depende do que é dito de fato, mas do que é mostrado por meio da forma como se enuncia.

A presente dissertação se apropria do conceito de etos, baseando-se nessa definição para se pensar em imagem do Imperador Akihito de um ponto de vista discursivo. Essa imagem de Akihito se constrói por meio de sua enunciação e é,

então, apreendida por meio de sua materialidade discursiva, considerando-se, por exemplo, o tom empregado nessas alocações. Deve-se, inclusive, atentar para o fato de que o etos não será preferencialmente apreendido por meio da oralidade, mas também por meio da escrita, pois em ambas as formas de enunciação pode-se apreender um tom, um etos, uma imagem de enunciador. Essa ressalva é de significativa importância para a validação desta pesquisa, visto que se trabalha aqui com um *cópus* escrito e se investiga justamente o etos que se apreende.

Ora, se se entende etos como uma forma de enunciar e uma imagem que se cria a partir desse ato, independente da vontade do enunciador, parece claro que se direcione ao coenunciador a responsabilidade pela criação desse etos do enunciador, o que implica um investimento em um corpo de enunciador. Não se trata do corpo físico da pessoa que enuncia, mas da criação, por parte do coenunciador, de uma corporalidade dessa figura que enuncia. Cria-se, também, um caráter para esse enunciador, ou seja, traços psicológicos que definem. Nas palavras de Maingueneau,

O “caráter” corresponde a este conjunto de traços “psicológicos” que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer. [...] Bem entendido, não se trata aqui de caracterologia, mas de estereótipos que circulam em uma cultura determinada. Deve-se dizer o mesmo a propósito da “corporalidade”, que remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura. (MAINGUENEAU, 1997, p. 47)

Essas noções de tom, caráter e corporalidade definem, portanto, o etos. Maingueneau ainda fala em *incorporação*, que seria justamente a maneira como o coenunciador se relaciona com o etos de um discurso, ou seja, a maneira pela qual esse coenunciador apreende o tom, o caráter e a corporalidade do enunciador e seu modo de dizer e de ser. O coenunciador adere “fisicamente” a um universo de sentido, devendo identificar-se com o etos do enunciador para garantir o sucesso desse discurso e seu poder de persuasão sobre o coenunciador.

Maingueneau ainda distingue etos pré-discursivo de etos discursivo. O primeiro se refere a quando o coenunciador já possui uma imagem prévia do enunciador. Assim, quando já se conhece o enunciador, como o caso de Akihito, já há uma imagem prévia formada sobre ele. Pode-se pensar em termos de o que se espera de um símbolo da nação e da união do povo. O previsto na Constituição e o conhecimento prévio do Imperador por meio do veiculado na mídia, por exemplo, já auxiliam na formação de um etos prévio, que pode ou não se modificar. Da mesma

forma, as alocações realizadas pelo Imperador até então, naturalmente, também influenciam na criação de um etos prévio de Akihito. O etos discursivo, por sua vez, apreende o etos mostrado e o etos dito, esse último inserido recentemente nas pesquisas do autor. O etos mostrado é o até então discutido, ou seja, aquele que se define por um modo de dizer, por um tom, por um caráter e por uma corporalidade. O etos dito, por outro lado, se aplica a referências diretas ao enunciador e a cenas validadas, sendo, no entanto, impossível definir uma fronteira precisa entre o dito e o mostrado, segundo Maingueneau.

Para fins práticos de análise na presente dissertação, tendo em vista que se objetiva apreender uma imagem de enunciador a partir de um certo modo de dizer, trabalha-se, exclusivamente, com a noção de etos mostrado, mas não desconsiderando a fronteira turva entre os dois tipos apontada pelo linguista.

Maingueneau ainda apresenta o conceito de *cenografia*. Trata-se de uma cena de enunciação, intimamente ligada a um modo de dizer. A cenografia é construída pelo próprio texto, sendo fundamental para a legitimação de um discurso, que, por outro lado, também valida essa cena pelo ato da enunciação. O autor ainda chama atenção para o fato de que a cenografia só se desenvolve se puder manter certo afastamento do coenunciador para que este não aja imediatamente sobre ela. Quando se trata de um debate, por exemplo, é difícil os participantes terem total controle sobre as cenas de enunciação que criam, visto que há constante participação e intervenção de seus coenunciadores, ao passo que um texto escrito, por sua vez, cria um campo maior de possibilidade de criação de cenografias que influenciarão na imagem que se cria do enunciador. (cf. MAINGUENEAU, 2011b, p. 77)

Pensando isso, então, nas alocações de Akihito, pode-se pensar na realização das conferências de imprensa. Sabendo-se que as perguntas realizadas nas conferências de imprensa são submetidas previamente à aprovação da Agência da Casa Imperial, antes de serem feitas ao Imperador, que, por sua vez, prepara suas respostas por escrito, é possível se pensar em uma maior liberdade de Akihito e daqueles que o assessoram para configurarem suas cenas de enunciação, evitando situações que possam representar uma “ameaça às faces”, como aponta Maingueneau, referindo-se a Goffman (MAINGUENEAU, 2011b, p. 77). Assim, é possível para o Imperador e seus assessores terem mais espaço para tentarem legitimar as cenas de enunciação criadas, afirmando-se como pai da nação ou

amigo do povo, por exemplo. Igualmente, se em algum momento Akihito se utiliza de uma cenografia que o investe em uma posição de igual para igual com o povo, incluindo-se nesse grupo, o coenunciador pode ser capaz de se sentir mais próximo desse imperador símbolo, criando identificação com ele, realizando o processo de incorporação e, conseqüentemente, legitimando esse discurso e essa cenografia. O coenunciador, assim, não decodifica esse mundo criado, essa cenografia, mas se incorpora à ela, participando da construção de sentido.

A cenografia, como o etos que dela participa, implica um processo de enlaçamento paradoxal: desde sua emergência, a fala supõe uma certa cena de enunciação que, de fato, se valida progressivamente por essa mesma enunciação. A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar, como convém, a política, a filosofia, a ciência... (MAINGUENEAU, 2011b, p. 77)

Julga-se pertinente também, para esta dissertação, abordar o conceito de *código languageiro*. Primeiramente, é importante ressaltar a diferença entre código de linguagem e língua em si, visto que a mesma língua possui diversos códigos e usos que se atualizam de acordo com o exigido pela situação enunciativa em questão. Segundo Rocha e Souza-e-Silva (2012, p. 36), o conceito de código languageiro se revela importante por negar o entendimento de língua enquanto mero veículo de transmissão de um conteúdo, totalmente neutra. Nesse sentido, a língua funciona como organismo vivo que se atualiza na enunciação e se modifica de acordo com as necessidades dos falantes. O código languageiro, por sua vez, atualiza usos dessa língua de acordo com a finalidade e as variadas situações de comunicação, considerando variáveis diversas, como geográficas, sociais, situacionais, de níveis etc.

Essa definição é relevante para a presente dissertação por ser por meio da noção de código languageiro que se pode obter um panorama geral dessas situações de enunciação em que se dão as alocações de Akihito nas conferências de imprensa. Por se tratar de uma cerimônia solene de “encontro” entre imperador e povo japonês, espera-se (remetendo-se ao conceito de etos prévio) um certo tom em um nível formal de enunciação por parte do Imperador e dos jornalistas que a ele dirigem suas perguntas. Espera-se dos jornalistas, também, baseando-se na hierarquia, a utilização do *keigo* (linguagem honorífica), em língua japonesa. Trata-se de um nível de formalidade tal, na língua, que toda a oração sofre transformações para um nível superior de formalidade, conferidas principalmente nos verbos. Por

exemplo, na segunda pergunta realizada na conferência de 1999, o jornalista finaliza sua questão perguntando quais os pensamentos ou opiniões do Imperador acerca do tema abordado, utilizando, para tal, a construção *dono yô ni okangae ni narimasu deshô ka*, enquanto em um nível menor de formalidade, poderia-se optar simplesmente pela construção *dono yô ni kangaeru deshô ka*. Nesse caso, o verbo *kangaeru* (pensar) é elevado a outro nível de formalidade, sendo substituído pelo seu equivalente na linguagem honorífica, *okangae ni narimasu*. Além disso, como já citado no capítulo de revisão da literatura, os títulos especiais utilizados para se referir aos membros da família imperial (*heika, denka...*), em vez de se utilizar seus nomes, também configuram caso de reconhecimento de hierarquia, tratando-se de uma preocupação com determinado código languageiro.

Para realizar as análises do material coletado nesta pesquisa, os recortes que privilegiaram as ocorrências do verbo *omou* e das modalidades deônticas também apontam para uma atualização da noção de código languageiro enquanto situação de uso e finalidade discursiva. Trata-se de escolhas vocabulares e forma de construção de ideias que, incorporadas pelo coenunciador, constroem uma imagem do enunciador intimamente influenciada pelos códigos languageiros.

Por fim, como apontam Rocha e Souza-e-Silva (2012, p. 44) quanto à utilização dos conceitos de cenografia, etos e código languageiro, “trata-se de três dispositivos de igual peso que se articulam no movimento que faz de um texto uma unidade de discurso”. Não se trata, entretanto, de uma primazia desses três dispositivos de análise em detrimento de outros, mas de uma escolha de prisma de análise por parte do pesquisador para se pensar em construção de imagem de enunciador.

2.3 Relações de poder

Levando-se em conta que a presente dissertação discute questões relativas a um Imperador do Japão, parece natural se pensar essa instituição sob uma ótica do poder. Como já mencionado anteriormente, o Imperador do Japão não “possui poder” político, sendo símbolo da nação e da união do povo japonês. De acordo com as reflexões de Foucault a respeito do poder, é possível que se chegue à conclusão

de que essa leitura da função do imperador não parece tão óbvia e fechada como sugere a Constituição.

Costuma-se pensar o poder como algo que alguém ou alguma instituição tem ou possui. Tal pensamento sugere uma verticalidade do poder, que seria conferido a alguém ou a alguma instituição de forma que se concentre no topo de uma pirâmide que representaria um grupo social em uma dada hierarquia. Essa concepção senso comum de poder, entretanto, é rebatida por Foucault.

Para ele,

As relações de poder se enraízam no conjunto da rede social. Isto não significa, contudo, que haja um princípio de poder, primeiro e fundamental, que domina até o menor elemento da sociedade; mas que há, a partir dessa possibilidade de ação sobre a ação dos outros [...], múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, organização mais ou menos refletida, que definem formas diferentes de poder. As formas e os lugares de "governo" dos homens uns pelos outros são múltiplos numa sociedade: superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros. É certo que o Estado nas sociedades contemporâneas não é simplesmente uma das formas ou um dos lugares – ainda que seja o mais importante – de exercício do poder, mas que, de um certo modo, todos os outros tipos de relação de poder a ele se referem. (FOUCAULT, 1995, p. 247)

Nesse sentido, não se possui poder e este não se concentra em um único ponto, de onde exerce sua influência de forma vertical e opressora. O poder não está em algum lugar, ele circula por toda uma rede de relações horizontalmente, atravessando todos os membros e setores de uma sociedade. Onde há relações entre seres humanos, há necessariamente relações de poder. Não existe sociedade sem esse tipo de relação.

O poder se configura em um conjunto de ações sobre ações possíveis dos outros. Pensando no Estado, por exemplo, entende-se que "governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros" (FOUCAULT, 1995, p. 244). Trata-se de estratégias que preveem ações de resistência, na tentativa de miná-las. Assim, as relações de poder se dão por meio de intervenção no espaço do outro.

Entretanto, Foucault também chama atenção para a coexistência entre poder e liberdade, sendo esta condição de existência daquele, não se considerando o poder, portanto, como opressor.

O poder só se exerce sobre "sujeitos livres", enquanto "livres" – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar. (FOUCAULT, 1995, p. 244)

Fica evidente novamente o caráter circular do poder, que se desloca, que escapa, sem se deter em alguém ou em alguma instituição, não sendo, portanto, localizável nem possuível. Essa fuga do poder se dá por meio das relações humanas, configurando-se de acordo com os sujeitos²³ que estão nessa relação de forças, além de configurá-los também, tratando-se de uma dualidade de produção sujeito-relação de poder.

Entende-se, então, que há uma dispersão dos sujeitos e das relações de força na sociedade, sem haver um foco localizável de poder. Foucault comenta que o corpo desse sujeito investido nas relações de poder também é marcado por elas, servindo como força econômica.

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 2010, p. 28-29)

Essa função econômica das relações de poder que investem o sujeito leva a uma compreensão dessas relações enquanto um poder disciplinar. Trata-se de uma característica do poder, que visa por meio da ordem alcançar fins econômicos, característica que podemos atribuir ao capitalismo. Dessa forma, Foucault busca investigar o sistema penal das prisões, entre outras instituições, apresentando-o como uma forma de se manter a ordem por meio da disciplina, indispensável para a engrenagem da sociedade e, portanto, removendo dela e reformatando o sujeito que não segue essa ordem. Assim, diferente das punições severas de antes, por desacato ao soberano, por exemplo, a nova forma de punir representa um castigo por desordem pública, por atrapalhar o andamento da sociedade. O mesmo ocorre nas escolas, onde se figura também exemplo de disciplinamento, almejando-se a formação de sujeitos enquanto força econômica, inserindo-os nessa ordem. A clínica também se configura enquanto espaço de tratamento daqueles que de alguma forma fogem do desejado para se viver em sociedade. O entretenimento, por sua

²³ "Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a". (FOUCAULT, 1995, p. 235) [grifo do autor]

vez, também pode ser considerado um dispositivo²⁴ disciplinador, pois contribui para evitar que o sujeito tenha espaço para resistir à determinada relação de poder que o atravessa, mantendo-o ocupado.

Estando então o poder difuso por toda a rede social de forma a disciplinar, parece aumentar na sociedade atual a sensação de vigilância constante por parte daqueles inseridos nessa rede.

À vista desses pontos, pode-se afirmar que os "indivíduos" se tornaram sujeitos sociais com a expansão da sociedade disciplinar. Isto é, longe de possuírem uma total consciência de seus atos, os "indivíduos" encontram-se sujeitados por uma lógica de poder e de saber que tanto os obriga a obedecer quanto, em concomitância, estimula que participem sob a forma de vigilantes. (SILVA, 2007, p. 24)

Referindo-se à origem desse tipo de poder, Foucault regressa à época da formação dos Estados absolutistas, no século XVI. Com essa nova forma de organização social, parece haver um pensamento mais voltado para o todo, em detrimento do indivíduo. Mas, ao mesmo tempo, essa forma de poder também aponta para certa individualização, uma vez que essa nova organização política faz uso de um mecanismo de governo semelhante ao das instituições cristãs, que o autor chama de *poder pastoral*.

O poder pastoral tinha como objetivo primeiro assegurar a salvação do indivíduo depois de sua morte, o que o induzia a rezar, a se confessar e a evitar seguir por caminhos que não são o da disciplina eclesiástica, negando determinados aspectos da vida mundana de forma a garantir uma vida pós-morte segura.

A partir do século XVIII, com o advento de uma sociedade mais racional e que passava a valorizar cada vez mais as verdades científicas, a institucionalização eclesiástica começa a perder parte de sua força, mas sua função se espalha para além dessa instituição. Dessa forma, passa-se a buscar assegurar a salvação do indivíduo neste mundo, garantindo-lhe saúde, segurança, qualidade de vida etc. A força policial, por sua vez, assegura a ordem e a disciplina, fundamentais para a execução da atividade econômica. Essa nova forma de relações de poder passa, assim, a ser exercida em diversos setores da sociedade, como pelo próprio aparelho do Estado, por instituições privadas, pela família, pela medicina etc. Parece haver, nesse sentido, uma valorização do coletivo em detrimento do indivíduo; porém, a

²⁴ Entende-se por dispositivo "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos". (FOUCAULT apud WEINMANN, 2006, p. 17)

individualidade nunca havia se exercido de forma tão intensa quanto na era moderna, principalmente sob os ideais racionalistas do *Aufklärung* (Iluminismo), ainda que o indivíduo passe gradativamente a se enxergar enquanto sujeito social.

E isto implica que o poder do tipo pastoral, que durante séculos – por mais de um milênio – foi associado a uma instituição religiosa definida, ampliou-se subitamente por todo o corpo social; encontrou apoio numa multiplicidade de instituições. E, em vez de um poder pastoral e de um poder político, mais ou menos ligados um ao outro, mais ou menos rivais, havia uma "tática" individualizante que caracterizava uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria, da educação e dos empregadores. (FOUCAULT, 1995, p. 238)

A sociedade como entendemos hoje, então, se estrutura de forma tal que as relações de poder se verificam em toda parte, configurando-se em uma rede de micropoderes e exercendo-se por meio de dispositivos disciplinantes que garantem a ordem social a favor da força econômica que impera enquanto motor para o pleno funcionamento do mundo capitalista.

E aquilo que se deve compreender por disciplinarização das sociedades, a partir do século XVIII na Europa, não é, sem dúvida, que os indivíduos que dela fazem parte se tornem cada vez mais obedientes, nem que elas todas comecem a se parecer com casernas, escolas ou prisões; mas que se tentou um ajuste cada vez mais controlado – cada vez mais racional e econômico – entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder. (FOUCAULT, 1995, p. 242)

Foucault propõe que se pense as relações de poder considerando os seguintes itens:

1. O sistema das diferenciações: consiste em analisar os dois lados envolvidos na relação de poder por meio das diferenças entre eles.
2. O tipo de objetivo: consiste em analisar os objetivos daqueles que agem sobre os outros.
3. As modalidades instrumentais: consiste em analisar os meios, os dispositivos, através dos quais se exerce o poder.
4. As formas de institucionalização: consiste em analisar a estrutura dos dispositivos pelos quais se opera o poder.
5. Os graus de racionalização: consiste em analisar a elaboração do exercício do poder e prever o que a resistência pode oferecer.

Considerando a discussão realizada até então e pensando-se no tema da presente pesquisa, se não se entende o poder como algo central e localizável, então não se pode necessariamente pensar que o poder deixou de estar nas mãos do imperador e passou àqueles designados para tal cargo (no caso, o primeiro ministro japonês). O imperador do pós-guerra deixou, de fato, de assumir uma função legislativa, sendo realocado no aparelho do Estado como símbolo. Dessa forma,

caberia entender essa nova função como uma função passiva, sem uma importância significativa para o Japão. No entanto, pensando poder sob o prisma sugerido por Foucault, o imperador também se encontra investido nessas relações de poder e, como sujeito, encontra-se disperso nessa rede de forças. Nesse sentido, é possível se pensar em termos de um estilhaçamento da imagem de Akihito, visto que o poder circula e está presente em toda a rede social. Se há uma vigilância constante em busca de um disciplinamento dos sujeitos, então Akihito também está incluso nessa rede de observação. Seria então pertinente se pensar no Imperador enquanto símbolo ou modelo da nação e, ao mesmo tempo, simbolizado e modelado por ela.

Portanto, se entendemos que as relações de poder se configuram de forma tal que criem uma disciplina com fins econômicos, então também é possível entender o imperador simbólico do Japão enquanto modelo desse disciplinamento. Tal reflexão condiz com a de Field (1993, p. 26), citada no capítulo de revisão da literatura da presente dissertação, que acredita no imperador enquanto símbolo de uma sociedade capitalista. Nesse sentido, se o novo poder pastoral de Foucault agora visa garantir o bem-estar do indivíduo neste mundo, a figura do Imperador Akihito e sua esposa parecem servir de modelos desse bem-estar para o povo japonês, garantido pela dedicação constante ao trabalho, gerando força econômica e a consequente “salvação” do indivíduo.

Além disso, a maneira como Akihito enuncia pressupõe um povo. Assim, conforme proposta de análise nesta pesquisa, as imagens do Imperador nas alocações em japonês e nas traduções em inglês podem ser diferentes, variando de acordo com seus coenunciadores. Dessa forma, a imagem criada pelas alocações em japonês para o povo nipônico podem apresentar diferenças para a imagem criada para a comunidade internacional a partir da tradução das alocações para a língua inglesa. Essas tensões entre esses dois polos de força também se configuram em relações de poder e sugerem um estilhaçamento, uma dispersão dessa imagem de imperador.

Há ainda diversos dispositivos que instrumentalizam essas relações de poder que atravessam a instituição imperial, ou seja, que tornam o imperador sujeito, como a Constituição, a Agência da Casa Imperial e suas leis, a Dieta Nacional, o povo, a comunidade internacional, entre diversos outros. Na conferência de imprensa de 2009, por exemplo, pergunta-se ao Imperador se ele poderia expressar seus sentimentos e pensamentos em relação à era Heisei enquanto imperador simbólico,

ao que ele responde que vem procurando por vinte anos interpretar esse papel simbólico, como estipula a Constituição, levando em conta a história da família imperial e o bem-estar do povo, mas afirma não ter pensado em nenhum simbolismo específico da era Heisei²⁵. Tal diálogo também constitui uma tensão, uma relação de poder, atravessada por dispositivos como a própria Constituição, citada pelo Imperador.

Da mesma forma, quando Akihito diz que acha que os assuntos referentes ao sistema imperial devem ser deixados para discussão na Dieta²⁶, confere-se novamente uma tensão, marcando uma relação de poder entre o Imperador e a Dieta Nacional, além de se poder pensar também em termos de agir de forma a restringir o campo de ação do outro. Nesse caso, Akihito já se desresponsabiliza pela questão e a repassa para a Dieta, evitando possíveis reações por parte dessa instituição.

Essas reflexões com base no conceito de poder de Foucault parecem abrir caminhos para um novo olhar sobre a instituição imperial japonesa, que nem é detentora de um poder e nem subjugada por ele, mas atravessada constantemente e investida nessa rede de poderes que compõem qualquer camada da sociedade. Não se pensa, pois, em termos de Akihito enquanto sujeito uno, mas enquanto sujeito disperso nessa trama de forças e tensões.

Além disso, é possível também pensar que a Agência da Casa Imperial pode querer mostrar para a comunidade japonesa um Akihito que agrade à população, enquanto símbolo, de forma a haver identificação; ao passo que, sendo o Japão um grande representante capitalista do Oriente, pode ser interessante retratar para a comunidade internacional um imperador mais firme e forte em sua função simbólica e disciplinar, servindo de garantia para a manutenção constante desse poder que incentiva a economia e move o mundo atual.

²⁵ Pergunta: "Could Your Majesties share with us your feelings and thoughts looking back on the Heisei Era so far, in Your Majesty's position as a 'Symbolic Emperor' and Her Majesty's as the Empress who supports that role?" (Anexos C e D, questão 1)

Resposta: "As you say, the Constitution of Japan stipulates that 'the Emperor shall be the symbol of the State and of the unity of the people'. Over the past twenty years, I have continually sought to interpret that symbolic role, bearing in mind both the long history of the Imperial line and the well-being of the people. I have not however thought about any particular Heisei Era symbolism as the question suggests."

²⁶ "I think the issues concerning the system of Imperial succession should be left to the deliberation in the Diet [...]" (Anexos C e D, questão 2)

3 METODOLOGIA

Para se apresentar a metodologia de pesquisa da presente dissertação, convém primeiramente oferecer ao leitor um panorama geral do sítio eletrônico da Agência da Casa Imperial, uma vez que se retirou daí o material selecionado como cópula de análise.

Como já explicado no capítulo de revisão da literatura, a Agência da Casa Imperial é uma instituição responsável por assuntos do Estado referentes à Casa Imperial, estando hierarquicamente abaixo do Primeiro Ministro. Cabe à instituição auxiliar o imperador em suas funções, conforme consta no Artigo 7 da Constituição do Japão, tais como na recepção de embaixadores ou ministros internacionais, bem como em cerimônias oficiais, além de também guardar os selos do Estado e do imperador. A Agência da Casa Imperial também mantém um sítio eletrônico onde atualiza assuntos referentes à família imperial, notícias sobre as atividades de seus membros, bem como todas as alocações oficiais de cada um, incluindo, naturalmente, o Imperador.

O sítio eletrônico oficial da Agência da Casa Imperial se divide nas seguintes seções:

1. Casa Imperial
2. Atividades da Casa Imperial
3. Alocações e conferências de imprensa
4. Aspectos culturais da Casa Imperial
5. Visitas ao palácio imperial
6. Agência da Casa Imperial

Há algumas diferenças entre as versões em japonês e em inglês do sítio eletrônico. O item 2, por exemplo, não existe como uma seção à parte na versão em inglês, estando inclusa no item 1. A maior diferença, no entanto, se encontra no item 3, referente às alocações dos membros da família imperial. A versão do sítio eletrônico em inglês está incompleta, sem tradução para todas as alocações e conferências disponíveis na versão original. O item que interessa à presente pesquisa é justamente o item 3, mais especificamente as conferências de imprensa.

Dessa forma, optou-se por fazer um recorte das alocações de Akihito realizadas nas conferências de imprensa, ocasião que propicia assuntos diversos,

justificando o interesse por essa categoria. As ocasiões em que são realizadas essas conferências de imprensa com o Imperador Akihito são:

1. Quando dos aniversários do Imperador (todos os anos)
2. Quando do entronamento de Akihito, e depois com dez e vinte anos de reinado (ocasiões especiais)
3. Quando do aniversário de cinquenta anos de casamento do Imperador e da Imperatriz (ocasião especial)
4. Quando das visitas oficiais ao exterior (na medida em que ocorrem)

O cópuz de pesquisa selecionado se restringe ao item 2, mais precisamente às conferências de imprensa comemorando os dez e os vinte anos de reinado, realizadas em conjunto com o Imperador e com a Imperatriz. Como explicado anteriormente, as conferências de imprensa propiciam a abordagem de assuntos mais gerais, ainda mais se tratando de intervalos de dez anos entre uma e outra, abrangendo duas décadas de reinado. Nessas ocasiões o Imperador não só retoma os anos de reinado como também pensa no futuro da instituição e do Japão. Vale ressaltar que a conferência de imprensa realizada quando da ascensão de Akihito ao trono não será analisada aqui devido ao fato de só estar disponível em japonês, não atendendo ao objetivo da pesquisa, que é comparar a imagem criada pelo Imperador nas duas versões de suas alocações (japonês e inglês).

Explicando mais detalhadamente tal escolha, acredita-se que, se o sítio eletrônico da Agência da Casa Imperial oferece duas versões dessas alocações, uma em japonês e a outra em inglês, isso se deve ao fato de que a última é direcionada à comunidade internacional, enquanto a primeira se volta para o povo japonês. Assim, busca-se verificar se há diferenças nas alocações originais de Akihito e nas traduções disponíveis para elas no sítio eletrônico em questão. Havendo, pode-se pensar que a imagem que se cria do Imperador por meio de suas alocações pode ser distinta para o povo japonês e para o resto do mundo, baseando-se em análises linguísticas do material. Importante observar que, de acordo com as premissas da Análise do Discurso de base enunciativa, não se leva em consideração a questão da intencionalidade do enunciador, ou seja, trabalha-se apenas com a materialidade linguística do discurso, e não com as intenções que possam ter tido Akihito ou o tradutor oficial de suas alocações para o inglês. O que importa é a imagem que se cria por meio do discurso, independente da vontade dos sujeitos envolvidos.

Com o artigo do jornalista irlandês David McNeill (2005), que teve a oportunidade de fazer uma pergunta para o Imperador na conferência de imprensa relativa à viagem dele e da Imperatriz à Noruega e à Irlanda, pode-se ter uma noção melhor de como se dão essas conferências. De acordo com McNeill, as perguntas por parte dos jornalistas são submetidas semanas antes da conferência para a Agência da Casa Imperial, que aprova ou desaprova essas perguntas. As que foram previamente aprovadas são encaminhadas para o Imperador e para a Imperatriz, que as respondem por escrito. No dia da conferência, então, realizam-se perguntas e respostas oralmente. Sendo assim, há possibilidade de haver um controle mais rígido por parte da Agência da Casa Imperial em relação às perguntas que são feitas. Como comentado no capítulo anterior, a maior possibilidade de se pensar uma cenografia para essas alocações.

McNeill aponta, ainda, que a Agência da Casa Imperial parece ser mais maleável com a imprensa estrangeira do que com a japonesa, como se a última já devesse saber de antemão as regras, não se atrevendo a burlá-las e fazer quaisquer perguntas que possam soar embaraçosas ou incômodas para os monarcas. O controle da Agência da Casa Imperial sobre a imprensa parece ser, portanto, significativamente rígido.

Retornando-se ao *córpus* de pesquisa, selecionaram-se, então, as coletivas de imprensa de 1999 e 2009, realizadas na ocasião dos dez e vinte anos de reinado do Imperador, respectivamente. Dessas destacaram-se apenas as respostas dadas pelo Imperador, foco da pesquisa, excluindo, portanto, as respostas da Imperatriz. Selecionadas as duas conferências, optou-se, inicialmente, por se fazer um levantamento de categorias linguísticas bastante recorrentes no material. Foram variados os critérios para destacar do *córpus* o que seria, de fato, investigado, decidindo-se, por fim, analisar primeiramente as ocorrências do verbo em língua japonesa *omou* (achar; pensar; sentir). Tal escolha se deve à grande quantidade de ocorrências dessa estrutura nas alocações de Akihito, indicando tanto julgamento quanto sentimento. Além disso, seu uso como atenuador de um desejo ou de uma opinião também justificam essa escolha.

Para o leitor que não domina a língua japonesa, cabe aqui uma rápida explanação sobre o verbo *omou*. São variados os usos possíveis com esse termo, podendo tanto servir para demonstrar sentimentos ou desejos, como para apresentar um julgamento ou dar uma opinião. Assim, quando se diz, por exemplo,

Kazoku to hanashite, ureshiku omou (Estou feliz por ter falado com minha família), transmite-se ideia de sentimento, expressando felicidade. Da mesma forma, para modalizar a expressão de um desejo, também se pode utilizar esse verbo, como na construção *Kinô tetsudatte kurete, kanshashitai to omou* (Gostaria de agradecer por ter me ajudado ontem). Para expressar opinião ou julgamento, também se utiliza o verbo *omou* da mesma forma: *Sakura wa totemo utsukushii hana da to omou* (Acho que a cerejeira é uma flor muito bonita); *Kare wa ashita konai to omou* (Acho que ele não virá amanhã).

Acredita-se que analisar essas ocorrências nas alocações de Akihito seja produtivo para sugerir que imagem de si ele cria ao enunciar, já que se trata de um uso constante desse verbo pelo Imperador. Cabe ressaltar, ainda, como apontam Makino e Tsutsui (2003, p. 52), que a ocorrência de *omou* em língua japonesa é bastante comum, principalmente para atenuar o que é dito, modalizando o enunciado e evitando muita convicção. Tal observação pode ser ilustrada com um exemplo: *Osshatta toori da to omoimasu ga...* (Acho que é como você disse, mas...). Nesse caso, o verbo *omou* ameniza a ideia contrária que virá a seguir. É natural, portanto, que ao dar suas opiniões, Akihito também faça uso corrente desse verbo em suas alocações, resultando em maior modalização.

Se por um lado percebeu-se uma ocorrência constante do verbo *omou* nas alocações em japonês, por outro lado, verificaram-se poucas ocorrências de modalidades do tipo deônticas em ambas as versões analisadas. Tal constatação parece fazer sentido se se considera que os japoneses evitam emitir opiniões muito assertivas ou enfáticas, o que naturalmente parece incluir termos com noção de proibição, permissão ou obrigação, ou seja, termos que indiquem ordem. Essa questão será discutida mais detalhadamente nas análises e nas considerações finais da presente dissertação.

Como as modalidades deônticas representam um tipo de modalidade, cabe também uma explicação breve sobre esse grupo. Apesar de haver variados estudos sobre modalidades e modalizações, incluindo divergências entre esses termos, inclusive, são consideradas, de forma geral, três categorias de modalidades: aléticas, epistêmicas e deônticas²⁷.

²⁷ Büyükgüzel (2011), por exemplo, não considera apenas os três tipos clássicos de modalidades (aléticas, epistêmicas e deônticas), mas também insere nessa categoria modalidades afetivas, avaliativas axiológicas e avaliativas não axiológicas.

As modalidades aléticas se referem ao verdadeiro, ao falso e ao indeterminado. Pertencem, portanto, ao campo da verdade. Indicam o necessário, o impossível, o possível e o contingente. As modalidades epistêmicas correspondem ao campo do saber, do conhecimento de mundo. Indicam o certo, o excluído, o plausível e o contestável. Já as modalidades deônticas pertencem ao campo do dever, do “ter que”. Representam a noção de obrigação, de proibição, de permissão e do facultativo.

Como marcas linguísticas típicas das modalidades deônticas tem-se, de acordo com Büyükgüzel (2011), verbos e locuções verbais como “dever” e “ter que”, advérbios como “necessariamente” e “obrigatoriamente” e construções do tipo “é obrigatório” e “é proibido”. Tais considerações são feitas pela autora em língua francesa, mas se aplicam também a outras línguas, como o inglês e o japonês, línguas com as quais se trabalha nesta pesquisa.

Assim, tratando-se especificamente do método de pesquisa utilizado, tem-se o seguinte processo: para as ocorrências do verbo *omou*, verificou-se primeiramente o corpúsculo em japonês, uma vez que o que interessa como ponto de partida são as ocorrências desse termo em japonês. Feito esse levantamento, partiu-se então para o correspondente em inglês e analisaram-se as duas versões, refletindo sobre a imagem criada em cada uma. Já para a ocorrência dos deônticos, a fonte primária para análise não foi a versão original em japonês apenas, mas também a versão em inglês, visto que essa categoria é comum aos dois idiomas, não se tratando de um termo exclusivo a um ou a outro, como é o caso de *omou*. Ainda a respeito dessas ocorrências de deônticos, vale observar que há diferenças no número de ocorrências entre as versões, havendo casos em que só aparecem deônticos nas alocações em japonês e outros em que só aparecem em inglês. Uma vez que a análise ora parte das ocorrências em uma versão, ora parte das ocorrências na outra, optou-se por dividir o subcapítulo dos deônticos em dois subitens, sendo o primeiro referente às ocorrências a partir da versão em japonês e o segundo, a partir da versão em inglês.

Dessa forma, as análises do material coletado foram realizadas em três partes: primeiramente, analisaram-se as ocorrências do verbo *omou* expressando sentimento; em seguida, as ocorrências de *omou* significando julgamento. A terceira parte da análise abrange as ocorrências dos deônticos.

De forma a organizar visualmente as análises, os trechos destacados foram organizados em quadros, numerando-se essas ocorrências e comentando-as. Todos esses itens de análise apresentam: 1) o texto original com escrita japonesa; 2) uma versão romanizada²⁸ desse texto; 3) o texto da tradução oficial em inglês; 4) uma proposta de tradução para o português; 5) uma explicação detalhada sobre cada termo do texto em japonês, visando uma compreensão mais detalhada por parte do leitor. Importante observar, entretanto, que não se objetiva aqui julgar a qualidade da tradução oferecida no sítio eletrônico da Agência da Casa Imperial, mas mostrar que algumas diferenças entre o original em japonês e a versão em inglês podem contribuir para a criação de imagens distintas do Imperador Akihito. Não se trata, portanto, de um trabalho com foco na qualidade da tradução, mas sim na produção de sentidos em um nível discursivo. Ressalta-se, também, que todos os grifos nos trechos analisados são nossos.

Ao fim de cada subcapítulo de análise, organizam-se em outro quadro as noções apreendidas nas ocorrências analisadas, facilitando, por parte do leitor, a visualização e compreensão das comparações realizadas. Além disso, também se discutem brevemente os resultados obtidos em cada subcapítulo, sendo todos posteriormente reapresentados e pensados como um todo nas considerações finais da presente dissertação.

²⁸ A romanização segue as definições propostas pela Associação Brasileira de Estudos Japoneses (ABEJ), como consta nas normas de romanização para publicação de artigo no periódico *Estudos Japoneses*, da Universidade de São Paulo.

4 ANÁLISES

O presente capítulo visa apresentar as análises do material coletado, como explicado no capítulo anterior. Assim, primeiramente apresentam-se as ocorrências do verbo *omou* expressando sentimento; em seguida, as ocorrências de *omou* significando julgamento; por fim, a terceira parte da presente análise abrange as ocorrências dos deônticos.

4.1 *Omou* expressando sentimento

No caso do verbo *omou* expressando sentimento, foram registradas treze ocorrências, das quais seis apresentam diferenças mais ou menos significativas entre as duas versões.

Ocorrências 1 e 2:

Original: 経済状況の厳しい中でお祝いをしてくださることを心苦しく思っていました。お祝いの気持ちには深く感謝し、うれしく思っています。

Romanização: *Keizai jōkyō no kibishii naka de oiwai o shite kudasharu koto o kokorogurushiku omotte imashita ga, oiwai no kimocho ni wa kanshashi, ureshiku omotte imasu.*

Tradução oficial: Although it has weighed on my conscience that there should be celebrations under the present stringent economic circumstances, I am nonetheless deeply grateful for the good wishes extended to me on this occasion and appreciate them. (Questão 1, 1999)

Proposta de tradução:

Kokorogurushiku omotte imashita: Senti-me pesaroso / Senti-me constrangido

Explicação dos termos:

Kokorogurushiku: adjetivo *kokorogurushii* (pesaroso; constrangido) transformado em advérbio
Omotte imashita: verbo *omou* (sentir) e auxiliar *iru* (estar) no tempo passado e na forma polida

Proposta de tradução:

Ureshiku omotte imasu: Sinto-me feliz / Estou feliz

Explicação dos termos:

Ureshiku: adjetivo *ureshii* (feliz) transformado em advérbio
Omotte imasu: verbo *omou* (sentir) e auxiliar *iru* (estar) no tempo presente e na forma polida

OBS: Vale observar que a polidez, em japonês, geralmente pode ser observada no final da oração, seja pela terminação *–masu* dos verbos (em suas respectivas conjugações) ou pelo termo *desu*, que acompanha substantivos e adjetivos

OBS: A estrutura “verbo com terminação *–te imasu*” indica o que chamamos de gerúndio em português, ou seja, algo que acontece no momento da enunciação. Pode indicar também uma ação contínua, que ocorre com certa frequência. Quando está no tempo passado (verbo com terminação *–te imashita*), pode indicar que se trata de uma ação que estava ocorrendo no momento da enunciação, como também uma ação que ocorria com certa frequência.

Nesse primeiro caso, parece haver harmonia entre os sentidos produzidos nas duas alocações. Primeiramente, um sentimento de pesar, seguido de felicidade e gratidão.

Ocorrência 3:

Original: 防災に当たっている人々の労を心からねぎらいたく思います。

Romanização: *Bôsai ni atatte iru hitobito no itazuki o kokoro kara negiraitaku omoimasu.*

Tradução oficial: I deeply appreciate the efforts made by those who are engaged in disaster prevention activities. (Questão 2, 1999)

Proposta de tradução:

Kokoro kara negiraitaku omoimasu: Agradeço de coração

Explicação dos termos:

Kokoro: coração

Kara: de (indica origem)

Negiraitaku omoimasu: verbo *negirau* (agradecer) e verbo *omou* (sentir), dando ideia de “querer agradecer” ou “sentir-se como se quisesse agradecer”

Como no caso anterior, parece haver consonância no sentido dos dois enunciados, visto que ambos expressam o sentimento de gratidão.

Ocorrência 4:

Original: 私どもがそのような心の支えに寄与することができればと思っています。

Romanização: *Watakushidomo ga sono yôna kokoro no sasae ni kiyosuru koto ga dekireba to omotte imasu.*

Tradução oficial: It is my hope that we can be of some help in providing moral support. (Questão 2, 1999)

Proposta de tradução:

Kiyosuru koto ga dekireba to omotte imasu: Sinto que seria bom se pudéssemos contribuir / Gostaria de poder contribuir

Explicação dos termos:

Kiyosuru: verbo contribuir

Koto ga dekireba: estrutura *-koto ga dekiru* (poder; ter capacidade de) expressando condição (se puder)

To omotte imasu: verbo *omou* (sentir) no tempo presente e na forma polida. Na estrutura *-koto ga dekireba to omotte imasu* expressa ideia de “sinto que seria bom se pudesse”

No original em japonês Akihito expressa um desejo de poder contribuir para oferecer apoio moral, sugerindo envolvimento, enquanto que, na versão em inglês, parece haver certo distanciamento, mesmo que sutil. Ter esperança de poder fazer algo sugere um distanciamento maior do que querer poder fazer algo, que soa mais imediato.

Ocorrência 5:

Original: 中国を除いては、皇太子の時訪問した国々でしたが、日本とそれぞれの国との交流が一層進んできていることが感じられ、うれしく思いました。

Romanização: *Chûgoku o nozoite wa, Kôtaishi no toki hômonshita kuniguni deshita ga, Nihon to sorezore no kuni to no kôryû ga issô susunde kite iru koto ga kanjirare, ureshiku omoimashita.*

Tradução oficial: I had visited these countries when I was Crown Prince, with the exception of the People's Republic of China, and I was encouraged by the fact that exchange between Japan and each of these countries seemed to be steadily increasing. (Questão 4, 1999)

Proposta de tradução:

Ureshiku omoimashita: Senti-me feliz

Explicação dos termos:

Ureshiku: adjetivo *ureshii* (feliz) transformado em advérbio

Omoimashita: verbo *omou* (sentir) no tempo passado e na forma polida

Enquanto na alocução original em japonês o Imperador expressa felicidade, na tradução em inglês há acréscimo de um sentimento encorajador, parecendo retratar um Akihito mais heroico e forte.

Ocorrência 6:

Original: それぞれの国の歩んできた道は違いますが、人々の気持ちには国境を越えて非常に近いものがあるように思います。

Romanização: *Sorezore no kuni no ayunde kita michi wa chigaimasu ga, hitobito no kimochi ni wa kokkyô o koete hijô ni chikai mono ga aru yô ni omoimasu.*

Tradução oficial: Each of these countries has taken a different path, but it seems to me that people's feelings are very similar across national borders. (Questão 4, 1999)

Proposta de tradução:

Hijô ni chikai mono ga aru yô ni omoimasu: Tenho a impressão de que há algo de próximo [nos sentimentos das pessoas]

Explicação dos termos:

Hijô ni: muito

Chikai: perto; próximo

Mono ga aru: ter algo; existir algo

Yô ni omoimasu: verbo *omou* (sentir) na forma polida e no tempo presente, precedido de *yô ni* (como se)

A tradução em inglês parece manter a ideia de impressão presente na alocução em japonês.

Ocorrência 7:

Original: 後に他の被災地を訪れた時、自分たちの災害に支援の手を差し伸べてもらったので、お礼の気持ちでこの被災地の支援に来たという人々に会うことがあり、頼もしく思いました。

Romanização: *Ato ni hoka no hisaichi o otzureta toki, jibuntachi no saigai ni shien no te o sashinobete moratta no de, orei no kimochi de kono hisaichi no shien ni kita to iu hitobito ni au koto ga ari, tanomoshiku omoimashita.*

Tradução oficial: When I visited other regions affected by natural disasters, I was heartened to meet people who said that, having received help themselves as victims of disasters, they were now coming to help others in similar circumstances. (Questão 1, 2009)

Proposta de tradução:

Tanomoshiku omoimashita: Senti-me confiante / Senti-me encorajado

Explicação dos termos:

Tanomoshiku: adjetivo *tanomoshii* (confiante; promissor; encorajador) transformado em advérbio

Omoimashita: verbo *omou* (sentir) na forma polida e no tempo passado

A ideia de confiança e encorajamento parece estar presente tanto no original quanto na tradução.

Ocorrência 8:

Original: そのような中で、高齢者や介護を必要とする人々のことを心に掛け、支えていこうという人々が多くなっているように感じられ、心強く思っています。

Romanização: *Sono yōna naka de, kōreisha ya kaigo o hitsuyō to suru hitobito no koto o kokoro ni kake, sasaete ikō to iu hitobito ga ōku natte kite iru yō ni kanjirare, kokorozuyoku omotte imasu.*

Tradução oficial: *It is encouraging* to see, at a time like this, that there seems to be an increasing number of people who care about the elderly and those in need of nursing and who are making efforts to support them. (Questão 1, 2009)

Proposta de tradução:

Kokorozuyoku omotte imasu: Sinto-me encorajado

Explicação dos termos:

Kokorozuyoku: adjetivo *kokorozuyoi* (encorajado; estimulado) transformado em advérbio

Omotte imasu: verbo *omou* (sentir) no tempo presente e na forma polida

A ideia de encorajamento está presente tanto em japonês quanto na tradução em inglês, mas parece haver uma generalização maior nessa última, quando se utiliza *it is encouraging* em vez de outra opção como *I feel encouraged*.

Ocorrência 9:

Original: 平成が20年となり、多くの人々がお祝いの気持ちを表してくれることをうれしく思い、感謝しています。

Romanização: *Heisei ga 20 nen to nari, ōku no hitobito ga oiwai no kimochi o arawashite kureru koto o ureshiku omoi, kanshashite imasu.*

Tradução oficial: *I am delighted* to see so many people celebrating this 20th year of the Heisei Era. (Questão 1, 2009)

Proposta de tradução:

Ureshiku omoi: Sinto-me feliz

Explicação dos termos:

Ureshiku: adjetivo *ureshii* (feliz) transformado em advérbio

Omoi: verbo *omou* (sentir) apenas em seu radical, indicando que a sentença continua

OBS: Como observado anteriormente, a marcação de polidez e também a indicação de tempo verbal e de afirmação ou negação da sentença encontram-se geralmente no final dela

Nesse caso, a tradução em inglês parece soar mais enfática ao transmitir um sentimento de encantamento e de prazer (*delighted*), enquanto na sentença original em japonês há apenas indicação de um sentimento de felicidade.

Ocorrência 10:

Original: いつの時代にも、心配や不安はありますが、若い人々の息吹をうれしく感じつつ、これからの日本を見守っていきたいと思います。

Romanização: *Itsu no jidai ni mo, shinpai ya fuan wa arimasu ga, wakai hitobito no ibuki o ureshiku kanjitsutsu, kore kara no Nihon o mimamotte ikitai to omoimasu.*

Tradução oficial: Whatever the times, there are always fears and anxieties, but while rejoicing in the vigour of the younger generation, I will continue to watch over Japan. (Questão 3, 2009)

Proposta de tradução:

Mimamotte ikitai to omoimasu: Gostaria de seguir protegendo

Explicação dos termos:

Mimamotte ikitai: verbo *mimamoru* (proteger; olhar por) expressando desejo de continuidade. A terminação *-tai* em *ikitai* (verbo *iku*, indicando prosseguimento) expressa ideia de “querer”

To omoimasu: verbo *omou* (sentir) na forma polida e no tempo presente. Quando se encontra expresso na estrutura *-tai to omoimasu* (gostaria de), indica uma modalização mais suave de “querer”

Enquanto no original em japonês Akihito demonstra que gostaria de continuar zelando pelo Japão, na tradução em inglês da alocação, não parece haver a ideia de querer, de desejar, constando apenas uma informação enfática de que o Imperador continuará cuidando do país. Essa diferença parece criar um efeito de maior decisão e comprometimento na imagem que emerge do Imperador na versão em inglês.

Ocorrência 11:

Original: 皆が私どもの健康を心配してくれていることに、まず感謝したいと思います。

Romanização: *Mina ga watakushidomo no kenkô o shinpaishite kurete iru koto ni, mazu kanshashitai to omoimasu.*

Tradução oficial: First of all, I would like to express my appreciation for everyone's concern over my health. (Questão relacionada, 2009)

Proposta de tradução:

Kanshashitai to omoimasu: Gostaria de agradecer

Explicação dos termos:

Kanshashitai: verbo *kanshasuru* (agradecer) com a terminação *-tai* (indicando “querer”)

To omoimasu: verbo *omou* (sentir) na forma polida e no tempo presente. A estrutura *-tai to omoimasu* (gostaria de) indica uma modalização mais suave de “querer”

Nessa ocorrência, o sentido de agradecimento parece estar presente nas duas alocações, sugerindo manutenção de uma imagem comum do Imperador em ambos os casos.

Ocorrência 12:

Original: しかし、この状況は、今の状況ならば、そのまま続けていきたいと思っております。

Romanização: *Shikashi, kono jōkyō wa, ima no jōkyō naraba, sono mama tsuzukete ikitai to omotte orimasu.*

Tradução oficial: However, if my health continues as it is, I should like to continue with the current level of official commitments. (Questão relacionada, 2009)

Proposta de tradução:

Sono mama tsuzukete ikitai to omotte orimasu: Gostaria de prosseguir do jeito que está [com a carga atual de compromissos oficiais]

Explicação dos termos:

Sono mama: como está; do jeito que está

Tsuzukete ikitai: verbo *tsuzuku* (continuar) na estrutura *-te ikitai* (indica desejo de continuidade)

To omotte orimasu: verbo *omou* (sentir) no tempo presente e na forma honorífica, sendo *orimasu* o equivalente mais polido de *imasu* (estar)

OBS: Há diversos níveis de formalidade na língua japonesa, sendo *orimasu* o que comumente se chama de “forma de humildade” por pesquisadores de língua japonesa, expressando, portanto, mais respeito pelo coenunciador do que *imasu*. A maior polidez aqui parece se justificar por se tratar de um pedido e de um desejo do Imperador

Nessa ocorrência, há indícios de consonância no tom utilizado pelo Imperador, visto que a forma polida e atenuada que utiliza no original em japonês também aparece na versão em inglês.

Ocorrência 13:

Original: また、皇后の方も足の方が昔のように、だんだんと良くなってきているようですので、非常にうれしく思っています。

Romanização: *Mata, Kōgō no hō mo ashi no hō ga mukashi no yō ni, dandan to yoku natte kite iru yō desu no de, hijō ni ureshiku omotte imasu.*

Tradução oficial: As for The Empress, I am very happy to know that her knee is recovering. (Questão relacionada, 2009)

Proposta de tradução:

Hijō ni ureshiku omotte imasu: Sinto-me extremamente feliz

Explicação dos termos:

Hijō ni: extremamente

Ureshiku: adjetivo *ureshii* (feliz) transformado em advérbio

Omotte imasu: verbo *omou* (sentir) no tempo presente e na forma polida

Nessa última ocorrência, a ideia de estar muito feliz parece estar presente tanto em japonês quanto em inglês, talvez menos enfática nessa última versão (*muito* é menos intenso que *extremamente*).

Terminada essa primeira parte das análises, pode-se resumir as ocorrências de *omou* expressando sentimento no seguinte quadro:

Quadro 1: Resumo das ocorrências de *omou* expressando sentimento

Ocorrência	Sentido em japonês	Sentido em inglês
1	Pesar / Constrangimento	Pesar / Constrangimento
2	Felicidade	Felicidade
3	Gratidão	Gratidão
4	Desejo	Esperança (mais distante)
5	Felicidade	Coragem (mais motivado)
6	Impressão	Impressão
7	Confiança e coragem	Confiança e coragem
8	Coragem	Coragem (mais generalizada)
9	Felicidade	Felicidade (mais ênfase)
10	Desejo	Promessa (mais enfático)
11	Gratidão	Gratidão
12	Desejo	Desejo
13	Felicidade	Felicidade (menos ênfase)

Conforme observado, essa parte da análise apresenta algumas diferenças entre as alocações em japonês e em inglês. Enquanto naquele há maior expressão de desejos e de sentimentos, além de sugerir maior envolvimento do Imperador com o que diz, na tradução, por sua vez, parece haver menor envolvimento emotivo, porém maior presença de noções variadas como de esperança, de coragem, de confiança e de promessa, bem como mais ênfase naquilo que diz. Pode-se, de início, baseando-se nessa primeira parte da análise, perceber um Imperador mais humano e amigo do povo para a comunidade japonesa, enquanto que, para a comunidade internacional, esse Imperador parece mais distante e menos sentimental, porém mais enfático e assertivo.

4.2 *Omou* expressando julgamento

No caso do verbo *omou* expressando julgamento, foram registradas dezenove ocorrências, das quais treze apresentam diferenças mais ou menos significativas

entre as duas versões.

Ocorrência 1:

Original: そのような新しい動きに対応するには、多くの困難があることと思いますが、過去に幾多の困難や障害を乗り越えてきた日本の歴史を思い起こし、国民一人一人の叡知^{えい}と国際社会の協力により、これらの困難が立派に克服されていくことを信じています。

Romanização: *Sono yôna atarashii ugoki ni taiôsuru ni wa, ôku no konnan ga aru koto to omoimasu ga, kako ni ikuta no konnan ya shôgai o norikoete kita Nihon no rekishi o omoiokoshi, kokumin hitorihitori no eichi to kokusai shakai no kyôryoku ni yori, korera no konnan ga rippa ni kokufukusarete iku koto o shinjite imasu.*

Tradução oficial: There must be numerous difficulties in coping with these new developments, but, as I recall the history of Japan and how in the past so much hardship and distress has been overcome, I firmly believe that the wisdom of each and every Japanese and cooperation from international society will tide us over them in fine style. (Questão 1, 1999)

Proposta de tradução:

Ôku no konnan ga aru koto to omoimasu: Creio que haja diversas dificuldades

Explicação dos termos:

Ôku no: diversas

Konnan: dificuldades

Ga: partícula que marca sujeito da oração

Aru koto: verbo *aru* (haver) substantivado

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

Aqui, enquanto no texto original Akihito diz achar ou crer que há diversas dificuldades, na tradução utiliza-se o termo *there must be* (deve haver), estrutura que sugere menor comprometimento com o que se diz, além de um maior distanciamento e de certa impessoalidade.

Ocorrência 2:

Original: 障害者や高齢者、災害を受けた人々、あるいは社会や人々のために尽くしている人々に心を寄せていくことは、私どもの大切な務めであると思います。

Romanização: *Shôgaisha ya kôreisha, saigai o uketa hitobito, arui wa shakai ya hitobito no tame ni tsukushite iru hitobito ni kokoro o yosete iku koto wa, watakushidomo no taisetsuna tsutome dearu to omoimasu.*

Tradução oficial: I consider it an important duty of ours to be close in our hearts to the disabled, the elderly and those who suffer from disaster, as well as those who are dedicating themselves to others or society as a whole. (Questão 2, 1999)

Proposta de tradução:

Watakushidomo no taisetsuna tsutome dearu to omoimasu: Acho que é um dever importante nosso

Explicação dos termos:

Watakushidomo no: nosso

Taisetsuna: importante

Tsutome: dever; responsabilidade

Dearu: versão literária de *desu*, marcando término de oração nominal

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

OBS: O termo *desu* é comumente utilizado em língua japonesa para marcar predicados nominais, ou seja, sentenças que não possuam um verbo, podendo o termo, algumas vezes, ser traduzido como “ser”. *Dearu* é a forma literária de *desu*, estando provavelmente presente na alocação do Imperador porque o texto de resposta geralmente é escrito antes da conferência de imprensa, como explicado no capítulo de metodologia

As duas versões da alocação de Akihito parecem estar em consonância, mostrando um sentido de julgamento, de opinião.

Ocorrência 3:

Original: 私どものしてきたことは活動という言葉で言い表すことはできないと思いますが，訪れた施設や被災地で会った人々と少しでも心を共にしようと努めてきました。

Romanização: *Watakushidomo no shite kita koto wa katsudô to iu kotoba de ijarawasu koto wa dekinai to omoimasu ga, otozureta shisetsu ya hisaichi de atta hitobito to sukoshi demo kokoro o tomo ni shiyô to tsutomete kimashita.*

Tradução oficial: We cannot really describe what we have done in this regard as "activities." What we have tried to do as much as possible is to share our hearts with the people we meet at the facilities and disaster areas we visit. (Questão 2, 1999)

Proposta de tradução:

liarawasu koto wa dekinai to omoimasu: Acho que não podemos chamar de

Explicação dos termos:

liarawasu: expressar; chamar de; descrever

Koto wa dekinai: não poder; não conseguir

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

Nessa ocorrência, a locução em japonês apresenta uma opinião pessoal do Imperador, além de um dever moral. Na tradução para o inglês essa opinião se torna mais assertiva, uma vez que não há o correspondente de *omou* (pensar, achar).

Ocorrência 4:

Original: 今日の日本が享受している平和と繁栄は，このような多くの犠牲の上に築かれたものであることを心しないといけないと思います。

Romanização: *Kyô no Nihon ga kyôjushite iru heiwa to han'ei wa, kono yôna ôku no gisei no ue ni kizukareta mono dearu koto o kokoroshinai to ikenai to omoimasu.*

Tradução oficial: I think we should all be aware that the peace and prosperity we currently enjoy in Japan was built on the sacrifice of so many such people. (Questão 3, 1999)

Proposta de tradução:

Kokoroshinai to ikenai to omoimasu: Acho que temos que ter em mente / Acho que temos que ficar atentos

Explicação dos termos:

Kokoroshinai: verbo *kokorosuru* (ter em mente; ficar atento) na forma negativa

To ikenai: não poder; não ser bom. Ao utilizar a estrutura com um verbo anterior na negativa, cria-se o sentido de "ter que"

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

A noção de dever está presente tanto no original quanto na tradução, expressando uma opinião do Imperador Akihito, embora o teor de obrigação esteja mais presente na locução em japonês.

Ocorrência 5:

Original: このような苦難の道を歩み、日本への復帰を願った沖縄県民の気持ちを日本人全体が決して忘れてはならないと思います。

Romanização: *Kono yôna kunan no michi o ayumi, Nihon e no fukki o negatta Okinawa kenmin no kimochi o nihonjin zentai ga kesshite wasurete wa naranai to omoimasu.*

Tradução oficial: I believe that all the people of Japan should never forget the feelings of the people of Okinawa Prefecture who trod such a path of suffering and aspired to reversion to Japan. (Questão 3, 1999)

Proposta de tradução:

Nihonjin zentai ga kesshite wasurete wa naranai to omoimasu: Acho que todos os japoneses não podem esquecer de forma alguma

Explicação dos termos:

Nihonjin: japoneses

Zentai: todos

Ga: partícula marcadora de sujeito da oração

Kesshite: de forma alguma

Wasurete: verbo *wasureru* (esquecer) adaptado para a estrutura *-te wa naranai* (indica impedimento)

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida

No texto original, Akihito faz uso de uma estrutura linguística que indica impedimento ou proibição, além do termo *kesshite* (de forma alguma), dando ênfase ao que diz. Na tradução em inglês, por sua vez, parece haver uma atenuação da ideia de proibição, representada, no caso, com *should never* (nunca deveriam), exprimindo uma ideia de dever moral, que não necessariamente sugere impedimento, sendo portanto menos enfática.

Ocorrência 6:

Original: 私が沖縄の歴史と文化に関心を寄せているのも、復帰に当たって沖縄の歴史と文化を理解し、県民と共有することが県民を迎える私どもの務めだと思ったからです。

Romanização: *Watakushi ga Okinawa no rekishi to bunka ni kanshin o yosete iru no mo, fukki ni atatte Okinawa no rekishi to bunka o rikaishi, kenmin to kyôyûsuru koto ga kenmin o mukaeru watakushidomo no tsutome da to omotta kara desu.*

Tradução oficial: I have maintained an interest in the history and culture of Okinawa because I felt it our duty, in welcoming the people of Okinawa on the occasion of the reversion, to understand and share with them the history and culture of Okinawa. (Questão 3, 1999)

Proposta de tradução:

Watakushidomo no tsutome da to omotta: Pensei ser nosso dever

Explicação dos termos:

Watakushidomo no: nosso

Tsutome: dever; responsabilidade

Da: forma comum de *desu*, marcando final de oração nominal

To omotta: verbo *omou* (pensar; achar) no tempo passado e na forma comum

OBS: Como explicado anteriormente, *desu* marca geralmente final de sentenças polidas e que não possuam verbos. A forma *da* representa a mesma ideia de *desu*, mas é sua forma comum ou neutra, ou seja, não polida. Da mesma forma, os verbos também possuem sua forma comum ou neutra e seus equivalentes polidos. *Omotta* é a forma de passado e comum de *omou*. Vale lembrar que a marca de polidez é comumente apresentada no fim da sentença, como no caso acima

O limite semântico entre *achar que* e *sentir que* nessa ocorrência se mostra um tanto tênue, visto que na alocação em japonês a ideia de *pensar ser um dever* pode se aproximar um pouco da de *sentir ser um dever*, como apresentado na

tradução para o inglês. De todo modo, *sentir* cria uma ideia mais forte de emoção e envolvimento com o que se diz do que *achar*.

Ocorrência 7:

Original: 戦争の惨禍を忘れず語り継ぎ、過去の教訓をいかして平和のために力を尽くすことは非常に大切なことと思います。

Romanização: *Sensô no sanko o wasurezu kataritsugi, kako no kyôkun o ikashite heiwa no tame ni chikara o tsukusu koto wa hijô ni taisetsuna koto to omoimasu.*

Tradução oficial: I believe it very important that we never forget to hand down our experiences of the horrors of war to future generations, and do our utmost to work for peace on the basis of the lessons of the past. (Questão 3, 1999)

Proposta de tradução:

Hijô ni taisetsuna koto to omoimasu. Acho que é algo muito importante

Explicação dos termos:

Hijô ni: extremamente

Taisetsuna: importante

Koto: algo (abstrato)

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

A imagem de Akihito em seu texto e na tradução de seu texto não parece destoar uma da outra.

Ocorrência 8:

Original: 特に戦争によって原子爆弾の被害を受けた国は日本だけであり、その強烈な破壊力と長く続く放射能の影響の恐ろしさを世界の人々にもしっかりと理解してもらうことが、世界の平和を目指す意味においても極めて重要なことと思います。

Romanização: *Toku ni sensô ni yotte genshi bakudan no higai o uketa kuni wa Nihon dake deari, sono kyôretsuna hakairiyoku to nagaku tsuzuku hôshanô no eikyô no osoroshisa o sekai no hitobito ni mo shikkari to rikaishite morau koto ga, sekai no heiwa o mezasu imi ni oitemo kiwamete jûyôna koto to omoimasu.*

Tradução oficial: Japan is the only country to have suffered the damage of the atomic bomb in a war, and it is extremely important, in aiming for world peace, to let the people of the world understand clearly the terror of the tremendous destructive power and the long-enduring effects of radiation these weapons bring. (Questão 3, 1999)

Proposta de tradução:

Kiwamete jûyôna koto to omoimasu. Acho que é algo extremamente importante

Explicação dos termos:

Kiwamete: extremamente

Jûyôna: importante

Koto: algo (abstrato)

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

Na tradução, percebe-se uma generalização maior, já que o Imperador diz é *extremamente* importante, em vez de *acho que é algo extremamente importante*, como consta na alocução em japonês. Enquanto no original há uma crença pessoal, na tradução para o inglês parece haver uma ideia geral, mais senso comum, causando distanciamento do Imperador com o que diz.

Ocorrência 9:

Original: この10年間に世界を最も大きく変えた出来事は、ソヴィエト連邦の崩壊だと思います。

Romanização: *Kono 10 nenkan ni sekai o mottomo ôkiku kaeta dekigoto wa, Soviето Rēnpô no hôkai da to omoimasu.*

Tradução oficial: I think that the event which caused the greatest change in the world over the last decade was the collapse of the former Soviet Union. (Questão 4, 1999)

Proposta de tradução:

Soviето Rēnpô no hôkai da to omoimasu: Acho que foi o colapso da URSS

Explicação dos termos:

Soviето Rēnpô: União Soviética

No: de (indica posse)

Hôkai: colapso; declínio

Da: forma comum de *desu*, marcando término de oração nominal

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

Parece haver nas duas alocações certa similaridade entre as duas vezes, ambas expressando uma opinião de Akihito.

Ocorrência 10:

Original: 世界の各地で紛争が起こり、多くの命が失われている今日、平和の大切さを世界の人々が十分に理解するよう、日本の人々が、たゆみなく努力していくことが大切なことと思います。

Romanização: *Sekai no kakuchi de funsô ga okori, ôku no inochi ga ushinawarete iru kyô, heiwa no taisetsusa o sekai no hitobito ga jûbun ni rikaisuru yô, Nihon no hitobito ga, tayumi naku doryokushite iku koto ga taisetsuna koto to omoimasu.*

Tradução oficial: In the world of today where conflicts are occurring in various regions in which countless lives are lost, I believe it is very important for the people of Japan to ceaselessly strive to ensure that they themselves as well as the people of the world understand the importance of peace. (Questão 4, 1999)

Proposta de tradução:

Taisetsuna koto to omoimasu: Acho que é algo importante

Explicação dos termos:

Taisetsuna: importante

Koto: algo

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

Nesse caso, a tradução utiliza o termo *very* (muito), reforço não presente no texto em japonês. Tal acréscimo parece resultar em uma ênfase maior no que está sendo dito, contribuindo para a construção de uma imagem de um Akihito mais firme e convicto.

Ocorrência 11:

Original: それぞれの人の家族の苦しみは、いかばかりであったかと思えます。

Romanização: *Sorezore no hito no kazoku no kurushimi wa, ika bakari deatta ka to omoimasu.*

Tradução oficial: It is hard to imagine the anguish of the families of those involved. (Questão 1, 2009)

Proposta de tradução:

Ika bakari deatta ka to omoimasu. Penso no quanto foi [o sofrimento]

Explicação dos termos:

Ika bakari: o quanto

Deatta: forma de tempo passado de *dearu* (versão formal de *desu/da*); marca término de oração nominal

Ka: partícula que marca orações interrogativas

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

Essa ocorrência apresenta novamente, na tradução, uma generalização e um maior distanciamento do que é dito. Enquanto na alocução original o Imperador expressa um pensamento seu, na tradução parece haver uma ideia um pouco mais generalizada. Essa diferença também pode apontar para uma imagem de um Imperador mais envolvido e preocupado na alocução em japonês do que na em inglês.

Ocorrência 12:

Original: ソビエト連邦が発表したのはそれより後のことで、事故のあった地域の人々の健康に与えた被害は、一層大きくなったことと思えます。

Romanização: *Sovieto Rempô ga happyôshita no wa sore yori ato no koto de, jiko no atta chiiki no hitobito no kenkô ni ataeta higai wa, issô ôkiku natta koto to omoimasu.*

Tradução oficial: An announcement by the Soviet government took place only later and no doubt this delay resulted in further damage to the health of people in the affected regions. (Questão 1, 2009)

Proposta de tradução:

Issô ôkiku natta koto to omoimasu. Acho que foi algo que se tornou bem maior [o dano]

Explicação dos termos:

Issô: bem mais

Ôkiku: adjetivo *ôkii* (grande) transformado em advérbio

Natta: verbo *naru* (tornar-se) no tempo passado

Koto: algo (abstrato)

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

A tradução para o inglês apresenta o acréscimo do termo *no doubt* (sem dúvidas), inexistente na alocução original, sugerindo mais ênfase do que a percebida em japonês. Tal acréscimo parece indicar um Imperador mais firme e convicto. Parece bem evidente a diferença do tom das duas alocuções, visto que, em japonês, a atenuação com o uso de *to omoimasu* (acho que) é nitidamente mais reservada e menos acusadora do que *no doubt this delay resulted in further damage* (sem dúvidas esse atraso resultou em danos maiores), como consta na tradução para o inglês.

Ocorrência 13:

Original: 苦勞の多い中で、農業、林業、水産業などに携わる人々が様々な工夫を凝らし、その分野を守り続けてきている努力を尊いものに思っており、毎年農林水産祭天皇杯受賞者にお会いするのを楽しみにしています。

Romanização: *Kurô no ôi naka de, nôgyô, ringyô, suisangyô nado ni tazusawaru hitobito ga samazama ni kufû o korashi, sono bun'ya o mamoritsuzukete iru doryoku o tattoi mono ni omotte ori, maitoshi Nôrinsuisansai Tennôhai jushôsha ni oaisuru no o tanoshimi ni shite imasu.*

Tradução oficial: I value highly the efforts made by all those engaged in agriculture, forestry and fisheries, who overcome many hardships by their imaginative solutions to the problems of maintaining their livelihoods. I look forward each year to meeting the awardees of the Emperor's Prize on the occasion of the annual Agriculture, Forestry and Fisheries Festival. (Questão 1, 2009)

Proposta de tradução:

Tattoi mono ni omotte ori: Considero valioso [o esforço]

Explicação dos termos:

Tattoi: precioso; valioso

Mono ni: apresenta ideia de emoção

Omotte ori: verbo *omou* (pensar; achar; considerar; julgar), sendo *ori* o radical do verbo *oru* (estar), utilizado nessa forma para indicar continuidade da oração

Nesse caso, o uso de *omou* se encontra no limite entre considerar (julgar, achar, pensar) e sentir, tratando-se, portanto, de um julgamento emotivo. E também a carga de intensidade representada por *mono ni*, em japonês, fica por conta de *highly* (altamente, muito), em inglês, aumentando a carga emotiva e a intensidade do sentimento, já que o amenizador *omou* é substituído pelo mais enfático e direto *I value* (eu valorizo).

Ocorrência 14:

Original: 皇位の継承という点で、皇室の現状については、質問のとおりだと思います。

Romanização: *Kôji no keishô to iu tem de, Kôshitsu no genjô ni tsuite wa, shitsumon no tôri da to omoimasu.*

Tradução oficial: Concerning the continuity of the throne, I think the situation of the Imperial Family is as described in the question. (Questão 2, 2009)

Proposta de tradução:

Shitsumon no tôri da to omoimasu: Acho que é conforme a pergunta

Explicação dos termos:

Shitsumon: pergunta

No tôri: conforme

Da: forma comum de *desu*, marcando fim de oração nominal

To omoimasu: verbo *omou* (achar; pensar) na forma polida e no tempo presente

A utilização da ideia de julgamento é realizada por meio dos verbos *omou* e *think*, ambos indicando *pensar, julgar, achar*. Parece haver consonância entre as duas alocações.

Ocorrências 15 e 16:

Original: 皇位継承の制度にかかわることについては、国会の論議にゆだねるべきであると思いますが、将来の皇室の在り方については、皇太子とそれを支える秋篠宮の考えが尊重されることが重要と思います。

Romanização: *Kôji keishô no seido ni kakawaru koto ni tsuite wa, Kokkai no rongi ni yudaneru beki dearu to omoimasu ga, shôrai no Kôshitsu no arikata ni tsuite wa, Kôtaishi to sore o sasaeru Akishino no Miya no kangae ga sonchôsareru koto ga jûyô to omoimasu.*

Tradução oficial: I think the issues concerning the system of Imperial succession should be left to the deliberation in the Diet, but concerning the ideal role of the Imperial Family in the future, I think it is important that the views of the Crown Prince and Prince Akishino, who supports him, are respected. (Questão 2, 2009)

Proposta de tradução:

Kokkai no rongi ni yudaneru beki dearu to omoimasu: Acho que se deve confiar [...] à discussão na Dieta Nacional

Explicação dos termos:

Kokkai: Dieta Nacional (parlamento, congresso)

No: de (indica posse)

Rongi: debate; discussão

Ni yudaneru: confiar a; deixar aos cuidados de

Beki: deve (indicando dever moral)

Dearu: forma literária de *desu/da*, marcando término de oração nominal

To omoimasu: verbo *omou* (achar; pensar) na forma polida e no tempo presente

Proposta de tradução:

Jûyô to omoimasu: Acho que é importante

Explicação dos termos:

Jûyô: importante

To omoimasu: verbo *omou* (achar; pensar) na forma polida e no tempo presente

Aqui também parece haver consonância entre os casos de ocorrência da ideia de julgamento ou opinião nos trechos destacados acima.

Ocorrência 17:

Original: 過去の歴史的事実を十分に知って未来に備えることが大切と思います。

Romanização: *Kako no rekishiteki jijitsu o jûbun ni shitte mirai ni sonaeru koto ga taisetsu to omoimasu.*

Tradução oficial: I believe it is essential for us to learn from the historical facts and prepare ourselves for the future. (Questão 3, 2009)

Proposta de tradução:

Taisetsu to omoimasu: Acho que é importante

Explicação dos termos:

Taisetsu: importante

To omoimasu: verbo *omou* (achar; pensar) na forma polida e no tempo presente

Nessa ocorrência, é interessante observar que, na alocução original, o Imperador Akihito expressa sua opinião de que algo é importante, enquanto na tradução para a comunidade internacional parece haver uma ênfase maior na importância do que é dito, tratando o assunto não apenas como importante, mas essencial, fundamental, de extrema importância.

Ocorrência 18:

Original: この負担の軽減ということは、今年 1 年その方向で行われまして、やはり負担の軽減という意味はあったのではないかと思っています。

Romanização: *Kono futan no keigen to iu koto wa, kotoshi 1 nen sono hōkō de okonaware mashite, yahari futan no keigen to iu imi wa atta no dewanai ka to omotte imasu.*

Tradução oficial: There has been a reduction in official duties over the past year and I think that this did indeed have the effect of lessening my burden. (Questão relacionada, 2009)

Proposta de tradução:

Yahari futan no keigen to iu imi wa atta no dewanai ka to omotte imasu: Penso se não teria havido realmente um significado (resultado) de redução das obrigações

Explicação dos termos:

Yahari: realmente; como esperado

Futan: obrigações; responsabilidades

No: de (indica posse; relação entre dois substantivos)

Keigen: redução

To iu imi: significado de

Wa: partícula que sucede o tópico da oração (assunto)

Atta: verbo *aru* (haver) no tempo passado

No dewanai ka: estrutura que marca pergunta retórica

To omotte imasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente, indicando algo momentâneo

Como apontam Makino e Tsutsui (2003, p. 52-53), os japoneses têm uma tendência de evitar expressões muito decididas, especialmente quando expressam opinião, optando por utilizarem construções menos enfáticas. Assim, utilizar negativas em final de orações, por exemplo, fazendo perguntas retóricas, seria uma forma de evitar mostrar decisões muito convictas e mais diretas. Nesse caso, a construção *atta no dewanai ka* (não teria havido?) ameniza a opinião do Imperador, que parece apenas sugerir algo, mas não afirmar categoricamente. Na tradução, essa atenuação parece se perder, havendo uma afirmação categórica por parte do Imperador, enfatizada pelo termo *indeed* (realmente).

Ocorrência 19:

Original: ただ、まだ座るといふことができないので、まだしばらくは座ること、例えば賢所など座らなければならぬところのお参りは、これはまだしばらく無理ではないかと思っています。

Romanização: *Tada, mada suwaru to iu koto ga dekinai no de, mada shibaraku wa suwaru koto, tatoeba Kashiko Dokoro nado suwaranakereba naranai tokoro no omairi wa, kore wa mada shibaraku muri dewanai ka to omotte imasu.*

Tradução oficial: However, she still cannot sit on her heels in the formal Japanese style, so I think it will not be possible for her to participate in official duties that require her to sit in this way, such as at the Kashiko Dokoro (Palace Sanctuary) for a while longer. (Questão relacionada, 2009)

Proposta de tradução:

Muri dewanai ka to omotte imasu: Penso se não seria impossível

Explicação dos termos:

Muri: impossível

Dewanai ka: não seria? (marca pergunta retórica)

To omotte imasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente, indicando algo momentâneo

Como no caso anterior, verifica-se certo caráter retórico no texto original de

Akihito, que sugere uma impossibilidade de realização de algo. Na tradução, mais uma vez, tal atenuação parece se perder, criando um tom mais categórico, amenizado apenas por *I think* (eu penso).

Terminada essa etapa da análise, esse segundo momento pode, assim, ser resumido no seguinte quadro:

Quadro 2: Resumo das ocorrências de *omou* expressando julgamento

Ocorrência	Sentido em japonês	Sentido em inglês
1	Opinião pessoal	Constatação (mais generalizada)
2	Opinião pessoal	Opinião pessoal
3	Opinião pessoal	Constatação (mais enfática)
4	Opinião pessoal (mais enfática)	Opinião pessoal
5	Opinião pessoal (mais enfática)	Opinião pessoal
6	Opinião pessoal	Opinião pessoal (mais emotiva)
7	Opinião pessoal	Opinião pessoal
8	Opinião pessoal	Constatação (mais generalizada)
9	Opinião pessoal	Opinião pessoal
10	Opinião pessoal	Opinião pessoal (mais enfática)
11	Opinião pessoal (mais emotiva)	Constatação (mais generalizada)
12	Opinião pessoal	Constatação mais enfática e mais generalizada
13	Opinião pessoal	Afirmação (mais enfática)
14	Opinião pessoal	Opinião pessoal
15	Opinião pessoal	Opinião pessoal
16	Opinião pessoal	Opinião pessoal
17	Opinião pessoal	Opinião pessoal (mais enfática)
18	Opinião pessoal	Opinião pessoal (mais enfática)
19	Opinião pessoal	Opinião pessoal (mais enfática)

De modo geral, no que tange às alocações que expressam opiniões e impressões do Imperador do Japão, as diferenças mais significativas entre a alocação original em japonês e a tradução para o inglês dizem respeito à ênfase, à

generalização e à assertividade das opiniões. Como comentando anteriormente, consta em Makino e Tsutsui (2003) que os japoneses costumam ser menos categóricos e decisivos quando dão suas opiniões. Essa característica, em alguns casos destacados na presente dissertação, parece estar muitas vezes perdida na versão das alocuções do Imperador para a comunidade internacional. Na versão em inglês dessas alocuções, Akihito aparece como sendo mais categórico e decidido, além de mais enfático em suas opiniões, contrastando com a observação dos autores supracitados e criando uma imagem de Imperador mais ocidentalizada. Há também, na tradução, maior generalização, podendo sugerir menos comprometimento com o que é dito e conseqüente distanciamento.

Nas alocuções em japonês, no entanto, percebe-se maior constância no tom, geralmente um tom de atenuação em suas opiniões. Confere-se também um caráter mais pessoal, garantindo certa proximidade por parte do Imperador com o povo, o que sugere uma imagem de um amigo da nação preocupado com seu povo e uma possível identificação entre nação e Imperador.

4.3 Deônticos

Nessa terceira categoria de análise, passa-se às ocorrências de modalidades do tipo deônticas (noções de obrigação, proibição, permissão e de escolha). Foram registradas nove ocorrências, das quais sete apresentam diferenças mais ou menos significativas entre as duas versões. Lembramos que, para essa etapa da análise, o ponto de partida não foram necessariamente as alocuções originais em japonês, mas as ocorrências de deônticos em ambas as versões, a fim de compará-las. Assim, primeiramente apresentam-se as análises que tiveram como ponto de partida o original em japonês, seguidas pelas alocuções cujo ponto de partida foi a tradução em inglês.

4.3.1 Deônticos verificados nas alocações em japonês

Ocorrência 1:

Original: 回答をまとめてみましたが、言い尽くせないこともあるといけないので、紙を見ながらお話しします。

Romanização: *Kaitô o matomete mimashita ga, iitsukusenai koto mo aru to ikenai no de, kami o minagara, ohanashishimasu.*

Tradução oficial: I have attempted to arrange my thoughts in order, and as there are many things to say, I will speak from my notes. (Questão 1, 1999)

Proposta de tradução:

iitsukusenai koto mo aru to ikenai: Há coisas que também não posso deixar de dizer / Há coisas que também tenho que dizer

Explicação dos termos:

iitsukusenai: verbo *iitsukusu* (dizer tudo; contar tudo) na forma negativa e indicando incapacidade ou não possibilidade de dizer

Koto: coisas (abstratas)

Mo: também

Aru: verbo *haver*

To ikenai: não poder; não ser bom

O Imperador Akihito demonstra claramente, no texto em japonês, a necessidade de dizer algumas coisas. A noção deôntica presente parece ser a de obrigação ou de dever. Na tradução, o valor deôntico parece sumir, havendo apenas uma indicação de que há muito o que dizer, mas que não necessariamente se trata de uma obrigação.

Ocorrência 2:

Original: 私どものしてきたことは活動という言葉で言い表すことはできないと思いますが、訪れた施設や被災地で会った人々と少しでも心を共にしようと努めてきました。

Romanização: *Watakushidomo no shite kita koto wa katsudô to iu kotoba de iarawasu koto wa dekinai to omoimasu ga, otzureta shisetsu ya hisaichi de atta hitobito to sukoshi demo kokoro o tomo ni shiyô to tsutomete kimashita.*

Tradução oficial: We cannot really describe what we have done in this regard as "activities." What we have tried to do as much as possible is to share our hearts with the people we meet at the facilities and disaster areas we visit. (Questão 2, 1999)

Proposta de tradução:

iarawasu koto wa dekinai to omoimasu: Acho que não podemos chamar de

Explicação dos termos:

iarawasu: expressar; chamar de; descrever

Koto wa dekinai: não poder; não conseguir

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

O verbo *poder*, em português, normalmente pode se referir à capacidade, possibilidade ou permissão. Nesse caso, parece tratar-se da última opção, indicando uma tendência mais para um dever moral, para algo que não se deve fazer ou que não é bom fazer, além do verbo *omou*, marcando mais sutileza na opinião. Na

versão em inglês, Akihito é mais direto quanto a esse impedimento moral, sendo, portanto, menos sutil.

Ocorrência 3:

Original: 今日の日本が享受している平和と繁栄は、このような多くの犠牲の上に築かれたものであることを心しないといけないと思います。

Romanização: *Kyô no Nihon ga kyôjushite iru heiwa to han'ei wa, kono yôna ôku no gisei no ue ni kizukareta mono dearu koto o kokoroshinai to ikenai to omoimasu.*

Tradução oficial: I think we should all be aware that the peace and prosperity we currently enjoy in Japan was built on the sacrifice of so many such people. (Questão 3, 1999)

Proposta de tradução:

Kokoroshinai to ikenai to omoimasu. Acho que temos que ter em mente / Acho que temos que ficar atentos

Explicação dos termos:

Kokoroshinai: verbo *kokorosuru* (ter em mente; ficar atento) na forma negativa

To ikenai: não poder; não ser bom. Ao utilizar a estrutura com um verbo anterior na negativa, cria-se o sentido de “ter que”

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

Nas duas versões dessa ocorrência parece haver o valor deôntico de obrigação e de forte recomendação, indicando um dever moral.

Ocorrência 4:

Original: このような苦難の道を歩み、日本への復帰を願った沖縄県民の気持ちを日本人全体が決して忘れてはならないと思います。

Romanização: *Kono yôna kunan no michi o ayumi, Nihon e no fukki o negatta Okinawa kenmin no kimochi o nihonjin zentai ga kesshite wasurete wa naranai to omoimasu.*

Tradução oficial: I believe that all the people of Japan should never forget the feelings of the people of Okinawa Prefecture who trod such a path of suffering and aspired to reversion to Japan. (Questão 3, 1999)

Proposta de tradução:

Nihonjin zentai ga kesshite wasurete wa naranai to omoimasu. Acho que todos os japoneses não podem esquecer de forma alguma

Explicação dos termos:

Nihonjin: japoneses

Zentai: todos

Ga: partícula marcadora de sujeito da oração

Kesshite: de forma alguma

Wasurete: verbo *wasureru* (esquecer) adaptado para a estrutura *-te wa naranai* (indica proibição)

To omoimasu: verbo *omou* (pensar; achar) na forma polida e no tempo presente

No texto original em japonês, Akihito parece expressar mais claramente um impedimento ou proibição por meio da estrutura *wasurete wa naranai* (não poder esquecer). Na tradução em inglês, é utilizado o modal *should* (não dever), amenizando o teor proibitivo.

Ocorrência 5:

Original: そのためにも世界の人々が互いに協力して、地球環境を守るような平和な世界を築いていかなければなりません。

Romanização: *Sono tame ni mo sekai no hitobito ga tagai ni kyōryokushite, chikyū kankyō o mamoreru yōna heiwana sekai o kizuite ikanakereba narimasen.*

Tradução oficial: To this end as well, we must build a peaceful world in which the people of the world can cooperate to protect the global environment. (Questão 4, 1999)

Proposta de tradução:

Kizuite ikanakereba narimasen: [As pessoas] têm que continuar construindo

Explicação dos termos:

Kizuite: verbo *kizuku* (construir)

Ikanakereba narimasen: verbo *iku* (ir), utilizado como verbo auxiliar na estrutura *-te iku* (continuar), encontrando-se também na construção *-nakereba narimasen* (ter que)

O valor deôntico de obrigação e de necessidade parece constar nas duas versões da alocução de Akihito, mas vale observar que, em japonês, o sujeito da oração é *sekai no hitobito* (as pessoas do mundo), mas, em inglês, o sujeito passar a ser *we* (nós), sugerindo inclusão do enunciador nesse grupo. Na tradução, portanto, o Imperador parece se incluir no que propõe, assumindo também uma responsabilidade que não consta na alocução em japonês.

Ocorrência 6:

Original: 皇位継承の制度にかかわることについては、国会の論議にゆだねるべきであると思いますが、将来の皇室の在り方については、皇太子とそれを支える秋篠宮の考えが尊重されることが重要と思います。

Romanização: *Kōi keishō no seido ni kakawaru koto ni tsuite wa, Kokkai no rōgi ni yudaneru beki dearu to omoimasu ga, shōrai no Kōshitsu no arikata ni tsuite wa, Kōtaishi to sore o sasaeru Akishino no Miya no kangae ga sonchōsareru koto ga jūyō to omoimasu.*

Tradução oficial: I think the issues concerning the system of Imperial succession should be left to the deliberation in the Diet, but concerning the ideal role of the Imperial Family in the future, I think it is important that the views of the Crown Prince and Prince Akishino, who supports him, are respected. (Questão 2, 2009)

Proposta de tradução:

Kokkai no rōgi ni yudaneru beki dearu to omoimasu: Acho que se deve confiar [...] à discussão na Dieta Nacional

Explicação dos termos:

Kokkai: Dieta Nacional (parlamento, congresso)

No: de (indica posse)

Rōgi: debate; discussão

Ni yudaneru: confiar a; deixar aos cuidados de

Beki: deve (indicando dever moral)

Dearu: forma literária de *desu/da*, marcando término de oração nominal

To omoimasu: verbo *omou* (achar; pensar) na forma polida e no tempo presente

Ambos os termos *beki* e *should* parecem deixar clara a ideia de dever moral nos trechos destacados do texto em japonês e em inglês.

Ocorrência 7:

Original: ただ、まだ座るといふことができないので、まだしばらくは座ること、例えば賢所など座らなければならぬところのお参りは、これはまだしばらく無理ではないかと思っています。

Romanização: *Tada, mada suwaru to iu koto ga dekinai no de, mada shibaraku wa suwaru koto, tatoeba Kashiko Dokoro nado suwaranakereba naranai tokoro no omairi wa, kore wa mada shibaraku muri dewanai ka to omotte imasu.*

Tradução oficial: However, she still cannot sit on her heels in the formal Japanese style, so I think it will not be possible for her to participate in official duties that require her to sit in this way, such as at the Kashiko Dokoro (Palace Sanctuary) for a while longer. (Questão relacionada, 2009)

Proposta de tradução:

Suwaranakereba naranai tokoro: Situações em que tenha que se sentar

Explicação dos termos:

Suwaranakereba naranai: verbo *suwaru* (sentar) na estrutura *-nakereba naranai* (ter que)

Tokoro: nesse caso, indica situação, mas também possui significado de lugar

A noção de obrigação parece constar nas duas versões da alocução do Imperador, ainda que, no original em japonês, ele diga *suwaranakereba naranai tokoro* (situações em que tenha que se sentar), expressando obrigação sem necessariamente aparecer aquele que demande tal exigência; na tradução para o inglês, por sua vez, o uso de *require* (exigir) parece sugerir uma carga maior de obrigação e ordem, apontando necessariamente algo ou alguém que demande isso (no caso, as obrigações oficiais).

4.3.2 Deônticos verificados nas alocuções em inglês

Ocorrência 8:

Original: 経済状況の厳しい中でお祝いをしてくださることを心苦しく思っていました。お祝いの気持ちには深く感謝し、うれしく思っています。

Romanização: *Keizai jōkyō no kibishii naka de oiwai o shite kudasaru koto o kokorogurushiku omotte imashita ga, oiwai no kimochi ni wa fukaku kanshashi, ureshiku omotte imasu.*

Tradução oficial: Although it has weighed on my conscience that there should be celebrations under the present stringent economic circumstances, I am nonetheless deeply grateful for the good wishes extended to me on this occasion and appreciate them. (Questão 1, 1999)

Proposta de tradução:

Oiwai o shite kudasaru: Que celebrem

Explicação dos termos:

Oiwai: celebração (o é um prefixo marcador de polidez)

O: partícula que sucede um objeto direto

Shite: verbo *suru* (fazer) na estrutura *-te kudasaru*, que demonstra gratidão por parte do enunciador em relação à ação realizada

Nesse caso, partiu-se da identificação do deôntico *should* (deveria), na tradução, para fazer o contraste com o texto em japonês. Como se pode observar, não há, nesse último, presença de deôntico. Akihito apenas comenta que o

incomoda um pouco o fato de haver celebrações quando de seu entronamento em um momento de crise econômica, apesar de se sentir feliz e agradecido pelo sentimento de celebração do povo. Na tradução, no entanto, a presença do deôntico *should* parece reforçar um pouco a ideia de constrangimento por parte do Imperador, dada a ênfase que o termo traz.

Ocorrência 9:

Original: 特に戦争によって原子爆弾の被害を受けた国は日本だけであり、その強烈な破壊力と長く続く放射能の影響の恐ろしさを世界の人々にもしっかりと理解してもらうことが、世界の平和を目指す意味においても極めて重要なことと思います。

Romanização: *Toku ni sensô ni yotte genshi bakudan no higai o uketa kuni wa Nihon dake deari, sono kyôretsuna hakairyoku to nagaku tsuzuku hôshanô no eikyô no osoroshisa o sekai no hitobito ni mo shikkari to rikaishite morau koto ga, sekai no heiwa o mezasu imi ni oitemo kiwamete jûyôna koto to omoimasu.*

Tradução oficial: Japan is the only country to have suffered the damage of the atomic bomb in a war, and it is extremely important, in aiming for world peace, to let the people of the world understand clearly the terror of the tremendous destructive power and the long-enduring effects of radiation these weapons bring. (Questão 3, 1999)

Proposta de tradução:

Rikaishite morau: [É importante] Que [as pessoas] entendam

Explicação dos termos:

Rikaishite: verbo *rikaisuru* (entender)

-te morau: estrutura que indica que o enunciador se sente agradecido por tal ação realizada por alguém

Nesse caso, Akihito faz uso de uma estrutura que indica agradecimento por parte do enunciador pela ação realizada. Na tradução para o inglês, foi utilizado o verbo *let* (deixar), sugerindo permissão e certo grau de indução. Assim, parece haver um valor deôntico na versão em inglês que não está presente na versão em japonês. Permitir ou fazer com que as pessoas entendam algo sugere uma participação ativa do enunciador, diferente do ato de esperar que elas entendam, o que configura uma atitude mais passiva.

Por fim, como nas análises anteriores, resumem-se os resultados da investigação no seguinte quadro:

Quadro 3: Resumo das ocorrências de deônticos

Ocorrência	Sentido em japonês	Sentido em inglês
A partir do original em japonês		
1	Obrigação	Constatação (SEM deôntico)
2	Impedimento moral (mais sutil)	Impedimento moral
3	Dever moral	Dever moral
4	Impedimento moral	Impedimento moral (mais sutil)
5	Necessidade	Necessidade (Imperador incluso)
6	Dever moral	Dever moral
7	Obrigação	Obrigação (maior carga de exigência)
A partir da tradução em inglês		
8	Constatação (SEM deôntico)	Obrigação
9	Esperança (SEM deôntico)	Permissividade / Indução

De modo geral, há diferenças, mais sutis ou não, entre a ocorrência de deônticos no texto em japonês e na sua tradução para o inglês. Deve-se observar, também, que as ocorrências 8 e 9 em japonês não apresentam registro de valor deôntico, embora estes sejam encontrados na tradução. As estruturas *-tekudasaru* e *-temorau*, que expressam gratidão por parte do enunciador, são substituídas na tradução por deônticos indicando obrigação e permissão, respectivamente. Por outro lado, na ocorrência 1 ocorre o inverso, não havendo registro de deôntico na tradução, mas havendo em japonês, com valor de obrigação. Assim, por menor que seja a diferença, ainda é maior a presença de deônticos na versão em inglês.

Quanto ao teor dessas ocorrências de modalidades deônticas, na alocação original em japonês parece haver um tom de maior amenização delas, conferida com o uso frequente de *omou*. Dessa forma, ao utilizar algum termo de ordem, Akihito os suaviza com essa modalização. Na tradução para o inglês, ao contrário, parece haver maior oscilação no tom, ora soando mais enfático, ora menos, além de maior envolvimento por parte do Imperador com o que diz ou propõe. A imagem de Imperador que emerge da versão em inglês de sua alocação, portanto, parece mais ocidentalizada, enquanto a imagem do Imperador a partir das alocações em japonês sugere maior passividade e sutileza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a imagem criada pelo atual Imperador do Japão, Akihito, por meio de suas alocações em conferências de imprensa, de forma a se pensar sua função simbólica e seu futuro enquanto instituição. As conferências escolhidas foram as de 1999 e de 2009, quando da comemoração de dez e vinte anos de trono de Akihito, respectivamente. Considerando que tais alocações se encontram disponíveis no sítio eletrônico da Agência da Casa Imperial, tanto em sua versão original em japonês quanto traduzidas para o inglês, julgou-se pertinente estabelecer um contraponto entre as duas versões, levando-se em conta que a imagem construída para a comunidade japonesa poderia não ser a mesma que para a comunidade internacional, configurando discursos distintos. E, tendo como tema um imperador, reflexões acerca do poder sob a ótica de Foucault também foram consideradas, de forma a se pensar como se configuram as relações de poder na instituição imperial.

Para realizar esta pesquisa, foram estabelecidas três categorias de análise. As duas primeiras tratam da ocorrência frequente do verbo *omou* nas alocações de Akihito. O verbo possui dois sentidos, expressando tanto sentimento quanto julgamento. Ambos se mostraram produtivos para se pensar a imagem de Akihito, sendo, assim, ambos os sentidos trabalhados na análise, que comparou as alocações em japonês e as em inglês, verificando as diferenças na composição do ethos do Imperador. A terceira categoria de análise realizada foram as modalidades deônticas, uma vez que ocorrem em pouca quantidade, o que, por sua vez, também pareceu pertinente para se pensar em imagem de enunciador. A comparação entre as duas versões das alocações do Imperador também foi considerada, mas, diferente da análise das ocorrências de *omou*, o ponto de partida da investigação não foram as alocações em japonês, mas as duas versões, visto que em três casos foram registradas ocorrências de deônticos em apenas uma das versões.

Como resultado, verificou-se que, nas ocorrências de *omou* expressando sentimento, há maior expressão de desejos e sentimentos nas alocações em japonês do que em inglês, sugerindo maior envolvimento do Imperador com seus coenunciadores e criando, assim, uma imagem de um Akihito amigo do povo. Na tradução em inglês, por sua vez, parece haver menos emotividade, encontrando-se

maior ocorrência de ideias variadas como de promessa, de confiança, de coragem e de esperança, além de maior ênfase e assertividade no modo de dizer, o que o afasta um pouco da imagem mais íntima em relação ao povo, conferida por meio das comparações com as alocuções em japonês. Dessa forma, verifica-se um Imperador menos emotivo e mais firme, porém mais distante do povo.

No que tange às ocorrências de *omou* expressando julgamento e opinião, constatou-se que, em japonês, há maior atenuação daquilo que é dito, bastante comum aos japoneses quando expressam suas opiniões, evitando expressões muito assertivas e enfáticas, o que sugere, então, maior identificação entre Imperador e povo. Pode-se conferir também maior constância no tom utilizado por Akihito, comumente atenuado pelo uso de *omou*. Já na versão em inglês, constatou-se um Akihito bem mais categórico e decidido, mais enfático em suas opiniões, além de, por vezes, haver uma maior generalização do que é dito, como sendo mais senso comum e menos uma opinião pessoal. Pode-se pensar, portanto, em certa ocidentalização da imagem de Akihito.

Quanto aos deônticos, percebeu-se, de modo geral, que em japonês se confere certa constância no tom das alocuções, havendo muitos casos de valores deônticos seguidos por *omou*, sugerindo maior atenuação desse valor do campo da ordem, o que assegura uma possível identificação por parte do povo japonês. Já em inglês, observou-se maior oscilação nesse tom, por vezes soando mais enfático, por vezes menos, mas, de forma geral, confere-se também maior envolvimento por parte de Akihito com o que diz, diferente dos casos anteriores. Tal fato, no entanto, pode-se justificar por se tratar de um uso menos preocupado de valores deônticos, possivelmente mais comum a uma imagem ocidentalizada. Assim, o etos de Akihito sugere maior sutileza para o povo japonês, enquanto, para a comunidade internacional, parece passar uma imagem mais ocidentalizada do Imperador.

Nesse sentido, pode-se falar de duas imagens, de duas possibilidades de etos diferentes. Por um lado, o etos proveniente das alocuções em japonês retrata um Akihito que expressa mais seus sentimentos, como quem se abre com um amigo, sendo esse amigo a população japonesa, criando um laço emotivo com seu povo e consequente identificação. Ao emitir suas opiniões, o Imperador as atenua, modalizando-as, tornando-as menos assertivas, o que também pode agradar ao povo, que também apresenta essa característica cultural. E quando Akihito se utiliza

de termos do campo da ordem, ou seja, os deônticos, ele parece manter um tom constante de atenuação, demonstrando sutileza.

Entretanto, das alocações do Imperador traduzidas para o inglês, emerge um outro etos desse Imperador, retratando-o como uma figura mais firme, porém menos emotiva, além de tender a generalizar algumas opiniões e sentimentos, como se não fossem exclusivos dele, mas de todos, o que parece criar certo distanciamento em relação ao que diz. Quando emite opiniões, verifica-se maior assertividade em seu tom, perdendo o valor atenuante que consta nas alocações em japonês, o que aponta para uma imagem mais ocidentalizada do monarca. Já no que diz respeito ao uso de deônticos, Akihito parece se envolver mais com o que diz, sem necessariamente atenuar tais valores do campo da ordem, o que mais uma vez aponta para uma imagem ocidentalizada do Imperador.

Nesse sentido, conclui-se que o etos de Akihito varia de acordo com a comunidade discursiva que se cria. A imagem que o coenunciador que domina a língua japonesa cria desse Imperador que enuncia parece, assim, não ser a mesma que a comunidade internacional falante de inglês apreende do monarca, o que se confere por meio dessa comparação entre as duas versões. Essa interpretação dos resultados da pesquisa comprova a ideia de que o etos é uma imagem de enunciador que se cria por meio de seu coenunciador, que apreende esse discurso por meio de um tom, de um caráter e de uma corporalidade, bem como de uma cenografia, de uma forma pela qual esse discurso se apresenta, além de um código linguageiro que define a utilização dos termos da língua de acordo com a finalidade desse discurso, contribuindo para uma apreensão dos efeitos gerados pelo tom desse discurso. A utilização constante do verbo *omou*, por exemplo, utilizada nas alocações em japonês para expressar sentimentos e amenizar opiniões e palavras de ordem, configura um etos diverso do que se apreende na tradução, que parece não se ater tanto a essa característica atenuante de *omou*, conferindo-se uma ocidentalização desse Imperador nipônico, o que naturalmente implica a criação de um etos distinto. Assim, diferentes formas de enunciar implicam em diferentes efeitos, e, conseqüentemente, em diferentes imagens de enunciador.

O conceito de relações de poder de Foucault, por sua vez, nos permite enxergar o conceito de poder por outro ângulo. Assim, a questão de o Imperador possuir poder ou não se reconfigura em outra forma de se pensar, visto que o poder não é localizável e que circula por todas as camadas de uma sociedade.

Considerando-se aspectos históricos do Japão, redefinido no pós-guerra e, desde então, condicionado à maior vigilância internacional, parece haver espaço para se pensar a disponibilidade das aloções do Imperador em duas línguas diferentes enquanto campo de batalha onde se estabelecem relações de força e tensões. Sendo o Japão possivelmente o maior aliado capitalista do Ocidente, parece ser impensável a instituição imperial como um todo não disponibilizar um canal de comunicação com a comunidade internacional, permitindo controle e acessibilidade. Como característica de um mundo globalizado, também parece improvável se pensar uma sociedade capitalista que não esteja inserida em relações de poder que estimulam o consumo. Dessa forma, independente da intencionalidade da Agência da Casa Imperial ao fornecer traduções das aloções de Akihito, verificaram-se diferenças marcantes entre a imagem de Imperador que se cria no Japão e a que se cria para o resto do mundo, o que se configura, inevitavelmente, em relações de força. Assim, a função simbólica do Imperador parece se mostrar produtiva enquanto modelo de um povo que deve se unir pelo trabalho, de forma que produzam e impulsionem a economia, o que garante, por outro lado, capacidade de compra e de consumo, mantendo-se a ordem capitalista de estímulo ao consumo.

Tais reflexões permitem que se pense também em termos de continuidade da instituição imperial japonesa enquanto tal. As pesquisas citadas no início dessa dissertação demonstram que não parece haver insatisfação por parte do povo japonês para com o Imperador. Como afirma McNeill (Anexo K), a família imperial japonesa, diferente da monarquia inglesa, parece não causar tantas polêmicas, o que condiz com a forma de ser e agir do povo japonês, garantindo identificação entre monarca e povo, além de evitar desconfortos e constrangimentos. A análise do material coletado parece confirmar isso. É possível, portanto, que a família imperial japonesa ainda sobreviva por bastante tempo.

A presente dissertação, assim, visa ampliar as formas de se pensar uma instituição política como a instituição imperial japonesa, levando em conta as relações de poder em que se insere, além de demonstrar como a construção de imagem de um enunciador se configura a partir de seus coenunciadores e da forma como apreendem a materialidade linguística. Conferimos, então, duas imagens distintas de um mesmo enunciador, imagens que dialogam em rede internacional. Tal observação, no entanto, só se torna possível por meio de uma comparação como a que foi realizada nessa pesquisa, uma vez que se pode perceber como as

diferentes sutilezas da linguagem influenciam na forma como se cria a imagem do enunciador, tarefa impossível se só se analisa uma das versões das alocações. Essa pesquisa se justifica, assim, por realizar esse contraste e por permitir um outro olhar sobre como se configuram as relações de poder.

REFERÊNCIAS

ABE, Hitoshi; SHINDO, Muneyuki; KAWATO, Sadafumi. **The Government and Politics of Japan**. Tradução James W. White. Tóquio: University of Tokyo Press, 1994.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; NETO, João Gomes da Silva; PASSEGGI, Luis (Org.). **Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010.

ALBUQUERQUE, José Augusto Gilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. **Tempo Social**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 105-110, 1995. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0712/terpoder.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: _____. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. Língua, fala e enunciação. In: BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BIRTH OF THE CONSTITUTION OF JAPAN. The Constitution of Japan. Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c01.html>>. Acesso: maio 2013.

BIRTH OF THE CONSTITUTION OF JAPAN. The Constitution of the Empire of Japan. Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c02.html>>. Acesso: maio 2013.

BRANDÃO, Helena Hatsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2.ed. rev. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

BÜYÜKGÜZEL, Safinaz. Modalité et subjectivité: regard et positionnement du locuteur. **Synergies**, Turquia, nº 4, p. 131-143, 2011.

CERVONI, Jean. **A enunciação**. Tradução L. Garcia dos Santos, Revisão da tradução Valter Kehdi. São Paulo: Ática, 1989. (Série Fundamentos 61)

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução Fabiana Komesu *et al.* São Paulo: Contexto, 2004.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault, filósofo**. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

DICIONÁRIO online Caldas Aulete. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br>>. Acesso: maio 2013.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

EGGS, Ekkehard. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FIELD, Norma. **In the Realm of a Dying Emperor: a Portrait of Japan at Century's End**. New York: First Vintage Books, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38.ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FUKAZAWA, Lídia Masumi. As teorias japonesas sobre a enunciação: uma etapa fundamental para a investigação das modalidades no japonês. **Estudos Japoneses**, São Paulo, v. 11, p. 33-57, 1991.

GILBERT, Howard. Review of 'People's Emperor'. **Graduate Journal of Asia-Pacific Studies**, Auckland v. 4-2 , 2006. p 82-83. Disponível em: <<http://www.arts.auckland.ac.nz/webdav/site/arts/shared/Departments/asian-studies/gjaps/docs-vol4-n02/Gilbert-Review-vol4-2.pdf>> Acesso em: out. 2012.
Resenha de: RUOFF, Kenneth James. **The People's Emperor: Democracy and the Japanese Monarchy, 1945-1955**. Cambridge, MA: Harvard University Asia Center, 2001. (Harvard East Asian Monographs 211)

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2.ed. Tradução Marcos Santarrita. Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLTOM, Daniel Clarence. **The Japanese Enthronement Ceremonies: with an account of the Imperial Regalia**. London: Kegan Paul International, 1996. (Kegan Paul Japan Library 2)

IMPERIAL HOUSEHOLD AGENCY. Disponível em: <<http://www.kunaicho.go.jp>>. Acesso: maio 2013.

KURIHARA, Akiko; NISHIZAWA, Hiroko. **Breve história do Japão**. São Paulo: Empresa Jornalística Internacional Press Brasil, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. A análise do discurso e suas fronteiras. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.14, n.20, p. 13-37, jan./jun. 2007.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011b.

_____. **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. (Lingua[gem], 27)

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. 2.ed. Tradução Freda Indursky. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

_____. **Termos-chave da análise do discurso**. Trad. Márcio Venício Barbosa; Maria Emília A. T. Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

MAKINO, Seiichi; TSUTSUI, Michio. **A Dictionary of Intermediate Japanese Grammar**. 23.ed. Tóquio: The Japan Times, 2003.

MARQUES, Artur Antonio Moraes. O conceito de poder em Foucault: algumas implicações para a teoria das organizações. CONVIBRA: Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 3., 2006. **Anais...**, 2006. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2006/artigos/74_pdf.pdf>. Acesso: abr. 2013.

MARTIN, Peter. **The Chrysanthemum Throne: A History of the Emperors of Japan**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1997.

MAYNARD, Senko K. **Nihongo Kyôiku no Genba de Tsukaeru: Danwa Hyôgen Handbook**. Tóquio: Kurosio, 2005.

McNeill, David. **What Role Japan's Imperial Family?** (dez. 2005) Disponível em: <<http://www.japanfocus.org/-David-McNeill/2164>>. Acesso em: out. 2012.

MORALES, Leiko Matsubara (Org.). **Tópicos de gramática da língua japonesa**. São Paulo: Fundação Japão, 2011.

NAKAMURA, Masanori. **The Japanese Monarchy: Ambassador Joseph Grew and the Making of the 'Symbol Emperor System', 1931-1991**. Tradução Herbert P. Bix, Jonathan Baker-Bates; Derek Bowen. Nova York: M. E. Sharpe, 1992.

NATIONAL INSTITUTE FOR JAPANESE LANGUAGE. **Danwa no Kenkyû to Kyôiku I**. Tóquio: Ministério das Finanças (Ôkurashô), 1986. (Coleção Nihongo Kyôiku Shidô Sankôsho 11)

NITTA, Yoshio. **Nihongo no modality to ninshô**. 5.ed. Tóquio: Hitsuji Shobô, 1995. (Nihongo kenkyû sôsho 4)

NOJIMA, Hiroyuki. **Nazo Toki: Nihon Kingendaishi**. 5.ed. Tóquio: Kôdansha, 1999. (Coleção Kôdansha Gendai Shinsho Jeneusse 1414)

OLSON, Duane Leroy. **The Ritual Creation of a Symbol: A Rhetorical Analysis of Japanese Emperor Akihito's Accession Rites**. 1998. Thesis (Doctor of Philosophy) - University of Minnesota, Minnesota, 1998.

OXFORD Advanced Learner's Dictionary. 7th. ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

PALMARY, Luiz. **Pequena História do Japão**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1959.

POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez de (Org.). **Doze conceitos em análise do discurso**. Tradução Adail Sobral *et al.* São Paulo: Parábola, 2010.

PROGRESSIVE Japanese-English Dictionary. 3th. ed. Tokyo: Shogakukan, 2002.

PYLE, Kenneth B. **The Japanese Question: Power and Purpose in a New Era**. 2th. ed. Washington D.C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1996.

ROCHA, Décio. Enlaçamentos enunciativos em análise do discurso: quando o dizer e o dito se interlegitimam. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão – SC, v. 11, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-76322011000100002&script=sci_arttext>. Acesso: em abr. 2013.

ROCHA, Décio; RODRIGUES, Isabel Cristina. Implicações de uma perspectiva discursiva para a construção de uma metodologia de análise das práticas languageiras. **Gragoatá**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 205-222, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistagracoata/revistas/gragoata29web.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

ROCHA, Décio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez de. Enunciação em processo: dispositivos para a produção de uma memória discursiva. **Desenredo**, Passo Fundo – RS, v. 8, n. 1, p. 30-48, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/2637/1799>>. Acesso em: abr. 2013.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 39. ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 2000.

RUOFF, Kenneth James. **The People's Emperor: Democracy and the Japanese Monarchy, 1945-1995**. Cambridge, MA: Harvard University Asia Center, 2001. (Harvard East Asian Monographs 211)

SERAPHIM, Franziska. **War Memory and Social Politics in Japan, 1945-2005**. Cambridge, MA: Harvard University Asia Center, 2006. (Harvard East Asian Monographs 278)

SHINMURA, Izuru. **Kôjien**. 6.ed. Tóquio: Iwanami Shoten, 2008. [dicionário]

SILVA, José Cláudio Sooma. Foucault e as relações de poder: o cotidiano da sociedade disciplinar tomado como uma categoria histórica. **Aulas**, Rio de Janeiro, n. 3, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/17.pdf>>. Acesso em abr. 2013.

SUGIMOTO, Yoshio. **An Introduction to Japanese Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

TAKAGI, Hiroshi. **Kindai Tennôsei no bunkashiteki kenkyû**: Tennô shûnin girei, nenjû gyôji, bunkazai. 2.ed. Tóquio: Azekura Shobô, 1997. (Rekishi Kagaku Sôsho)

TSUJIMURA, Natsuko. **An Introduction to Japanese Linguistics**. Malden (Massachusetts): Blackwell Publishers, 1996.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Estudos Japoneses.
Introdução à gramática da língua japonesa. São Paulo: [s.n], 1989.

VION, Robert. Modalités, modalisations et discours représentés. **Langages**, n. 156, p. 96-110, 2004/4.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação.
Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 18, n. 3, 16-22, dez. 2006.

ANEXO A – Conferência de imprensa com o Imperador quando da comemoração de dez anos de reinado (texto original em japonês)

天皇陛下ご即位十年に際し（平成 11 年）

天皇皇后両陛下の記者会見

会見年月日：平成 11 年 11 月 10 日

会見場所：宮殿 石橋の間

（宮内記者会代表質問）

問 1 両陛下に伺います。この 10 年間は内外ともに多事多難な時代でしたが、今 20 世紀を超えて新たな時代を展望するところまでできています。こうした中、御即位 10 年を迎え、様々な慶祝行事も行われております。両陛下は、どのようなお気持ちで、御即位 10 年に当たる今を迎えられましたか。

天皇陛下

回答をまとめてみましたが、言い尽くせないこともあるといけないので、紙を見ながらお話しします。

経済状況の厳しい中でお祝いをしてくださることを心苦しく思っていました。お祝いの気持ちには深く感謝し、うれしく思っています。

日本は、戦後、互いに国民が協力し、たゆみなく努力を重ねて、今日の平和と繁栄を享受するに至りました。同時に、国土と社会は大きく変貌へんぼうしました。近年、特に高齢化、情報化、国際化が著しく進み、日本の社会に様々な影響を与えてきています。そのような新しい動きに対応するには、多くの困難があることと思

いますが、過去に幾多の困難や障害を乗り越えてきた日本の歴史を思い起こし、国民一人一人の叡知えいと国際社会の協力により、これらの困難が立派に克服されていくことを信じています。特に、現在の厳しい経済情勢の下で、国民の生活が案じられますが、皆が互いに助け合うことにより、この状況がよい方向に向かっていくことを念願しています。そして、国民が世界の人々と共に、よりよい未来を築いていくよう力を尽くしていくことと期待しています。

即位以来、天皇は日本国の象徴であり、日本国民統合の象徴であるという憲法の規定に心し、昭和天皇のことを念頭に置きつつ、国と社会の要請や人々の期待にこたえて天皇の務めを果たしてきました。その陰にあって、皇后が献身的に尽

してくれたことを深く感謝しています。即位以来もう 10 年も経ったのかという深い感慨を覚えるこのごろです。

問 2 両陛下は、皇太子、皇太子妃時代から、障害者や高齢者などの福祉問題に強い関心を寄せられてきました。また、御即位後も福祉施設の御訪問に加えて、被災地のお見舞いや復興に心を配られてきました。こうした 10 年間の御活動を、どうお考えになり、また、今後の両陛下の果たすべき役割を、どのようにお考えになりますでしょうか。

天皇陛下

障害者や高齢者、災害を受けた人々、あるいは社会や人々のために尽くしている人々に心を寄せていくことは、私どもの大切な務めであると思います。福祉施設や災害の被災地を訪れているのもその気持ちからです。私どものしてきたことは活動という言葉で言い表すことはできないと思いますが、訪れた施設や被災地で会った人々と少しでも心を共にしようと努めてきました。

この10年を顧みますと、災害で多くの人々が亡くなりました。阪神・淡路大震災では六千人を超す人々が亡くなり、奥尻島とその対岸を襲った地震と津波では二百人以上の人の命が失われました。本当に心の痛むことです。身内の人を失った人や、住む家を無くした人々の気持ちはいかばかりかと察しています。集中豪雨や台風については、営々として治山治水を続けてきた効果が近年気象情報の整備に伴って死者が減少している傾向になってきています。このことは誠に喜ばしいことではありますが、ただ、今年は残念ながら6月に広島に集中豪雨があり、9月に台風で熊本県を中心として大きな被害が出ました。誠に痛ましいことです。防災に当たっている人々の労を心からねぎらいたく思います。

高齢化社会を迎え、福祉の面は厳しい状況にありますが、心の絆（きずな）を強め、様々な課題に対するたゆみない努力により、皆が幸せな気持ちになれるような社会を築いていくことを期待しております。私どもがそのような心の支えに寄与することができればと思っています。

問 3 戦後 54 年が経過し、かつて激戦地となった沖縄で、来年サミットが開かれます。天皇陛下は戦後、長く沖縄の現状について心を配られてきました。また、外国訪問の際にも、戦争の傷跡について、深くお考えになったと思われます。内外の戦争の惨禍を次の世代に伝える上で、現在どのようなお気持ちでいらっしゃるでしょうか。

天皇陛下

私の幼い日の記憶は、3歳の時、昭和12年に始まります。この年に廬溝橋事件が起こり、戦争は昭和20年の8月まで続きました。したがって私は戦争の無い時を知らないで育ちました。この戦争により、それぞれの祖国のために戦った軍人、戦争の及んだ地域に住んでいた数知れない人々の命が失われました。哀悼の気持ち切なるものがあります。今日の日本が享受している平和と繁栄は、このような多くの犠牲の上に築かれたものであることを心しないといけないと思います。

沖縄県では、沖縄島や伊江島で軍人以外の多数の県民を巻き込んだ誠に悲惨な戦闘が繰り広げられました。沖縄島の戦闘が厳しい状態になり、軍人と県民が共に島の南部に退き、そこで無数の命が失われました。島の南端摩文仁に建てられた平和の礎には、敵、味方、戦闘員、非戦闘員の別なく、この戦いで亡くなった人の名が記されています。そこには多くの子供を含む一家の名が書き連ねられており、痛ましい気持ちで一杯になります。さらに、沖縄はその後米国の施政下にあり、27年を経てようやく日本に返還されました。このような苦難の道を歩み、日本への復帰を願った沖縄県民の気持ちを日本人全体が決して忘れてはならないと思います。私が沖縄の歴史と文化に関心を寄せているのも、復帰に当たって沖縄の歴史と文化を理解し、県民と共有することが県民を迎える私どもの務めだと思ったからです。後に沖縄の音楽を聞くことが非常に楽しくなりました。

先の大戦が終わってから54年の歳月が経（た）ち、戦争を経験しなかった世代が二代続いているところも多くなっています。戦争の惨禍を忘れず語り継ぎ、過去の教訓をいかして平和のために力を尽くすことは非常に大切なことと思います。

特に戦争によって原子爆弾の被害を受けた国は日本だけであり、その強烈な破壊力と長く続く放射能の影響の恐ろしさを世界の人々にもしっかりと理解してもらうことが、世界の平和を目指す意味においても極めて重要なことと思います。近年は広島、長崎を訪問する外国の賓客が多くなっていることは、その意味において意義深いことと考えます。

(在日外国報道協会代表質問)

問 4 両陛下はこの 10 年間に何度か外国を御訪問されましたが、当時の最も印象深い思い出や、ハプニングについてお話をお聞かせください。また、そうした機会を体験されて、日本が国際的役割の中で世界に発信した方がよいと思われるメッセージは何だとお考えでしょうか。

天皇陛下

訪問国で多くの人々とその人々が住む風土に接し、訪問国への理解を深めることができました。そして、訪問地で人々の温かい心に触れたことが懐かしく思い出されます。中国を除いては、皇太子の時訪問した国々でしたが、日本とそれぞれの国との交流が一層進んできていることが感じられ、うれしく思いました。また、初めて訪れた中国では、多くの人々が親しみをもって迎えてくれたことも印象に残っています。それぞれの国の歩んできた道は違いますが、人々の気持ちには国境を越えて非常に近いものがあるように思います。

この 10 年間に世界を最も大きく変えた出来事は、ソヴィエト連邦の崩壊だと思います。このことは鉄のカーテンが取り払われ、力によらずお互いに理解し合うことのできる平和な世界が築かれていくことを感じさせるものでした。今朝はちょうどベルリンの壁が壊されてから 10 年に当たりますが、壁が壊されてから 4 年後、私はドイツを訪問し、時のワイツゼッカー大統領、ディープゲンベルリン市長両御夫妻と共に、皇后と西ベルリンから東ベルリンへ壁のないブランデンブルグ門を通って歩き、そこでベートーベンの「^{よるこ}歓びの歌」の合唱を聴いたことは忘れ得ない思い出となっています。

地球環境が人類の活動によって様々な影響を受けている今日、住み良い地球環境をつくっていくことは緊急のことです。そのためにも世界の人々が互いに協力して、地球環境を守れるような平和な世界を築いていかなければなりません。世界の各地で紛争が起り、多くの命が失われている今日、平和の大切さを世界の人々が十分に理解するよう、日本の人々が、たゆみなく努力していくことが大切なことと思います。

ハプニングについては思い当たりません。

ANEXO B – Conferência de imprensa com o Imperador quando da comemoração de dez anos de reinado (tradução em inglês)

**PRESS CONFERENCE BY THEIR MAJESTIES THE EMPEROR AND EMPRESS
OF JAPAN IN COMMEMORATION OF THE 10TH ANNIVERSARY OF HIS
MAJESTY'S ACCESSION TO THE THRONE**

Date: November 10, 1999
Imperial Palace, Tokyo

(Imperial Household Agency Press Club)

Question 1

The last ten years witnessed many events and many difficulties, both in Japan and overseas, but as we move beyond the 20th Century, the outlook and prospects for a new era are coming into view. At this time, Your Majesties will welcome the occasion of the tenth anniversary of the Emperor's Accession to the Throne, and a variety of celebrations are being held. What are the feelings of Your Majesties as You celebrate this auspicious occasion?

Response by His Majesty the Emperor

I have attempted to arrange my thoughts in order, and as there are many things to say, I will speak from my notes.

Although it has weighed on my conscience that there should be celebrations under the present stringent economic circumstances, I am nonetheless deeply grateful for the good wishes extended to me on this occasion and appreciate them.

Since the end of the last war, the people of Japan have made ceaseless efforts and cooperated with one another to build the current peace and prosperity which they enjoy. In the meantime, our land and society have undergone major transformations. In recent years in particular, Japanese society has been influenced in various ways by the rapid pace of the aging of society, the advancement of information technology and internationalization. There must be numerous difficulties in coping with these new developments, but, as I recall the history of Japan and how in the past so much hardship and distress has been overcome, I firmly believe that the wisdom of each and every Japanese and cooperation from international society will tide us over them in fine style. I am particularly concerned about the people's livelihood under the present severe economic situation, and earnestly hope that all the people will help one another so that things will get better. Above all, it is my expectation that the people of Japan, together with the people of the world, will spare no effort in building a better future.

Since acceding to the throne I have striven to perform each of my duties as Emperor in response to the needs of our nation and society as well as the expectations of the people. In doing so, I have borne in mind the stipulation in the Constitution of Japan that the Emperor is the symbol of the State and of the unity of the people, and have often thought of Emperor Showa. I am deeply grateful to the Empress, who has put all her efforts into helping me with quiet dedication. At this time I am deeply moved to think that a decade has already passed.

Question 2

From the time when Your Majesties were Crown Prince and Crown Princess You have shown great concern for welfare issues, such as persons with

disabilities and the elderly. Since His Majesty's Accession to the Throne, in addition to visits to welfare facilities, Your Majesties have displayed a most caring concern in visiting the sites of disasters and for the reconstruction of the stricken areas. What thoughts do Your Majesties have concerning Your activities of the last ten years, and could you tell us what You consider to be the duties Your Majesties should perform from now on?

Response by His Majesty the Emperor

I consider it an important duty of ours to be close in our hearts to the disabled, the elderly and those who suffer from disaster, as well as those who are dedicating themselves to others or society as a whole. It is with such a thought that we visit welfare facilities and disaster areas. We cannot really describe what we have done in this regard as "activities." What we have tried to do as much as possible is to share our hearts with the people we meet at the facilities and disaster areas we visit.

Looking back on this decade, many lives have been lost in disasters. More than 6000 lives lost in the Great Hanshin-Awaji Earthquake, and over 200 lives taken by the earthquake and tidal waves that struck Okushiri Island and the opposite mainland coast. It is truly heartrending. One can hardly imagine the anguish of people who lost family members or were left without homes to live in. As regards torrential rains and typhoons, thanks to the effects of the measures for forestry conservation and flood prevention which have been assiduously implemented, together with the improvement in weather forecasting, casualties from them have tended to decrease in recent years. Although it is encouraging to see such a trend, it was saddening that there was major damage from torrential rains in Hiroshima in June and a typhoon in Kumamoto in September this year. I deeply appreciate the efforts made by those who are engaged in disaster prevention activities.

In regard to social welfare, we face several challenges as we enter this era of an aging society. I hope that we will be able to strengthen the ties that bind us, and build a society in which all people can live with happy feelings through our incessant efforts to cope with various problems in this field. It is my hope that we can be of some help in providing moral support.

Question 3

Fifty-four years have now passed since the end of the Second World War and next year the G8 Summit Meeting will be held in Okinawa, which was the scene of particularly heavy fighting. For a long time Your Majesty has shown concern regarding the situation in postwar Okinawa. On overseas visits also, You must have had occasion to reflect deeply on the suffering and scars of war. Do You currently have any thoughts or feelings you would like to transmit to the next generation, both of Japan and of the world on the horrors of war?

Response by His Majesty the Emperor

My childhood memories begin in 1937 when I was three years old. The Marco Polo Bridge Incident occurred in that year and the war continued from then until August 1945. Thus, as I grew up, there was not a time without war. Because of the war, soldiers who fought bravely for their countries and countless other people who lived in the areas where the war extended lost their lives. I feel an acute sense of sorrow and grief for them. I think we should all be aware that the peace and prosperity we currently enjoy in Japan was built on the sacrifice of so many such people.

In Okinawa Prefecture, a truly horrific battle unfolded on the Okinawa and Ie islands involving a large number of residents in addition to soldiers. As the battle on Okinawa island became very severe, soldiers and residents together retreated to the south of the island where countless lives were lost. On the monument called the "Foundation for Peace" which was raised at Mabuni on the southern tip of the island, the names of those who lost their lives in this battle on both sides are recorded, combatants and non-combatants alike. To see the names of many families with several children fills one's heart with deep sorrow. Okinawa remained under United States administration after the war and was eventually returned to Japan after 27 years. I believe that all the people of Japan should never forget the feelings of the people of Okinawa Prefecture who trod such a path of suffering and aspired to reversion to Japan. I have maintained an interest in the history and culture of Okinawa because I felt it our duty, in welcoming the people of Okinawa on the occasion of the reversion, to understand and share with them the history and culture of Okinawa. I have later come to greatly enjoy listening to the music of Okinawa.

Fifty-four years have passed since the end of the last war and an increasing number of families have two generations with no experience of war. I believe it very important that we never forget to hand down our experiences of the horrors of war to future generations, and do our utmost to work for peace on the basis of the lessons of the past. Japan is the only country to have suffered the damage of the atomic bomb in a war, and it is extremely important, in aiming for world peace, to let the people of the world understand clearly the terror of the tremendous destructive power and the long-enduring effects of radiation these weapons bring. In that sense, I find it most significant that in recent years an increasing number of guests from abroad are making visits to Hiroshima and Nagasaki.

(The Foreign Press in Japan)

Question 4

Your Majesties have made a number of visits overseas during the last ten years, and we would like You to tell us about any memory or happening that has left a deep impression on You. Based on Your experiences, what message do You think Japan should convey to the world as it carries out its international role?

Response by His Majesty the Emperor

I have been able to deepen my understanding of the countries I visited as I met a large number of people there and saw at first hand the regions in which they lived. Also I have fond memories of the warmth of heart with which the people welcomed me at places I visited. I had visited these countries when I was Crown Prince, with the exception of the People's Republic of China, and I was encouraged by the fact that exchange between Japan and each of these countries seemed to be steadily increasing. In the People's Republic of China which I visited for the first time, I was impressed by the friendliness with which many people welcomed me. Each of these countries has taken a different path, but it seems to me that people's feelings are very similar across national borders.

I think that the event which caused the greatest change in the world over the last decade was the collapse of the former Soviet Union. This was something that evinced feelings that the Iron Curtain was removed and a peaceful world could be created through mutual understanding without recourse to force. Ten years have passed this morning since the fall of the Berlin Wall. When I visited the Federal

Republic of Germany four years after the wall had fallen, the Empress and I walked through the Brandenburg Gate from West Berlin to East Berlin to the strains of Beethoven's Ode to Joy, together with President and Mrs. von Weizsaecker and Mayor and Mrs. Diepgen of Berlin. This remains with me as an unforgettable memory. Today, as the global environment is being influenced by human activities in many ways, it is a matter of urgency that we move to create a better environment to live in. To this end as well, we must build a peaceful world in which the people of the world can cooperate to protect the global environment. In the world of today where conflicts are occurring in various regions in which countless lives are lost, I believe it is very important for the people of Japan to ceaselessly strive to ensure that they themselves as well as the people of the world understand the importance of peace.

Nothing comes to mind which could be called a happening.

ANEXO C – Conferência de imprensa com o Imperador quando da comemoração de vinte anos de reinado (texto original em japonês)

天皇陛下ご即位二十年に際し（平成 21 年）

天皇皇后両陛下の記者会見

会見年月日：平成 21 年 11 月 6 日

会見場所：宮殿 石橋の間

（宮内記者会代表質問）

問 1 両陛下にお伺いします。この 20 年間、天皇陛下は「象徴」としてどうあるべきかを考え、模索しながら実践してこられた日々だったと思います。日本国憲法では「天皇は、日本国の象徴であり日本国民統合の象徴」と明記していますが、その在り方を具体的には示していません。陛下はご結婚 50 年の記者会見で「象徴とはどうあるべきかということはいつも私の念頭を離れず、その望ましい在り方を求めて今日に至っています」と述べられました。平成の時代に作り上げてこられた「象徴」とは、どのようなものでしょうか。戦後 64 年がたち、4 人に 3 人が戦後生まれとなって戦争の記憶が遠ざかる一方で、天皇陛下が即位されてからも国内外の環境は激変しています。天皇陛下は「象徴天皇」という立場から、皇后さまは天皇陛下をお支えするという立場から、これまでの平成の時代を振り返っての気持ち、お考えをお聞かせください。

天皇陛下

日本国憲法では、「天皇は、日本国の象徴であり日本国民統合の象徴」と規定されています。私は、この 20 年、長い天皇の歴史に思いを致し、国民の上を思い、象徴として望ましい天皇の在り方を求めつつ、今日まで過ごしてきました。質問にあるような平成の象徴像というものを特に考えたことはありません。

平成の 20 年を振り返ってまず頭に浮かぶのは、平成元年、1989 年のベルリンの壁の崩壊に始まる世界の動きです。その後の 2 年間に東西に分かれていたドイツは統一され、ソビエト連邦からロシアを含む 15 か国が独立しました。そしてそれまで外からはうかがい知ることの難しかったソビエト連邦、及びそれに連なる国々の実情や過去の歴史的事実が、世界に知られるようになりました。このような世界の動きを、深い感動を持って見守ったことが思い起こされます。ベルリンの壁の崩壊から 4 年後、私どもはドイツを訪問し、ヴァイツゼッカー大統領ご夫妻、ベルリン市長ご夫妻と共に徒歩でブランデンブルグ門を通りました。西ベルリンから東ベルリンに入ると、ベートーベンの「歓喜の歌」の合唱が聞こえてきました。私どもの忘れ得ぬ思い出です。

しかし、その後の世界の動きは、残念ながら平和を推進する方向には進んでいきませんでした。平成 13 年、2001 年世界貿易センタービルなどが旅客機の突入により破壊され、3,000 人以上の命が失われました。それを契機として、アフガニスタン、続いてイラクで戦争が起こり、今も両国とパキスタンでは多くの命が失われています。

このように今日の世界は、決して平和な状況にあるとは言えませんが、明るい面として考えられるのは、世界がより透明化し、多くの人々が事実関係を共有す

ることができるようになったことです。拉致の問題も、それが行われた当時は今と違って、日本人皆が拉致の行われたことを事実として認識することはありませんでした。このため、拉致が続けられ、多くの被害者が生じたことは返す返すも残念なことでした。それぞれの人の家族の苦しみは、いかばかりであったかと思います。

また、チェルノブイリ原子力発電所の事故のような、人々の健康や環境に大きな影響を与える事故であっても、当時のソビエト連邦では発表されず、事故についての最初の報道はスウェーデンの研究所からもたらされました。ソビエト連邦が発表したのはそれより後のことで、事故のあった地域の人々の健康に与えた被害は、一層大きくなったことと思います。

国内のことでまず思い起こされるのは、6,400人以上の人々が亡くなった阪神・淡路大震災です。地震による家屋の崩壊とともに火災が起こり、誠に痛ましい状況でした。ただ淡路島では、火災がすべて未然に防がれ、また、地域の人々による迅速な救出活動により、多くの人々の命が助けられたと聞きました。この地震は、その後大きな教訓を残しました。建築の耐震化が進められ、人々の間に、災害に対する協力の輪が広がりました。後に他の被災地を訪れた時、自分たちの災害に支援の手を差し伸べてもらったので、お礼の気持ちでこの被災地の支援に来たという人々に会うことがあり、頼もしく思いました。

苦勞の多い中で、農業、林業、水産業などに携わる人々が様々に工夫を凝らし、その分野を守り続けてきている努力を尊いものに思っており、毎年農林水産祭天皇杯受賞者にお会いするのを楽しみにしています。

今日、日本では高齢化が進み、厳しい経済情勢とあいまって、人々の暮らしが深く案じられます。そのような中で、高齢者や介護を必要とする人々のことを心に掛け、支えていこうという人々が多くなってきているように感じられ、心強く思っています。皆が支え合う社会が築かれていくことを願っています。

平成が20年となり、多くの人々がお祝いの気持ちを表してくれることをうれしく思い、感謝しています。

この機会に、我が国の安寧を願い、国民の健康と幸せを祈ります。

問 2 両陛下にお伺いします。両陛下はこの20年、常に国民と皇室の将来を案じてこられたと思いますが、皇室についてはこの先、皇族方の数が非常に少なくなり、皇位の安定的継承が難しくなる可能性があるのが現状です。昨年末の天皇陛下のご不例の際、羽毛田信吾宮内庁長官はご心痛の原因の一つとして「私的な所見」と断った上で「皇統を始めとする諸々の問題」と発言し、皇室の将来を憂慮される天皇陛下の一面を明らかにしました。両陛下は皇室の現状、将来をどのようにお考えでしょうか。皇太子ご夫妻、秋篠宮ご夫妻を始めとする次世代の方々に期待することも交えながらお聞かせください。

天皇陛下

皇位の継承という点で、皇室の現状については、質問のとおりだと思います。皇位継承の制度にかかわることについては、国会の論議にゆだねるべきであると思いますが、将来の皇室の在り方については、皇太子とそれを支える秋篠宮の考えが尊重されることが重要だと思います。二人は長年私と共に過ごしており、私を支えて

くれました。天皇の在り方についても十分考えを深めてきていることと期待しています。

(在日外国報道協会代表質問)

問 3 両陛下にお伺いしたいと思います。陛下が即位なさったのは、いわゆるバブル経済のただ中でありましたが、この 20 年は日本にとって大変厳しい時となりました。ご存じのように高齢化が進み、人口が減少し始め、経済は不安定です。両陛下は、日本の将来に何かご心配をお持ちでしょうか。お考えをお聞かせください。

天皇陛下

今、日本では高齢化が進み、経済が厳しい状況になっています。しかし、日本国民が過去に様々な困難を乗り越えて今日を築いてきたことを思い起こす時、人々が皆で英知を結集し、相携えて協力を進めることにより、日本が現在直面している困難も一つ一つ克服されることを願っております。

私がむしろ心配なのは、次第に過去の歴史が忘れられていくのではないかとことです。昭和の時代は、非常に厳しい状況の下で始まりました。昭和 3 年、1928 年昭和天皇の即位の礼が行われる前に起こったのが、張作霖爆殺事件でしたし、3 年後には満州事変が起こり、先の大戦に至るまでの道のりが始まりました。第 1 次世界大戦のベルダンの古戦場を訪れ、戦場の悲惨な光景に接して平和の大切さを肝に銘じられた昭和天皇にとって誠に不本意な歴史であったのではないかと察しております。昭和の 60 有余年は私どもに様々な教訓を与えてくれます。過去の歴史的事実を十分に知って未来に備えることが大切と思います。

平成も 20 年がたち、平成生まれの人々がスポーツや碁の世界などで活躍するようになりました。うれしいことです。いつの時代にも、心配や不安はありますが、若い人々の息吹をうれしく感じつつ、これからの日本を見守っていきたいと思います。

関連質問

問 天皇陛下におかれましては、昨年ご体調を崩されて一時公務を休まれました。皇后陛下におかれましても、^{けが}ひざを怪我をされて万全な状態ではないとお伺いしております。両陛下のご負担軽減が進められている中で、ご自身の健康と公務の在り方についてどのようにお考えになっていますでしょうか。お聞かせください。

天皇陛下

皆が私どもの健康を心配してくれていることに、まず感謝したいと思います。この負担の軽減ということは、今年 1 年その方向で行われまして、やはり負担の軽減という意味はあったのではないかと考えています。しかし、この状況は、今の状況ならば、そのまま続けていきたいと思っております。また、皇后の方も足の方が昔のように、だんだんと良くなってきているようですので、非常にうれしく思っています。ただ、まだ座るということができないので、まだしばらくは座ること、例えば賢所など座らなければならないところのお参りは、これはまだしばらく無理ではないかと考えています。

ANEXO D – Conferência de imprensa com o Imperador quando da comemoração de vinte anos de reinado (tradução em inglês)

**PRESS CONFERENCE BY THEIR MAJESTIES THE EMPEROR AND EMPRESS
OF JAPAN IN COMMEMORATION OF THE 20TH ANNIVERSARY OF HIS
MAJESTY'S ACCESSION TO THE THRONE**

Date: November 6, 2009

Imperial Palace, Tokyo

(Imperial Household Agency Press Club)

Question 1

I believe that, over the past twenty years, Your Majesty has, while considering how to interpret Your role as a “symbol”, been seeking to put that role into action on a daily basis. Under the Constitution of Japan, it is clearly stated that “The Emperor shall be the symbol of the State and of the unity of the people”, but it does not specify how that is to be achieved in practical terms. On the occasion of the Press Conference for Your Majesties' 50th Wedding Anniversary, Your Majesty stated, “How that symbolic role should be interpreted is a question never far from my mind, and to this day, I am still seeking an appropriate answer.” How would you describe the nature of the “symbol” You have created during the Heisei Era? Sixty-four years have passed since the end of the Second World War and, with three out of four Japanese people having been born since then, memories of that period are fading into the past. At the same time, in the years since Your Majesty's accession to the throne, circumstances both in Japan and abroad have changed dramatically. Could Your Majesties share with us your feelings and thoughts looking back on the Heisei Era so far, in Your Majesty's position as a “Symbolic Emperor” and Her Majesty's as the Empress who supports that role?

Response by His Majesty the Emperor

As you say, the Constitution of Japan stipulates that “the Emperor shall be the symbol of the State and of the unity of the people”. Over the past twenty years, I have continually sought to interpret that symbolic role, bearing in mind both the long history of the Imperial line and the well-being of the people. I have not however thought about any particular Heisei Era symbolism as the question suggests.

Looking back over the past 20 years, what comes to mind first of all are the events which occurred in the world following the fall of the Berlin Wall in 1989. Two years later, East and West Germany were reunited as one country, while the Soviet Union was divided into 15 independent countries, including Russia. The world came to know the historical realities of the former Soviet Union and its affiliates, which until then had been difficult to see from the outside. I recall following these events and being deeply affected by them. Four years after the fall of the Berlin Wall, the Empress and I visited the Federal Republic of Germany and walked through the Brandenburg Gate with President and Mrs. Von Weizsaecker and Mayor and Mrs. Diepgen of Berlin. As we entered East Berlin from West Berlin, we could hear a choir singing Beethoven's Ode to Joy. This remains an unforgettable memory for us.

Unfortunately, subsequent events in the world did not follow a peaceful path. In 2001, the attacks on the World Trade Center and other targets caused the deaths

of over 3,000 people. This triggered a war in Afghanistan, and subsequently another war started in Iraq as well, and to this day many lives are being lost in these two countries as well as in Pakistan.

So the world today cannot be said to be peaceful, but there is a more positive side in that the world has become more transparent and it has become possible for many more people to share factual information. For example, when abductions of Japanese citizens were being carried out by the North Koreans, not all the people in Japan were aware of these events, and as a result it is truly regrettable that the abductions continued, adding further to the number of victims. It is hard to imagine the anguish of the families of those involved.

Again, when the Chernobyl nuclear reactor accident occurred in the former Soviet Union, the government of the time did not make any announcement about the incident, in spite of the major threat to people's health and the environment. The first report came from a Swedish research centre. An announcement by the Soviet government took place only later and no doubt this delay resulted in further damage to the health of people in the affected regions.

Among events here at home in Japan, what comes first to mind is the Great Hanshin Awaji earthquake, which claimed the lives of more than 6,400 people. This was a truly heartbreaking tragedy, as fire broke out in buildings which had collapsed during the earthquake. On Awaji Island, however, I have heard how the fire was forestalled and many lives saved by the prompt rescue activities of local people.

The Great Hanshin Awaji Earthquake left many lessons for the future. More buildings were earthquake-proofed, and there was a great expansion in the number of people volunteering to contribute their efforts at times of disaster. When I visited other regions affected by natural disasters, I was heartened to meet people who said that, having received help themselves as victims of disasters, they were now coming to help others in similar circumstances.

I value highly the efforts made by all those engaged in agriculture, forestry and fisheries, who overcome many hardships by their imaginative solutions to the problems of maintaining their livelihoods. I look forward each year to meeting the awardees of the Emperor's Prize on the occasion of the annual Agriculture, Forestry and Fisheries Festival.

I am deeply concerned about people's welfare as Japan today becomes a rapidly ageing society at a time of severe economic conditions. It is encouraging to see, at a time like this, that there seems to be an increasing number of people who care about the elderly and those in need of nursing and who are making efforts to support them. I would like to see a society where everyone supports one another.

I am delighted to see so many people celebrating this 20th year of the Heisei Era. I am grateful to them and take this opportunity to express my wishes for the peace and security of Japan and the health and happiness of the Japanese people.

Question 2

I believe that over the past twenty years both Your Majesties have given constant thought as to the future of the people of Japan and of the Imperial Family. With regard to the Imperial Family, it seems that the number of members of the family will continue to decline in the future, and we cannot ignore the possibility that this may affect the continuity of the Imperial line. At the end of last year, when Your Majesty was indisposed, the Grand Steward of the Imperial Household Agency, Shingo Haketa, commented (as his "personal view"), that one of the reasons for Your Majesty The Emperor's distress was

concern over “various issues concerning the Imperial line.” What are Your Majesties' thoughts on the current situation and the future of the Imperial Family, including Your Majesties' expectations for Their Imperial Highnesses The Crown Prince and Crown Princess and Their Imperial Highnesses Prince Akishino and Princess Akishino?

Response by His Majesty the Emperor

Concerning the continuity of the throne, I think the situation of the Imperial Family is as described in the question. I think the issues concerning the system of Imperial succession should be left to the deliberation in the Diet, but concerning the ideal role of the Imperial Family in the future, I think it is important that the views of the Crown Prince and Prince Akishino, who supports him, are respected. They have both spent a great deal of time with me and supported me throughout these years, and I am sure they have been developing well-considered views on the ideal role of the Emperor.

(The Foreign Press in Japan)

Question 3

When your Majesty The Emperor ascended to the throne, Japan was in the midst of the so-called “bubble economy”. As it turned out, however, these past twenty years have proved to be an extremely difficult period for Japan, with an ageing society, a declining population, and an unstable economy. Could Your Majesties please share any concerns You have about the future of Japan?

Response by His Majesty the Emperor

Yes, indeed, in Japan today, our society is ageing rapidly and the economy is in an extremely severe situation. However, when I think back on how the people of Japan have overcome various difficulties in the past, I am hopeful that they will combine their wisdom and collaborate to surmount one by one the challenges that our country is facing.

What I am rather more concerned about is that history might gradually be forgotten. The Showa Era began under extremely harsh conditions. Just before the Enthronement Ceremony of Emperor Showa in 1928, Zhang Zuolin was assassinated. Three years later, the Manchurian Incident ignited the trail that led to World War II. Emperor Showa had visited the tragic site of the World War I battlefield of Verdun and had taken to heart the importance of maintaining peace, so it is my perception that the events that led to war must have been contrary to what he would have wished. The 60-plus years of the Showa Era taught us many lessons. I believe it is essential for us to learn from the historical facts and prepare ourselves for the future.

It is now 20 years since the start of the Heisei Era and I am pleased that it has been a time in which the younger generation born in the Heisei era has been able to prove themselves internationally in fields such as sports and go. That is a cause for celebration. Whatever the times, there are always fears and anxieties, but while rejoicing in the vigour of the younger generation, I will continue to watch over Japan.

Related question

Your Majesty has temporarily removed Yourself from official duties because of health issues. I also understand that Her Majesty's health is not at its best due

to a knee injury. As the burden on Your Majesties has been reduced, please tell us your thoughts on Your Majesties' health and role in official duties.

Response by His Majesty the Emperor

First of all, I would like to express my appreciation for everyone's concern over my health. There has been a reduction in official duties over the past year and I think that this did indeed have the effect of lessening my burden. However, if my health continues as it is, I should like to continue with the current level of official commitments. As for The Empress, I am very happy to know that her knee is recovering. However, she still cannot sit on her heels in the formal Japanese style, so I think it will not be possible for her to participate in official duties that require her to sit in this way, such as at the Kashiko Dokoro (Palace Sanctuary) for a while longer.

ANEXO E – Introdução e primeiro capítulo da Constituição do Japão (em japonês)

朕は、日本国民の総意に基いて、新日本建設の礎が、定まるに至つたことを、深くよろこび、枢密顧問の諮詢及び帝国憲法第七十三条による帝国議会の議決を経た帝国憲法の改正を裁可し、ここにこれを公布せしめる。

日本国憲法

日本国民は、正当に選挙された国会における代表者を通じて行動し、われらとわれらの子孫のために、諸国民との協和による成果と、わが国全土にわたつて自由のもたらす恵沢を確保し、政府の行為によつて再び戦争の惨禍が起ることのないやうにすることを決意し、ここに主権が国民に存することを宣言し、この憲法を確定する。そもそも国政は、国民の厳粛な信託によるものであつて、その権威は国民に由来し、その権力は国民の代表者がこれを行使し、その福利は国民がこれを享受する。これは人類普遍の原理であり、この憲法は、かかる原理に基くものである。われらは、これに反する一切の憲法、法令及び詔勅を排除する。

日本国民は、恒久の平和を念願し、人間相互の関係を支配する崇高な理想を深く自覚するのであつて、平和を愛する諸国民の公正と信義に信頼して、われらの安全と生存を保持しようと決意した。われらは、平和を維持し、専制と隷従、圧迫と偏狭を地上から永遠に除去しようと努めてゐる国際社会において、名誉ある地位を占めたいと思ふ。われらは、全世界の国民が、ひとしく恐怖と欠乏から免かれ、平和のうちに生存する権利を有することを確認する。

われらは、いづれの国家も、自国のことのみに専念して他国を無視してはならないのであつて、政治道徳の法則は、普遍的なものであり、この法則に従ふことは、自国の主権を維持し、他国と対等関係に立たうとする各国の責務であると信ずる。

日本国民は、国家の名誉にかけ、全力をあげてこの崇高な理想と目的を達成することを誓ふ。

第1章 天皇

〔天皇の地位と主権在民〕

第1条 天皇は、日本国の象徴であり日本国民統合の象徴であつて、この地位は、主権の存する日本国民の総意に基く。

〔皇位の世襲〕

第2条 皇位は、世襲のものであつて、国会の議決した皇室典範の定めるところにより、これを継承する。

〔内閣の助言と承認及び責任〕

第3条 天皇の国事に関するすべての行為には、内閣の助言と承認を必要とし、内閣が、その責任を負ふ。

〔天皇の権能と権能行使の委任〕

第4条 天皇は、この憲法の定める国事に関する行為のみを行ひ、国政に関する権能を有しない。

2 天皇は、法律の定めるところにより、その国事に関する行為を委任することができる。

〔摂政〕

第5条 皇室典範の定めるところにより摂政を置くときは、摂政は、天皇の名でその国事に関する行為を行ふ。この場合には、前条第一項の規定を準用する。

〔天皇の任命行為〕

第6条 天皇は、国会の指名に基いて、内閣総理大臣を任命する。

2 天皇は、内閣の指名に基いて、最高裁判所の長たる裁判官を任命する。

〔天皇の国事行為〕

第7条 天皇は、内閣の助言と承認により、国民のために、左の国事に関する行為を行ふ。

- 一 憲法改正、法律、政令及び条約を公布すること。
- 二 国会を召集すること。
- 三 衆議院を解散すること。
- 四 国会議員の総選挙の施行を公示すること。
- 五 国务大臣及び法律の定めるその他の官吏の任免並びに全権委任状及び大使及び公使の信任状を認証すること。
- 六 大赦、特赦、減刑、刑の執行の免除及び復権を認証すること。
- 七 栄典を授与すること。
- 八 批准書及び法律の定めるその他の外交文書を認証すること。
- 九 外国の大使及び公使を接受すること。
- 十 儀式を行ふこと。

〔財産授受の制限〕

第8条 皇室に財産を譲り渡し、又は皇室が、財産を譲り受け、若しくは賜与することは、国会の議決に基かなければならない。

ANEXO F – Introdução e primeiro capítulo da Constituição do Japão (em inglês)

I rejoice that the foundation for the construction of a new Japan has been laid according to the will of the Japanese people, and hereby sanction and promulgate the amendments of the Imperial Japanese Constitution effected following the consultation with the Privy Council and the decision of the Imperial Diet made in accordance with Article 73 of the said Constitution.

The Constitution of Japan

We, the Japanese people, acting through our duly elected representatives in the National Diet, determined that we shall secure for ourselves and our posterity the fruits of peaceful cooperation with all nations and the blessings of liberty throughout this land, and resolved that never again shall we be visited with the horrors of war through the action of government, do proclaim that sovereign power resides with the people and do firmly establish this Constitution. Government is a sacred trust of the people, the authority for which is derived from the people, the powers of which are exercised by the representatives of the people, and the benefits of which are enjoyed by the people. This is a universal principle of mankind upon which this Constitution is founded. We reject and revoke all constitutions, laws, ordinances, and rescripts in conflict herewith.

We, the Japanese people, desire peace for all time and are deeply conscious of the high ideals controlling human relationship, and we have determined to preserve our security and existence, trusting in the justice and faith of the peace-loving peoples of the world. We desire to occupy an honored place in an international society striving for the preservation of peace, and the banishment of tyranny and slavery, oppression and intolerance for all time from the earth. We recognize that all peoples of the world have the right to live in peace, free from fear and want.

We believe that no nation is responsible to itself alone, but that laws of political morality are universal; and that obedience to such laws is incumbent upon all nations who would sustain their own sovereignty and justify their sovereign relationship with other nations.

We, the Japanese people, pledge our national honor to accomplish these high ideals and purposes with all our resources.

Chapter I. The Emperor

Article 1. The Emperor shall be the symbol of the State and of the unity of the people, deriving his position from the will of the people with whom resides sovereign power.

Article 2. The Imperial Throne shall be dynastic and succeeded to in accordance with the Imperial House Law passed by the Diet.

Article 3. The advice and approval of the Cabinet shall be required for all acts of the Emperor in matters of state, and the Cabinet shall be responsible therefor.

Article 4. The Emperor shall perform only such acts in matters of state as are provided for in this Constitution and he shall not have powers related to government. (2) The Emperor may delegate the performance of his acts in matters of state as may be provided by law.

Article 5. When, in accordance with the Imperial House Law, a Regency is established, the Regent shall perform his acts in matters of state in the Emperor's name. In this case, paragraph one of the preceding article will be applicable.

Article 6.The Emperor shall appoint the Prime Minister as designated by the Diet.
(2) The Emperor shall appoint the Chief Judge of the Supreme Court as designated by the Cabinet.

Article 7.The Emperor, with the advice and approval of the Cabinet, shall perform the following acts in matters of state on behalf of the people:

1. Promulgation of amendments of the constitution, laws, cabinet orders and treaties.
2. Convocation of the Diet.
3. Dissolution of the House of Representatives.
4. Proclamation of general election of members of the Diet.
5. Attestation of the appointment and dismissal of Ministers of State and other officials as provided for by law, and of full powers and credentials of Ambassadors and Ministers.
6. Attestation of general and special amnesty, commutation of punishment, reprieve, and restoration of rights.
7. Awarding of honors.
8. Attestation of instruments of ratification and other diplomatic documents as provided for by law.
9. Receiving foreign ambassadors and ministers.
10. Performance of ceremonial functions.

Article 8.No property can be given to, or received by, the Imperial House, nor can any gifts be made therefrom, without the authorization of the Diet.

ANEXO G – Introdução e primeiro capítulo da Constituição do Grande Império do Japão (em japonês)

告文

皇朕レ謹ミ畏ミ

皇祖

皇宗ノ神靈ニ誥ケ白サク皇朕レ天壤無窮ノ宏謨ニ循ヒ惟神ノ宝祚ヲ承継シ旧図ヲ保持シテ敢テ失墜スルコト無シ顧ミルニ世局ノ進運ニ膺リ人文ノ發達ニ随ヒ宜ク

皇祖

皇宗ノ遺訓ヲ明徴ニシ典憲ヲ成立シ条章ヲ昭示シ内ハ以テ子孫ノ率由スル所ト為シ外ハ以テ臣民翼賛ノ道ヲ広メ永遠ニ遵行セシメ益々国家ノ丕基ヲ鞏固ニシ八洲民生ノ慶福ヲ増進スヘシ茲ニ皇室典範及憲法ヲ制定ス惟フニ此レ皆

皇祖

皇宗ノ後裔ニ貽シタマヘル統治ノ洪範ヲ紹述スルニ外ナラス而シテ朕カ躬ニ逮テ時ト俱ニ挙行スルコトヲ得ルハ洵ニ

皇祖

皇宗及我カ

皇考ノ威靈ニ倚藉スルニ由ラサルハ無シ皇朕レ仰テ

皇祖

皇宗及

皇考ノ神祐ヲ禱リ併セテ朕カ現在及将来ニ臣民ニ率先シ此ノ憲章ヲ履行シテ愆ラサラムコトヲ誓フ庶幾クハ

神靈此レヲ鑒ミタマヘ

憲法發布勅語

朕国家ノ隆昌ト臣民ノ慶福トヲ以テ中心ノ欣榮トシ朕カ祖宗ニ承クルノ大権ニ依リ現在及将来ノ臣民ニ対シ此ノ不磨ノ大典ヲ宣布ス

惟フニ我カ祖我カ宗ハ我カ臣民祖先ノ協力輔翼ニ倚リ我カ帝国ヲ肇造シ以テ無窮ニ垂レタリ此レ我カ神聖ナル祖宗ノ威徳ト並ニ臣民ノ忠実勇武ニシテ国ヲ愛シ公ニ殉ヒ以テ此ノ光輝アル国史ノ成跡ヲ貽シタルナリ朕我カ臣民ハ即チ祖宗ノ忠良ナル臣民ノ子孫ナルヲ回想シ其ノ朕カ意ヲ奉体シ朕カ事ヲ奨順シ相与ニ和衷協同シ益々我カ帝国ノ光榮ヲ中外ニ宣揚シ祖宗ノ遺業ヲ永久ニ鞏固ナラシムルノ希望ヲ同クシ此ノ負担ヲ分ツニ堪フルコトヲ疑ハサルナリ

大日本帝国憲法

朕祖宗ノ遺烈ヲ承ケ万世一系ノ帝位ヲ踐ミ朕カ親愛スル所ノ臣民ハ即チ朕カ祖宗ノ恵撫慈養シタマヒシ所ノ臣民ナルヲ念ヒ其ノ康福ヲ増進シ其ノ懿徳良能ヲ發達セシメムコトヲ願ヒ又其ノ翼賛ニ依リ与ニ俱ニ国家ノ進運ヲ扶持セムコトヲ望ミ乃チ明治十四年十月十二日ノ詔命ヲ履踐シ茲ニ大憲ヲ制定シ朕カ率由スル所ヲ示シ朕カ後嗣及臣民及臣民ノ子孫タル者ヲシテ永遠ニ循行スル所ヲ知ラシム

国家統治ノ大権ハ朕カ之ヲ祖宗ニ承ケテ之ヲ子孫ニ伝フル所ナリ朕及朕カ子孫ハ将来此ノ憲法ノ条章ニ循ヒ之ヲ行フコトヲ愆ラサルヘシ

朕ハ我カ臣民ノ權利及財産ノ安全ヲ貴重シ及之ヲ保護シ此ノ憲法及法律ノ範圍内ニ於テ其ノ享有ヲ完全ナラシムヘキコトヲ宣言ス

帝国議会ハ明治二十三年ヲ以テ之ヲ召集シ議會開会ノ時ヲ以テ此ノ憲法ヲシテ有効ナラシムルノ期トスヘシ

将来若此ノ憲法ノ或ル条章ヲ改定スルノ必要ナル時宜ヲ見ルニ至ラハ朕及朕カ継続ノ子孫ハ發議ノ權ヲ執リ之ヲ議會ニ付シ議會ハ此ノ憲法ニ定メタル要件ニ依リ之ヲ議決スルノ外朕カ子孫及臣民ハ敢テ之カ紛更ヲ試ミルコトヲ得サルヘシ

朕カ在廷ノ大臣ハ朕カ為ニ此ノ憲法ヲ施行スルノ責ニ任スヘク朕カ現在及将来ノ臣民ハ此ノ憲法ニ對シ永遠ニ從順ノ義務ヲ負フヘシ

大日本帝国憲法

第1章 天皇

第1条大日本帝国ハ万世一系ノ天皇之ヲ統治ス

第2条皇位ハ皇室典範ノ定ムル所ニ依リ皇男子孫之ヲ繼承ス

第3条天皇ハ神聖ニシテ侵スヘカラス

第4条天皇ハ国ノ元首ニシテ統治權ヲ總攬シ此ノ憲法ノ条規ニ依リ之ヲ行フ

第5条天皇ハ帝国議會ノ協賛ヲ以テ立法權ヲ行フ

第6条天皇ハ法律ヲ裁可シ其ノ公布及執行ヲ命ス

第7条天皇ハ帝国議會ヲ召集シ其ノ開会閉会停会及衆議院ノ解散ヲ命ス

第8条天皇ハ公共ノ安全ヲ保持シ又ハ其ノ災厄ヲ避クル為緊急ノ必要ニ由リ帝国議會閉会ノ場合ニ於テ法律ニ代ルヘキ勅令ヲ發ス

2 此ノ勅令ハ次ノ会期ニ於テ帝国議會ニ提出スヘシ若議會ニ於テ承諾セサルトキハ政府ハ将来ニ向テ其ノ効力ヲ失フコトヲ公布スヘシ

第9条天皇ハ法律ヲ執行スル為ニ又ハ公共ノ安寧秩序ヲ保持シ及臣民ノ幸福ヲ増進スル為ニ必要ナル命令ヲ發シ又ハ發セシム但シ命令ヲ以テ法律ヲ變更スルコトヲ得ス

第10条天皇ハ行政各部ノ官制及文武官ノ俸給ヲ定メ及文武官ヲ任免ス但シ此ノ憲法又ハ他ノ法律ニ特例ヲ掲ケタルモノハ各々其ノ条項ニ依ル

第11条天皇ハ陸海軍ヲ統帥ス

第12条天皇ハ陸海軍ノ編制及常備兵額ヲ定ム

第13条天皇ハ戰ヲ宣シ和ヲ講シ及諸般ノ條約ヲ締結ス

第14条天皇ハ戒嚴ヲ宣告ス

2 戒嚴ノ要件及効力ハ法律ヲ以テ之ヲ定ム

第15条天皇ハ爵位勳章及其ノ他ノ榮典ヲ授与ス

第16条天皇ハ大赦特赦減刑及復權ヲ命ス

第17条摂政ヲ置クハ皇室典範ノ定ムル所ニ依ル

2 摂政ハ天皇ノ名ニ於テ大權ヲ行フ

ANEXO H – Introdução e primeiro capítulo da Constituição do Grande Império do Japão (em inglês)

Imperial Oath at the Sanctuary of the Imperial Palace

We, the Successor to the prosperous Throne of Our Predecessors, do humbly and solemnly swear to the Imperial Founder of Our House and to Our other Imperial Ancestors that, in pursuance of a great policy co-extensive with the Heavens and with the Earth, We shall maintain and secure from decline the ancient form of government.

In consideration of the progressive tendency of the course of human affairs and in parallel with the advance of civilization, We deem it expedient, in order to give clearness and distinctness to the instructions bequeathed by the Imperial Founder of Our House and by Our other Imperial Ancestors, to establish fundamental laws formulated into express provisions of law, so that, on the one hand, Our Imperial posterity may possess an express guide for the course they are to follow, and that, on the other, Our subjects shall thereby be enabled to enjoy a wider range of action in giving Us their support, and that the observance of Our laws shall continue to the remotest ages of time. We will thereby to give greater firmness to the stability of Our country and to promote the welfare of all the people within the boundaries of Our dominions; and We now establish the Imperial House Law and the Constitution. These Laws come to only an exposition of grand precepts for the conduct of the government, bequeathed by the Imperial Founder of Our House and by Our other Imperial Ancestors. That we have been so fortunate in Our reign, in keeping with the tendency of the times, as to accomplish this work, We owe to the glorious Spirits of the Imperial Founder of Our House and of Our other Imperial Ancestors.

We now reverently make Our prayer to Them and to Our Illustrious Father, and implore the help of Their Sacred Spirits, and make to Them solemn oath never at this time nor in the future to fail to be an example to our subjects in the observance of the Laws hereby established.

May the Heavenly Spirits witness this Our solemn Oath.

Imperial Speech on the Promulgation of the Constitution

Whereas We make it the joy and glory of Our heart to behold the prosperity of Our country, and the welfare of Our subjects, We do hereby, in virtue of the supreme power We inherit from Our Imperial Ancestors, promulgate the present immutable fundamental law, for the sake of Our present subjects and their descendants.

The Imperial Founder of Our House and Our other Imperial Ancestors, by the help and support of the forefathers of Our subjects, laid the foundation of Our Empire upon a basis, which is to last forever. That this brilliant achievement embellishes the annals of Our country, is due to the glorious virtues of Our Sacred Imperial Ancestors, and to the loyalty and bravery of Our subjects, their love of their country and their public spirit. Considering that Our subjects are the descendants of the loyal and good subjects of Our Imperial Ancestors, We doubt not but that Our subjects will be guided by Our views, and will sympathize with all Our endeavours, and that, harmoniously cooperating together, they will share with Us Our hope of making manifest the glory of Our country, both at home and abroad, and of securing forever the stability of the work bequeathed to Us by Our Imperial Ancestors.

The Constitution of the Empire of Japan

Having, by virtue of the glories of Our Ancestors, ascended the throne of a lineal succession unbroken for ages eternal; desiring to promote the welfare of, and to give development to the moral and intellectual faculties of Our beloved subjects, the very same that have been favoured with the benevolent care and affectionate vigilance of Our Ancestors; and hoping to maintain the prosperity of the State, in concert with Our people and with their support, We hereby promulgate, in pursuance of Our Imperial Rescript of the 12th day of the 10th month of the 14th year of Meiji, a fundamental law of the State, to exhibit the principles, by which We are guided in Our conduct, and to point out to what Our descendants and Our subjects and their descendants are forever to conform.

The right of sovereignty of the State, We have inherited from Our Ancestors, and We shall bequeath them to Our descendants. Neither We nor they shall in future fail to wield them, in accordance with the provisions of the Constitution hereby granted.

We now declare to respect and protect the security of the rights and of the property of Our people, and to secure to them the complete enjoyment of the same, within the extent of the provisions of the present Constitution and of the law.

The Imperial Diet shall first be convoked for the 23rd year of Meiji, and the time of its opening shall be the date, when the present Constitution comes into force.

When in the future it may become necessary to amend any of the provisions of the present Constitution, We or Our successors shall assume the initiative right, and submit a project for the same to the Imperial Diet. The Imperial Diet shall pass its vote upon it, according to the conditions imposed by the present Constitution, and in no otherwise shall Our descendants or Our subjects be permitted to attempt any alteration thereof.

Our Ministers of State, on Our behalf, shall be held responsible for the carrying out of the present Constitution, and Our present and future subjects shall forever assume the duty of allegiance to the present Constitution.

The Constitution of the Empire of Japan

Chapter I. The Emperor.

Article 1. The Empire of Japan shall be reigned over and governed by a line of Emperors unbroken for ages eternal.

Article 2. The Imperial Throne shall be succeeded to by Imperial male descendants, according to the provisions of the Imperial House Law.

Article 3. The Emperor is sacred and inviolable.

Article 4. The Emperor is the head of the Empire, combining in Himself the rights of sovereignty, and exercises them, according to the provisions of the present Constitution.

Article 5. The Emperor exercises the legislative power with the consent of the Imperial Diet.

Article 6. The Emperor gives sanction to laws, and orders them to be promulgated and executed.

Article 7. The Emperor convokes the Imperial Diet, opens, closes and prorogues it, and dissolves the House of Representatives.

Article 8. The Emperor, in consequence of an urgent necessity to maintain public safety or to avert public calamities, issues, when the Imperial Diet is not sitting, Imperial Ordinances in the place of law.

(2) Such Imperial Ordinances are to be laid before the Imperial Diet at its next session, and when the Diet does not approve the said Ordinances, the Government shall declare them to be invalid for the future.

Article 9. The Emperor issues or causes to be issued, the Ordinances necessary for the carrying out of the laws, or for the maintenance of the public peace and order, and for the promotion of the welfare of the subjects. But no Ordinance shall in any way alter any of the existing laws.

Article 10. The Emperor determines the organization of the different branches of the administration, and salaries of all civil and military officers, and appoints and dismisses the same. Exceptions especially provided for in the present Constitution or in other laws, shall be in accordance with the respective provisions (bearing thereon).

Article 11. The Emperor has the supreme command of the Army and Navy.

Article 12. The Emperor determines the organization and peace standing of the Army and Navy.

Article 13. The Emperor declares war, makes peace, and concludes treaties.

Article 14. The Emperor proclaims the law of siege.

(2) The conditions and effects of the law of siege shall be determined by law.

Article 15. The Emperor confers titles of nobility, rank, orders and other marks of honor.

Article 16. The Emperor orders amnesty, pardon, commutation of punishments and rehabilitation.

Article 17. A Regency shall be instituted in conformity with the provisions of the Imperial House Law.

(2) The Regent shall exercise the powers appertaining to the Emperor in His name.

ANEXO I – Leis da Casa Imperial (em japonês)

皇室典範

第一章 皇位継承

第一条 皇位は、皇統に属する男系の男子が、これを継承する。

第二条 皇位は、左の順序により、皇族に、これを伝える。

一 皇長子

二 皇長孫

三 その他の皇長子の子孫

四 皇次子及びその子孫

五 その他の皇子孫

六 皇兄弟及びその子孫

七 皇伯叔父及びその子孫

○2 前項各号の皇族がないときは、皇位は、それ以上で、最近親の系統の皇族に、これを伝える。

○3 前二項の場合においては、長系を先にし、同等内では、長を先にする。

第三条 皇嗣に、精神若しくは身体の不治の重患があり、又は重大な事故があるときは、皇室会議の議により、前条に定める順序に従つて、皇位継承の順序を変えることができる。

第四条 天皇が崩じたときは、皇嗣が、直ちに即位する。

第二章 皇族

第五条 皇后、太皇太后、皇太后、親王、親王妃、内親王、王、王妃及び女王を皇族とする。

第六条 嫡出の皇子及び嫡男系嫡出の皇孫は、男を親王、女を内親王とし、三世以下の嫡男系嫡出の子孫は、男を王、女を女王とする。

第七条 王が皇位を継承したときは、その兄弟姉妹たる王及び女王は、特にこれを親王及び内親王とする。

第八条 皇嗣たる皇子を皇太子という。皇太子のないときは、皇嗣たる皇孫を皇太孫という。

第九条 天皇及び皇族は、養子をすることができない。

第十条 立后及び皇族男子の婚姻は、皇室会議の議を経ることを要する。

第十一条 年齢十五年以上の内親王、王及び女王は、その意思に基き、皇室会議の議により、皇族の身分を離れる。

○2 親王（皇太子及び皇太孫を除く。）、内親王、王及び女王は、前項の場合の外、やむを得ない特別の事由があるときは、皇室会議の議により、皇族の身分を離れる。

第十二条 皇族女子は、天皇及び皇族以外の者と婚姻したときは、皇族の身分を離れる。

第十三条 皇族の身分を離れる親王又は王の妃並びに直系卑属及びその妃は、他の皇族と婚姻した女子及びその直系卑属を除き、同時に皇族の身分を離れる。但し、直系卑属及びその妃については、皇室会議の議により、皇族の身分を離れないものとする事ができる。

第十四条 皇族以外の女子で親王妃又は王妃となつた者が、その夫を失つたときは、その意思により、皇族の身分を離れることができる。

○2 前項の者が、その夫を失つたときは、同項による場合の外、やむを得ない特別の事由があるときは、皇室会議の議により、皇族の身分を離れる。

○3 第一項の者は、離婚したときは、皇族の身分を離れる。

○4 第一項及び前項の規定は、前条の他の皇族と婚姻した女子に、これを準用する。

第十五条 皇族以外の者及びその子孫は、女子が皇后となる場合及び皇族男子と婚姻する場合を除いては、皇族となることがない。

第三章 摂政

第十六条 天皇が成年に達しないときは、摂政を置く。

○2 天皇が、精神若しくは身体の重患又は重大な事故により、国事に関する行為をみづからすることができないときは、皇室会議の議により、摂政を置く。

第十七条 摂政は、左の順序により、成年に達した皇族が、これに就任する。

一 皇太子又は皇太孫

二 親王及び王

三 皇后

四 皇太后

五 太皇太后

六 内親王及び女王

○2 前項第二号の場合においては、皇位継承の順序に従い、同項第六号の場合においては、皇位継承の順序に準ずる。

第十八条 摂政又は摂政となる順位にあたる者に、精神若しくは身体の重患があり、又は重大な事故があるときは、皇室会議の議により、前条に定める順序に従つて、摂政又は摂政となる順序を変えることができる。

第十九条 摂政となる順位にあたる者が、成年に達しないため、又は前条の故障があるために、他の皇族が、摂政となつたときは、先順位にあつていた皇族が、成年に達し、又は故障がなくなつたときでも、皇太子又は皇太孫に対する場合を除いては、摂政の任を譲ることがない。

第二十条 第十六条第二項の故障がなくなつたときは、皇室会議の議により、摂政を廃する。

第二十一条 摂政は、その在任中、訴追されない。但し、これがため、訴追の権利は、害されない。

第四章 成年、敬称、即位の礼、大喪の礼、皇統譜及び陵墓

第二十二条 天皇、皇太子及び皇太孫の成年は、十八年とする。

第二十三条 天皇、皇后、太皇太后及び皇太后の敬称は、陛下とする。

○2 前項の皇族以外の皇族の敬称は、殿下とする。

第二十四条 皇位の継承があつたときは、即位の礼を行う。

第二十五条 天皇が崩じたときは、大喪の礼を行う。

第二十六条 天皇及び皇族の身分に関する事項は、これを皇統譜に登録する。

第二十七条 天皇、皇后、太皇太后及び皇太后を葬る所を陵、その他の皇族を葬る所を墓とし、陵及び墓に関する事項は、これを陵籍及び墓籍に登録する。

第五章 皇室会議

第二十八条 皇室会議は、議員十人でこれを組織する。

○2 議員は、皇族二人、衆議院及び参議院の議長及び副議長、内閣総理大臣、宮内庁の長並びに最高裁判所の長たる裁判官及びその他の裁判官一人を以て、これに充てる。

○3 議員となる皇族及び最高裁判所の長たる裁判官以外の裁判官は、各々成年に達した皇族又は最高裁判所の長たる裁判官以外の裁判官の互選による。

第二十九条 内閣総理大臣たる議員は、皇室会議の議長となる。

第三十条 皇室会議に、予備議員十人を置く。

○2 皇族及び最高裁判所の裁判官たる議員の予備議員については、第二十八条第三項の規定を準用する。

○3 衆議院及び参議院の議長及び副議長たる議員の予備議員は、各々衆議院及び参議院の議員の互選による。

○4 前二項の予備議員の員数は、各々その議員の員数と同数とし、その職務を行う順序は、互選の際、これを定める。

- 5 内閣総理大臣たる議員の予備議員は、[内閣法](#)の規定により臨時に内閣総理大臣の職務を行う者として指定された国務大臣を以て、これに充てる。
- 6 宮内庁の長たる議員の予備議員は、内閣総理大臣の指定する宮内庁の官吏を以て、これに充てる。
- 7 議員に事故のあるとき、又は議員が欠けたときは、その予備議員が、その職務を行う。

第三十一条 第二十八条及び前条において、衆議院の議長、副議長又は議員とあるのは、衆議院が解散されたときは、後任者の定まるまでは、各々解散の際衆議院の議長、副議長又は議員であつた者とする。

第三十二条 皇族及び最高裁判所の長たる裁判官以外の裁判官たる議員及び予備議員の任期は、四年とする。

第三十三条 皇室会議は、議長が、これを招集する。

- 2 皇室会議は、第三条、第十六条第二項、第十八条及び第二十条の場合には、四人以上の議員の要求があるときは、これを招集することを要する。

第三十四条 皇室会議は、六人以上の議員の出席がなければ、議事を開き議決することができない。

第三十五条 皇室会議の議事は、第三条、第十六条第二項、第十八条及び第二十条の場合には、出席した議員の三分の二以上の多数でこれを決し、その他の場合には、過半数でこれを決する。

- 2 前項後段の場合において、可否同数のときは、議長の決するところによる。

第三十六条 議員は、自分の利害に特別の関係のある議事には、参与することができない。

第三十七条 皇室会議は、この法律及び他の法律に基く権限のみを行う。

附 則

- 1 この法律は、日本国憲法施行の日から、これを施行する。
- 2 現在の皇族は、この法律による皇族とし、第六条の規定の適用については、これを嫡男系嫡出の者とする。
- 3 現在の陵及び墓は、これを第二十七条の陵及び墓とする。

附 則 (昭和二四年五月三十一日法律第一三四号) 抄

- 1 この法律は、昭和二十四年六月一日から施行する。

ANEXO J – Leis da Casa Imperial (em inglês)

The Imperial House Law

Chapter 1. Succession to the Imperial Throne

Article 1. The Imperial Throne shall be succeeded to by a male offspring in the male line belonging to the Imperial Lineage.

Article 2. The Imperial Throne shall be passed to the members of the Imperial Family according to the following order:

1. The eldest son of the Emperor
2. The eldest son of the Emperor's eldest son
3. Other descendants of the eldest son of the Emperor
4. The second son of the Emperor and his descendants
5. Other descendants of the Emperor
6. Brothers of the Emperor and their descendants
7. Uncles of the Emperor and their descendants

In case there is no member of the Imperial Family as under the numbers of the preceding paragraph, the Throne shall be passed to the member of the Imperial family next nearest in lineage.

In the cases of the two preceding paragraphs, precedence shall be given to the senior line, and in the same degree, to the senior member.

Article 3. In case the Imperial Heir is affected with an incurable and serious disease, mentally or physically, or there is a serious hindrance, the order of succession may be changed by decision of the Imperial House Council and in accordance with the order stipulated in the preceding Article.

Article 4. Upon the demise of the Emperor, the Imperial Heir shall immediately accede to the Throne.

Chapter 2. The Imperial Family

Article 5. The Empress, the Grand Empress Dowager, the Empress Dowager, Shinno, the consorts of Shinno, Naishinno, O, the consorts of O, and Jo-o shall be the members of the Imperial Family.

Article 6. The legitimate children of an Emperor and the legitimate grand children of an Emperor in the legitimate male line shall be Shinno in the case of a male, and Naishinno in the case of a female. The legitimate descendants of an Emperor in the third and later generations in the legitimate male line shall be O in the case of a male and Jo-o in the case of a female.

Article 7. In case an O succeeds to the Throne, his brothers and sisters who are O and Jo-o shall specially become Shinno and Naishinno.

Article 8. The son of the Emperor who is the Imperial Heir is called “Kotaishi” and in case there is no Kotaishi, the grandson of the Emperor, who is the Imperial Heir shall be called “Kotaison”.

Article 9. The Emperor and the members of the Imperial Family may not adopt children.

Article 10. The institution of the Empress and the marriage of any male member of the Imperial Family shall be passed by the Imperial House Council.

Article 11. A Naishinno, O, or Jo-o, of 15 years of age or more, shall leave the status of Imperial Family member according to her or his own desire and by decision of the Imperial House Council.

Beside the case as mentioned in the preceding paragraph, a Shinno (excepting the Kotashi and the Kotaison), Naishinno, O or Jo-o shall, in the case of special and

unavoidable circumstances, leave the status of Imperial Family member by decision of the Imperial House Council.

Article 12. In case a female of the Imperial Family marries a person other than the Emperor or the members of the Imperial Family, she shall lose the status of the Imperial Family member.

Article 13. The consorts of a Shinno or O who leaves the status of the Imperial Family member, and his direct descendants and their consorts, excepting those females who are married to other members of the Imperial Family and their direct descendants, shall lose simultaneously the status of the Imperial Family member. However, as regards his direct descendants and their consorts, it may be so decided by the Imperial House Council that they do not lose the status of the Imperial Family member.

Article 14. A female, not of the Imperial Family, who is married to a Shinno or O, may, upon the loss of her husband, leave the status of the Imperial Family member according to her own desire.

When a female mentioned in the preceding paragraph has lost her husband, she shall, in case of special and unavoidable circumstances beside the case as under the same paragraph, leave the status of the Imperial Family member by decision of the Imperial House Council.

In case a female mentioned in the first paragraph is divorced, she shall lose the status of the Imperial Family.

The provisions of the first paragraph and the preceding paragraph shall apply to the females married to other members of the Imperial Family mentioned in the preceding Article.

Article 15. Any person outside the Imperial Family and his or her descendants shall not become a member thereof except in the cases where a female becomes Empress or marries a member of the Imperial Family.

Chapter 3. Regency

Article 16. In case the Emperor has not come of age, a Regency shall be established.

In case the Emperor is affected with a serious disease, mentally or physically, or there is a serious hindrance and is unable to perform his acts in matters of state, a Regency shall be instituted by decision of the Imperial House Council.

Article 17. The Regency shall be assumed by a member of the Imperial Family of age according to the following order:

1. The Kotaishi , or Kotoison
2. A Shinno and an O
3. The Empress
4. The Empress Dowager
5. The Grand Empress Dowager
6. A Naishinno and a Jo-o

In the case of No. 2 in the preceding paragraph the order of succession to the Throne shall apply; and in the case of No. 6 in the same paragraph, the order of succession to the Throne shall apply mutatis mutandis.

Article 18. In case the Regent, or a person falling in the order of assumption of Regency, is affected with a serious disease, mentally or physically, or there is a serious hindrance, the Imperial House Council may decide to change the Regent or the order of assumption of Regency, according to the order stipulated in the preceding Article.

Article 19. When, because of minority of the person falling in the order of assumption of Regency or because of obstacles mentioned in the preceding paragraph, another member of the Imperial Family has become Regent, he shall not yield his post of Regent to the said member of the Imperial Family who has the precedence on the ground of his attainment to majority or the removal of those obstacles, except in the case such person happens to be the Kotaishi or Kotoison.

Article 20. In case the obstacles mentioned in Article 16, paragraph 2 have been removed, the Regency shall be abolished by decision of the Imperial House Council.

Article 21. The Regent, while in office, shall not be subject to legal action. However, the right to take that action is not impaired hereby.

Chapter 4. Majority; Honorific Titles; Ceremony of Accession; Imperial Funeral; Record of Imperial Lineage; and Imperial Mausoleums

Article 22. The majority age for the Emperor, the Kotaishi and the Kotoison shall be eighteen.

Article 23. The honorific title for the Emperor, the Empress, the Grand Empress Dowager and the Empress Dowager shall be “Heika”.

The honorific title for the members of the Imperial Family other than those mentioned in the preceding paragraph shall be “Denka”.

Article 24. When the Throne is succeeded to, the ceremony of Accession shall be held.

Article 25. When the Emperor dies, the Rites of Imperial Funeral shall be held.

Article 26. The matters relating to the family status of the Emperor and the members of the Imperial Family shall be registered in the Record of Imperial Lineage.

Article 27. The graves of the Emperor, the Empress, the Grand Empress Dowager and the Empress Dowager, shall be called “Ryo”, and those of all other members of the Imperial Family shall be called “Bo”; the matters relating to Ryo and Bo shall be entered respectively in the Ryo Register and the Bo Register.

Chapter 5. the Imperial House Council

Article 28. The Imperial House Council shall be composed of ten members. These members shall consist of two Imperial Family members, the Presidents and Vice-Presidents of the House of Representatives and of the House of Councillors, the Prime Minister, the head of the Imperial Household Agency, the Chief Judge and one other judge of the Supreme Court.

The members of the Imperial Family and the judge other than the Chief Judge of the Supreme Court, who are to become members of the Council, shall be chosen by mutual election respectively from among the members of the Imperial Family of age and from among the judges other than the Chief Judge of the Supreme Court.

Article 29. The member of the Imperial House Council, who is the Prime Minister, shall preside over its meeting.

Article 30. There shall be appointed ten reserve members in the Imperial House Council.

As regards the reserve members for the Imperial Family members and the judge of the Supreme Court in the Council, the provision of Article 28, paragraph 3, shall apply mutatis mutandis. The reserve members for the Presidents and the Vice-Presidents of the House Representatives and of the House of Councillors in the Council shall be selected by mutual election from among the members of the House of Representatives and of the House of Councillors.

The numbers of the reserve members mentioned in the two preceding paragraphs shall be the same as the numbers of the members in the Council, and the order of

assuming their functions shall be determined at the time of the mutual election. The reserve member for the Prime Minister in the Council shall be the Minister of State who has been designated as the one to perform temporarily the functions of Prime Minister under the provisions of the Cabinet Law. The reserve member for the head of the Imperial Household Agency in the Council shall be designated by the Prime Minister from among the officials of the Imperial Household Agency. In case there is a hindrance with regard to a member of the Council, or he is missing, the reserve member for him shall perform his functions.

Article 31. As regards the President, the Vice-President and members of the House of Representatives mentioned in Article 28 and the preceding paragraph, they shall be, in case the house has been dissolved and pending the selection of the successors, those persons who were respectively the President, the Vice-President and members of the House at the time of its dissolution.

Article 32. Term of office for the members of the Council, who are members of the Imperial Family and a judge other than the Chief Judge of the Supreme Court and their reserve members shall be four years.

Article 33. The Imperial House Council shall be convened by the president of the Council.

The Imperial House Council must be convoked, if demanded by four members of more, in the cases as under Article 3, Article 16, paragraph 2, Article 18 and Article 20.

Article 34. The Imperial House Council, unless attended by six members of more, may not open deliberations and make decisions.

Article 35. The deliberations of the Imperial House Council shall be decided by a majority vote of two-thirds or more of the members present, in the cases of Article 3, Article 16, paragraph 2, Article 18 and Article 20; and by a majority in all other cases.

In case of a tie in the case of the latter clause of the preceding paragraph, the President shall make the decision.

Article 36. A member may not participate in the deliberation of any matter in which he has a special interest.

Article 37. The Imperial House Council shall exercise only those powers which are provided for by this and other laws.

Supplementary Provisions

The present law shall come into force as from the day of the enforcement of the Constitution of Japan.

The present members of the Imperial Family shall be considered as the members of the Imperial Family under this law; and with regard to the application of the provisions of Article 6, they shall be considered the legitimate offspring in the legitimate male line.

The present Ryo and Bo shall be considered as the Ryo and Bo as under Article 27.

* Source :“Official Gazette English Edition No.237” (Government Printing Bureau, January 16, 1947) .

* The Imperial House Law was amended by Law No.134 1949 promulgated on May 31, 1949. The amendment came into force on June 1, 1949. By the amendment above,“The Imperial House Office”in Article 28 and 30 in the origin law, was replaced by“The Imperial Household Agency”.

**“The day of the enforcement of the Constitution of Japan” in Supplementary Provisions was May 3, 1947.

ANEXO K – Artigo de McNeill: *What Role Japan's Imperial Family?*

<<http://www.japanfocus.org/-David-McNeill/2164>>

What Role Japan's Imperial Family?

By David McNeill

"Nothing attests more dramatically to the psychological sway of its lingering shadow than the very reluctance of today's Japanese to debate in public the pros and cons of retaining the imperial family," says Ivan Hall, a former Gakushuin University professor and author of Cartels of the Mind.

Yet changes are under discussion concerning the imperial succession that raise important questions about the nature and future of the institution. What are the consequences of change? How have other monarchies adapted to a changing world? And what are the consequences of hewing firmly to the present system? Why is it so difficult to have public discussion of issues central to Japan's future, particularly the character of Japanese democracy?

Few people – let alone a *gaijin* – get to speak to the son of a living god. So on April 25 this year, I was nervously standing in front of the Emperor and Empress in the Imperial palace, hoping I wouldn't fluff any of my carefully rehearsed *keigo* (honorifics). The imperial couple was about to travel to Ireland and Norway and as an Irish journalist I had been granted the privilege of asking two questions.

I wanted to quiz the emperor on his opinion about the compulsory singing of the national anthem at school ceremonies. As I rose to speak, an Imperial Household Agency (IHA) official signaled to the phalanx of TV cameras at the back of the room and they stopped filming and left. "They are worried that as a foreigner you might ask something that might embarrass his majesty," said the Japanese journalist beside me.

Was this precaution necessary? Everything, from my query, submitted weeks in advance, to his majesty's written reply had been carefully scripted and vetted by IHA bureaucrats. The whole episode capped to us foreign observers a slightly farcical 60 minutes: journalists asking mostly anodyne questions about their majesties' health and their impressions of Ireland and Norway before wishing them a safe trip; the sight of 40 heads leaning forward to catch the Empresses' whispered replies, which could hardly be heard by anyone in the room.

But my colleague's point was important. The presence of somebody from outside the system threatens to disrupt the carefully rehearsed dance between the Imperial Palace and the press that covers it. The problem was the IHA had no leverage over people like me: a local journalist could be kicked out of the press club or fired for asking an unscripted question in front of the cameras.

The IHA's control over their charges is legendary and, sometimes comical. Photographer Toshiaki Nakayama was banned from the imperial household after snapping Prince Akishino's new bride brushing hair out of his eyes before a formal portrait. One former Imperial House correspondent says he was once admonished by bureaucrats for asking the emperor if he had recovered from a cold. "That's how much they control things: even a boring [kudaranai] question like that," says the journalist. "At least if you're a foreign journalist the Imperial Household Agency cannot harass you."

The IHA naturally denies they are all controlling. Spokesman Moriyama Yasuo claims the presence of cameras in press conferences makes their majesties 'nervous' and claims there was no question of the cameras leaving the room just because I was a foreigner. "There is a set time for camera coverage of their majesties' replies and this time simply ran out," he says, which raises the question: why was I left until last?

This rigid control and the strange institutional taboos that surround Japan's first family helps explain why the emperor is the elephant in the room of Japanese politics. It is almost impossible in the mainstream media to openly debate the institution's past, its current role or most importantly its future.

So while a government-appointed panel of experts recently recommended, after months of closed-session discussion, to save the Chrysanthemum Throne from extinction by allowing a female emperor, they avoided the fundamental question: should the institution continue at all?

How much do the imperials cost? What benefits do they bring Japan? What percentage of the population supports them? These basic questions hover around the supposedly 2,600-year-old institution but are seldom openly aired in the big media or in the political arena, despite the unique opportunity offered by the succession debate.

Such questions are of course unthinkable to traditionalists whose views of the emperor verge on the mystical. The granddaughter of wartime leader Tojo Hideki, Yuko, for example, believes that 'Japan' would cease to exist without the imperial family. "The emperor is a special existence," she says. "He is not like normal people. The idea that he is a symbol of Japan as we have been taught in the postwar period is insulting. He is the essence of Japan."

But for millions of Japanese, those views are hopelessly out of date. "I think the Imperial Family is an almost empty symbol," says Kyoto University academic Asada Akira. "It is a symbol of tradition, continuity and stability but one that is devoid of content and almost fabricated. It is a residual, trivial thing." Some are even harsher. "What are royal families anywhere good for these days," asks veteran Japan commentator Chalmers Johnson. "Mainly laughs."

There is no question that the institution is popular. An Asahi Shimbun survey in April 1997, for example, found 82 percent wanted the monarchy to continue with just 8 percent in favor of abolishing it (contrast this with support for the British monarchy which has fallen, according to one poll below 50 percent; see sidebar). Ken Ruoff, author of *The People's Emperor*, says polls throughout the postwar period have shown similar results. "Those are remarkable polls," he says. "Most politicians would be very happy to get results like that."

In a 1992 NHK poll, however, 32.7 percent said they were 'indifferent' toward the first family, a figure that is likely to have increased in the last 13 years. The views of 35-year-old Takeuchi Masanori, a division chief at a Kanagawa construction firm, are fairly typical for men of his generation.

"The emperor probably has merit when it comes to diplomatic issues such as solving political problems in relations with South Korea," he says, recalling the Emperor's 2001 speech to Koreans that his roots can partly be traced to the Korean peninsula. "But he means nothing to me. Older people might be upset to lose the emperor, but people like me in their thirties or forties don't care. But I feel sorry for the family, especially Masako."

According to a 1999 opinion poll by the Yomiuri newspaper, 24% of respondents had no interest in the emperor and 14% of respondents had no interest

in the Imperial Family. Young people were particularly indifferent to the emperor, with 55% of those questioned replying that he did not concern them.

Indeed, to foreign observers one of the most unsettling aspects of the succession crisis is the treatment of Masako. Where is the media and parliamentary debate about her plight – an accomplished professional who has suffered some sort of nervous breakdown under the relentless pressure to have another child?

“This was a career diplomat who wanted to continue her diplomatic work in imperial way,” says Asada. “And she was reduced to a means of biological reproduction. Which I think is awful. She symbolized a new Japanese woman, with a career and position who can speak English fluently and do business abroad. And actually this woman has to be confined in a gilded cage.”

Asada believes the treatment of Masako and the rest of the family is “almost a human rights” issue. “They don’t have a family name, passport, budget, liberty. I think various human rights abuses are going on in the imperial household.”

But how much does this gilded cage cost? Thanks to a 2001 freedom of information law it has been possible to put together a pretty clear picture. According to former Mainichi IH correspondent Mori Yohei, taxpayers funded the imperial family to the tune of about US\$260 million in FY 2004, approximately the budget of a small city like Sagami-hara. That makes Japan’s monarchy much more expensive than the British royal family, which costs taxpayers about 88 million pounds sterling (about US\$152 million a year), according to the Centre for Citizenship.Org.

But while the British royals are personally wealthy – Queen Elizabeth is one of the world’s richest women and Prince Charles inherited a 144,000-acre estate – the Duchy of Cornwall – on his 21st birthday – the Japanese imperials had most of their wealth confiscated after World War II. The Showa Emperor left 2 billion yen in stocks and cash when he died and Mori estimates that his son has just five million yen a year to spend on himself.

The Japanese imperials, in other words, are like well paid bureaucrats without many of the frills that most European royals take for granted.

Japanese taxpayers pay for the six core members of the Imperial Family: (Emperor, Empress, Prince Naruhito, Princess Masako, Princess Aiko and, before she left in November 2005 to marry a commoner, Princess Nori); 19 other family members live in residences provided by the state. The budget also pays for about 1,000 Imperial Household Agency staff: a 24-piece orchestra, 160 servants, 25 cooks, four doctors and a cellar stocked with 4,500 bottles of wine. The Agency runs properties around Japan, in Naha, Kyoto, Gifu, Tochigi and elsewhere; a total of 24.66 sq. km. of property, or about double the area of Chiyoda-Ku (11.64 sq. km).

When it comes right down to it, says Mori, the Heisei Emperor and his entourage costs every person in Japan about 214 yen a year, or about 1000 yen per family. Put it like that, and it doesn’t sound that much.

But Mori, who says he wrote his book to ‘atone’ (hensei) for failing to do his job as an IHA reporter, says the cost is likely to rise if the current succession laws are changed – a point seldom raised in the succession debate.

“If they allow an empress, the size of the imperial household will naturally rise increasing the burden on the taxpayer...potentially the number of new members is limitless.”

More continued: “The experts panel advising the Prime Minister says the number of Imperial Family members will be kept within reasonable limits through a flexible system of withdrawing imperial status. But in reality, I don’t think any members of the Imperial Family, whose livelihood is guaranteed by the state, are

going to volunteer to become commoners. They are likely to resist the change in their status leading to a limitless expansion in the size of the Imperial Family.” He believes that those women who used to leave the Imperial Household at marriage will now stay on board and be joined by fresh blood from outside the family; another reason why he thinks the time has come for abolition. “Fundamentally, I don’t think we need them. Historical and culturally, they no longer have a purpose.”

How then does Japan benefit from the imperial presence? Supporters tend to cite the emperor’s diplomatic role as an ambassador for Japan abroad, although his father’s controversial role in the Pacific War means the institution is forever tainted in Asia.

Like their British counterparts, supporters also stress ‘tradition’ and the emperor system as a ‘source of stability,’ a key reason why Japan was able to make the postwar transition to peace and economic prosperity, says conservative cultural critic Yawata Kazuo, author of “Oyo-tsugi” (Imperial Succession): “In addition to economic growth, the reason for the success of postwar Japan is that the Japanese gathered around the Imperial family, who have long historical tradition, to create a peaceful state. The value of the Imperial family lives in its beneficial contribution to Japan’s stability.”

Suzuki Kunio, the central figure of the new-right and a former chairman of Issuikai, an ultranationalist organization dedicated to overthrowing Japan’s postwar system, considers the emperor Japan’s ‘spiritual core,’ binding the country together in times of crisis. He believes the status quo is better than the alternative, such as republicanism. “If the emperor became a private citizen, there would be a lot of moves to create political parties, and cultural or religious organizations alongside him. The Emperor could run for public office and become a much stronger presence than in the current system, in which he has no political power.”

But Ruoff is one of many who believes these arguments are out of date. “Historically the imperial family was the center of national unity. Does Japan need this central force now? It has no linguistic divide, no cultural divide; it doesn’t have any political divide that would split the country, such as a civil war. Do they need this symbol of national unity? No.”

Ivan Hall goes further, calling Japan’s monarchy: the “ultimate linchpin of the myth of Japanese uniqueness and the lodestar for the most repressive ideas of racial superiority.” He says keeping it around gives the ultra-right its sense of legitimacy, a belief shared by Pulitzer-award winning author Herbert Bix, who believes massive reform is needed to bring the family into sync with modern Japan.

“Consider how marital patterns and lifestyles have changed since General MacArthur, for his own short-term political reasons, had the monarchy written into the Constitution of Japan. Today marriage occurs late, divorces are frequent, women have fewer children, and they work after marriage. Conversely, men increasingly take part in child rearing and contribute to housework.

“In this twenty-first century society, with its diverse male and female lifestyles, the imperial family can no longer function as a model, let alone a symbol of national unity...The imperial institution is totally out of sync with the times.”

For most commentators – right and left – the key issue is openness, a quality many see lacking in the current debate about changing the Imperial Household Law. Suzuki calls the obsession with protecting the unbroken bloodline meaningless because it has already been broken. “The important point is not whether there is a king or Emperor, but whether democracy is being fully practiced or not,” he says.

To many, there was little democratic about the way the female succession issue was decided: a hand-picked team of elite government advisers reporting to the prime minister with no remit to discuss the wider role of the monarchy, its costs and benefits, or its future. Documentary filmmaker Mori Tatsuya says Japan knows only too well the dangers of allowing a remote monarchy to be politically manipulated. "There is a long history of ambitious people using the emperor system for their own ends which reached its peak in the Pacific War."

But he sees no need to abolish it, as long as it is made open and accountable. "My metaphor for the Imperial Family is the appendix. Most of the time it has no function and you can cut it out when you're young, although this can have some sort of harmful [hormonal] affect. But, if it is going to be allowed to continue it should be on the assumption that we have freedom of information and a system of accountability for the emperor. If we assume that, the emperor is just a decoration (kazari) so why not keep him?"

The bureaucrats who surround the emperor are of course well aware of the need for more openness, but they fear where it will lead. Many look with astonishment at the price paid by the British monarchs for more openness in their search for popularity.

Thirty years ago, Buckingham Palace was also a taboo-laden institution treated with kid gloves by the media. Few British knew that some members of the royal family supported fascism; that Prince Phillip is a racist, or the rumor (reported in Kitty Kelly's book on the Windsors) that Queen Elizabeth, like Princess Aiko, was conceived through artificial insemination.

Today, most British people have heard stories of Princess Diana's bulimia, depression and affairs; of Princes Charles' adultery and his infamous cellular call to Camilla, reprinted in a newspaper, in which he fantasized about being her tampon. For IHA bureaucrats who live to protect the dignity of the imperial institution, the fate of the British royals is a horror story.

Some British people hark back to a golden age when they lived in ignorance of what went on behind the gates of Buckingham Palace, but most would rather know what their money is paying for. The Japanese public seems much less informed about what goes on behind the Chrysanthemum Curtain thanks to the complicity of the press. One former correspondent says he agrees that journalists help protect the "mystery" (shimpiteki na bubun) of the Imperial Family. "But no matter what we do the family will have to reform. And the more they reform the more the mystery will decline. That's their dilemma."

Reform, abolish or, worst of all, it seems, stay the same. What will the Imperial House do? Ruoff wonders what good would come out of abolition. "They could turn the palace into a public park, they could run the subway under the park. Symbolically it would be important: why should this family get this handout. It would take away this national symbol for the annoying far right, but they would just come up with something else to worship."

But he points to something often lost in the fog that surrounds Japan's most conservative institution: the emperor could not survive without public support. "He is essentially required to be the people's emperor. If the people do not want the throne, it will be abolished. This royal family has got to maintain its popularity and they do that by reaching out to people as much as they can."

Amid all the concern for Article 9 of the constitution, few seem to linger over article 1: "The Emperor shall be the symbol of the State and the unity of the people,

deriving his position from the will of the people with whom resides sovereign power.” Will it forever be so?

My question to the emperor

This question is addressed to His Majesty The Emperor. According to a survey implemented by the Yomiuri Shimbun, the majority of students today have no interest in singing the national anthem or raising the national flag in ceremonies. In the autumn of last year, Your Majesty made a statement yourself in this regard. Please tell us your thoughts on the obligatory singing of the national anthem and raising of the national flag in schools.

Response:

World's countries have their national flags and national anthems and I think it is important that respect for national flag and anthems be taught in schools. The national flag and national anthem are considered to be symbols of the nation and the feelings of the people towards them should therefore be valued. At the Olympics, there were a number of Japanese medal-winning athletes who took the national flag of Japan with them on their lap of victory. There is nothing forced about the happy face of an athlete. What is desirable is for each and every person to think for himself or herself about the national flag and anthem.

Countries that have abolished their monarchies – and have managed to survive

While Japan clings to its system of ancient hereditary power, Europe has been binning or modernizing monarchies for years.

Take the Italians. The House of Savoy claimed almost 1000 years of tradition, but that did not save King Umberto, who paid the price for supporting Mussolini's fascists. In a 1946 referendum, the Italians voted to abolish the monarchy and send the king and his family into exile.

For good measure, the government banned the king's male descendents from reentering the country until three years ago. Umberto's grandson Vittorio Emanuele touched down in December 2002 and indicated he was ready if the Italians wanted him back. The Italians sniffed and said: no thanks.

King Constantine of Greece, one of Europe's most popular royals, should have been taking notes. Instead he clashed with the Greek government in the 1960s and was widely blamed for the chaos that followed. The public rewarded him by abolishing the monarchy in a 1974 referendum. As the poll results came in, Prime Minister Constantine Karamanlis famously announced that “a carcinoma” had been removed from the body of the nation.

The state awarded the ex-king 4 million Euros in compensation for his 550 million Euros in confiscated assets. Constantine still refuses to recognize the Greek republic, is banned from owning a passport and has become a figure of ridicule. Many public figures openly mock him, calling him the 'half-wit king' and “o Teos” (“the former”).

Germany, Portugal, Hungary, Turkey and Romania have also waved goodbye to hereditary rule over the last century. Bulgaria threw out its king, Simeon Saxe-Coburg-Gotha in 1946 then much later elected him prime minister, making him one of aristocracy's rarest figures: a born-again democrat. But other countries have debated

abolition and decided against it, and at least one country – Spain – has restored its monarchy.

The Spanish ditched their king in 1931 but decided to invite his successor back in 1975: many Spanish saw him as a liberal beacon during the long years of fascist rule under General Franco. When Franco died, King Juan Carlos I was put back on the throne, although his power is today largely symbolic – more presidential than monarchial.

Those European monarchs still occupying tax-funded palaces know they must court popularity or die. In England, politicians now openly discuss downsizing Queen Elizabeth and her increasingly unpopular, dysfunctional family. Support for the monarchy, according to some polls, has fallen below 50 percent and a 2001 Observer newspaper poll found that only 43 percent of British subjects expect the monarchy to still be around in 2051.

Republicans criticize the Queen's enormous inherited wealth and say Britain will never wipe out its stifling class system until it gets rid of the family that sits at its peak. Supporters say the monarchy must be kept in the interests of English 'tradition' although cynics say the Windsor's family tree is not English at all: the Queen's husband Prince Phillip is Greek, and the family's roots are German: they changed their name to Windsor from the German-sounding Saxe-Coburg-Gotha during World War I.

Royalists also like the idea of the hard-working Queen as Britain's figurehead, and say tourism would suffer if the Windsor family was put out to pasture, but critics point out the former palaces of the guillotined French royal family are bigger tourist attractions and wonder what the world will make of the queen's successor, King Charles.

So far, these debates have yet to congeal into a popular republican movement. In the meantime, the press, which was almost as deferential as its Japanese counterpart until two decades ago, has taken the gloves off. Stories that used to stay behind the palace walls, such as adultery, homosexuality and extravagance, have come tumbling out.

Some British modernizers say to survive the Windsor family must copy the European models for a modernized monarchy. Denmark's chain-smoking, easy-going Queen Margrethe, for example, runs an open, low-maintenance institution, gives her own press conferences and can at least pretend to make a living: she works as an artist and illustrator, designs costumes for TV shows and sells her paintings for charity. The Dutch imperials – once notoriously publicity-shy – have been forced on the defensive by a series of press revelations following accusations of dirty tricks by Princess Margarita de Bourbon Parme, Queen Beatrix's niece.

Is this where Japan might be headed? In 2002, a journalist asked Empress Michiko if she could ever see Japan imitating the so-called 'bicycling monarchs' of Denmark and Holland. "I like riding a bicycle," she said. "But the traffic in Tokyo is so heavy that I think I would be scared, and probably make people around me nervous too."

The Furyu Mutan Incident, the media and the Imperial Family

In 1960, Fukazawa Shichiro dropped a bombshell on Japan from which it has never quite recovered.

In December of that year, Chuo Koron published a Fukazawa parody called "Furyu mutan" in which the narrator has a dream that leftists take over the imperial

palace and cut off the heads of Crown Prince Akihito and Princess Michiko in front of an enthusiastic crowd. After watching the imperial heads roll, the narrator has an angry exchange with the Meiji Emperor's wife.

The dowager empress tells him he owes his life to the Showa Emperor who "saved the country" by surrendering unconditionally on August 15, 1945. "How can you say that, you shitty old hag?" says the narrator. "Damn you! (Kon Chikushou!). Our lives were saved because people around your grandson persuaded him to! Unconditionally!"

The satire – unthinkable today – provoked fury in the Imperial Household Agency, which tried to sue the author and publisher, and among ultra-nationalists, who demonstrated daily outside Chuo Koron's Tokyo offices. Finally, on February 1, 1961, a seventeen-year-old rightist broke into the home of Chuo's president, Shimanaka Hoji, killed a maid with a sword and severely wounded Shimanaka's wife.

The Furu Mutan incident was for many a watershed in postwar Japan with devastating consequences for the freedom of the press. It was an "epoch-making thing, a turning point from fairly open debate about the emperor to implicit taboo about the emperor," says Asada Akira of Kyoto University. "It was much more common to question the existence of the emperor before then."

Fukazawa went into hiding, Shimanaka apologized repeatedly, Chuo Koron pulled in its horns and other publishers followed suit. Bungei Shunju baulked at publishing the follow-up to Kenzaburo Oe's anti-rightist novel, *17*, and no mainstream publisher ever dared to publish such a satire again.

Ironically, Fukazawa wrote the piece to warn about the radical left, according to the editor who replaced Shimanaka at Chuo Koron. "It was a story about the terror of revolution but what remained in the mind was the visceral image of the crown prince and princess' heads flying," says Kasuya Kazuki, who helmed the magazine until 1978. "It was a mistake to publish such an inflammatory article during what was a revolutionary situation in Japan. The article itself was the problem, not the reaction to it."

The incident and the fear of the ultra-right generally, help explain why the Japanese media has since trod so carefully around the Imperial Family. Mainstream journalists, hemmed in by the imperial taboo, seldom write anything today not officially sanctioned by the Imperial Household Agency. Over the years, the foreign media has repeatedly scooped Japanese journalists who know they could never get such stories past their own editors.

It was the *Washington Post* that first told the world about Princess Masako's engagement to Crown Prince Naruhito in 1993, after the local media had sat on the story for months. It was the *London Independent* that suggested in 2001 that Princess Aiko was the product of in-vitro fertilization, although the story was widely rumored in Japan. And it was the *Times* that first carried a story about Princess Masako's illness on May 21, 2004, called "The Depression of a Princess."

Foreign publications have found it easier to parody Japan's first family. Over the years, the British press has carried vicious caricatures of Emperor Hirohito, including several as he lay slowly dying in 1989. Germany's *Sueddeutsche Zeitung*'s sparked a furor in 2001 when it carried a cover picture of Prince Naruhito with the words *Tote Hose* – literally "dead trousers" – printed over the prince's crotch.

Japanese journalists, frustrated at the limits of their jobs, are often the source of foreign scoops. The Imperial Household Agency correspondent for a major Japanese newspaper said: "I probably put in writing less than one-tenth of one-percent of what I

see and hear. For a writer, that's a kind of torture." The implication was that self-censorship was central to the job. Inevitably, some journalists pass on what they know to people like the *Times* correspondent Richard Lloyd Parry "Japanese journalists knew all about Masako's illness and it didn't surprise any of them when we spoke to them," says Parry. "So why didn't they run the story? In my view it's because of the strange institutional taboos that still surround the Imperial Family, which are very murky and not rational and which have a lot to do with Japan's war and postwar history. This period has not been properly dispelled or digested. There is still unfinished business."

Parry says over the years Japanese journalists who follow the imperial household have been 'very helpful' in pointing him in the direction of stories "they know they can never get published in their own country."

Once the story breaks outside Japan, the Japanese media get to have their cake and eat it: they can cover the story freely and criticize the foreign press for breaking the rules. Furutachi Ichiro, the anchor of Asahi's Hodo Station, was one of many commentators who slammed the *Times* for reporting on Masako's personal problems. But Parry and others believe the public had a right to know.

"The fact that the person most likely to produce a male heir, amid a succession crisis, was ill meant that the public interest was at stake," says Justin McCurry, the UK *Guardian's* correspondent in Japan.

Some argued that Masako's problems were personal, but Parry says he took that into consideration. "We heard about Masako's illness in January 2004 but decided not to use it because we felt it was a personal matter. But in May when her husband blamed the Imperial Household for her illness, the question was in the public domain, and you couldn't understand the story fully until you got the rest of the information. So at that stage we decided to run it."

Documentary filmmaker Mori Tatsuya agrees: "The imperial family lives on our taxes and Masako is a future first lady, so if she gets sick it is important that we know about it."

As in the UK and other monarchies, of course, there are journalists and editors who believe it is their job to protect the monarchy from dishonor, even if that means excluding other journalists from covering it. "The IHA is right to be careful of who they allow in, including foreigners," says Chuo Koron's Kasuya. "They can't just let any clown [doko no uma no honeka mo wakaranai] ask his majesty a question."

This is a modified version of an article that appeared (in Japanese) in Newsweek Japan on December 7, 2005. Posted at Japan Focus on December 16, 2005.

David McNeill is a Tokyo-based journalist who teaches at Sophia University. A Japan Focus coordinator, he is a regular contributor to the London Independent and a columnist for OhMy News.

ANEXO L – Página inicial do sítio eletrônico da Agência da Casa Imperial em japonês

宮内庁
www.kunaicho.go.jp
宮内庁 Imperial Household Agency

RSS キッズページ ENGLISH 携帯版 文字サイズ変更 中 大 アクセシビリティ 関連変更ツール 検索

宮内庁ナビ サイトマップ 用語集 よくある質問

おことば・記者会見 皇室に伝わる文化 参賀・参観・申込 宮内庁

皇室 皇室のご活動

掲載お写真から お写真一覧

春の園遊会(平成25年4月18日)

新着情報 これまでの一覧

- 皇太后陛下のご体調とご日程について(平成25年4月24日発表)
- 皇太子同妃両陛下のオランダ国訪問について(平成25年4月19日閣議)
- 大雪等による被害についてのお見舞い(平成25年3月29日発表)
- 皇太子殿下のおことば(第11回「日本医師会 茨城県大貫」表彰式:平成25年3月22日)

このホームページは、天皇后両陛下・皇族方の宮殿・御所などのご公務や国内各地へのお出まし、外国とのご交際など皇室のさまざまなご活動を中心に紹介しています。皆様が積極的に利用され、皇室のご活動や皇室の文化などへの理解を一層深めていただければ幸いです。

東日本大震災関連

皇室

- 構成
- ご略歴
- 制度
- ご公務など
- 皇室関連施設
- 歴代天皇陛下の案内(別ウインドウで開きます)

おことば・記者会見

- 天皇后両陛下のご論文
- 天皇后陛下のご研究のご著書など
- 皇太子同妃両陛下の文に親王同妃両陛下
- 皇室に伝わる文化
- 講書始
- 歌会始
- 研修

参賀・参観・申込

- 一般参賀
- 参観など
- 参観案内(別ウインドウで開きます)
- 皇居東御苑
- 自然・生き物情報
- 三の丸尚蔵館展覧会
- 正倉院「正倉」外構(現在、公開を休止しています)
- 正倉整備工事

皇室のご活動

- ご活動について

ANEXO M – Página inicial do sítio eletrônico da Agência da Casa Imperial em inglês

The screenshot shows the homepage of the Imperial Household Agency website in English. The browser address bar displays "www.kunaicho.go.jp/e/index.html". The page layout includes a top navigation bar with links for "KIDS SITE", "JAPANESE", "SITE MAP", "A-Z INDEX", "FAQ", and "How to participate in Public Events and to visit the Palaces". Below this is a main navigation bar with "The Imperial Family", "Addresses and Press Conferences", "Traditional Culture", and "The Imperial Household Agency".

The main content area features a "Welcome to the Imperial Household Agency Website" section with the following text:

This site presents an introduction to the official duties and various public activities of Their Majesties the Emperor and Empress, and other members of the Imperial Family, carried out both at the Imperial Palace and outside, the latter including their official visits within Japan and their fostering of friendly relations with foreign countries. We hope that this site will provide a useful reference for a large number of people who may wish to deepen their knowledge about the activities and traditions of the Imperial Family.

Below the text is a photograph of the Imperial Family, captioned "(Photo:Imperial Household Agency)".

The "What's New" section contains the following items:

- Creation of a new DVD introducing the activities of the Imperial Family: "Visits by Their Majesties The Emperor and Empress to Disaster-affected Regions - Extending Their Thoughts to the People of Japan -" (April 1, 2013)
- The 62th Exhibits, The Museum of the Imperial Collections, Samomaru Shozokan "Items succeeded from Late Prince and Princess Takamatsu"
- Keynote Address at The United Nations Special Thematic Session on Water and Disasters by His Imperial Highness The Crown Prince of Japan (March 6, 2013)
- Address by His Majesty the Emperor on the Occasion of the Memorial Service to Commemorate the Second Anniversary of the